

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GABRIEL SIMON MACHADO

**MEMÓRIA HISTÓRICA E AUTOBIOGRAFIA NO MUSEU HISTÓRICO EMÍLIO
DA SILVA: AS “NARRATIVAS TÁCITAS” E OS SILENCIAMENTOS EXPLÍCITOS DE
UMA COLEÇÃO**

FLORIANÓPOLIS

2019

GABRIEL SIMON MACHADO

**MEMÓRIA HISTÓRICA E AUTOBIOGRAFIA NO MUSEU HISTÓRICO EMÍLIO DA
SILVA: AS “NARRATIVAS TÁCITAS” E OS SILENCIAMENTOS EXPLÍCITOS DE UMA
COLEÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção
do título de bacharel e licenciatura em História
pela Universidade Federal de Santa Catarina, sob
orientação da Prof.^a Dr.^a Leticia Borges Nedel.

FLORIANÓPOLIS

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Machado, Gabriel Simon

Memória história e autobiografia no Museu Histórico Emílio da Silva : as "narrativas tácitas" e os silenciamentos explícitos de uma coleção / Gabriel Simon Machado ; orientador, Leticia Borges Nedel, 2019.

128 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Museu, Autobiografia, Identidade, Jaraguá do Sul. I. Nedel, Leticia Borges. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em História

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove , às 14 horas e 00 minutos, na Sala 10 – Departamento de História, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof^ª. Dr^ª: Letícia Borges Nedel (Orientador(a) e Presidente); Prof^ª. Dr^ª: Maria de Fátima Fontes Piazza (Titular); Prof^ª. Dr^ª: Janine Gomes da Silva (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 66/HST/CFH/2019, a fim de argüirem sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do Acadêmico Gabriel Simon Machado, intitulado: **“Memória histórica e autobiografia no Museu Histórico Emílio da Silva: As “narrativas tácitas” e os silenciamentos explícitos de uma coleção”**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, o Acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof^ª. Dr^ª: Letícia Borges Nedel, nota 10, Prof^ª. Dr^ª: Maria de Fátima Fontes Piazza, nota 10, Prof^ª. Dr^ª: Janine Gomes da Silva, nota _____, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 10. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 10 de julho de 2019. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 02 de julho de 2019

Prof^ª. Dr^ª: Letícia Borges Nedel (Orientador(a))

Prof^ª. Dr^ª: Maria de Fátima Fontes Piazza (Titular)

Prof^ª. Dr^ª: Janine Gomes da Silva (Suplente)

Gabriel Simon Machado (Acadêmico)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o
acadêmico(a) GABRIEL SIMON MACHADO, matrícula
n.º 14104473, entregou a versão final de seu TCC cujo título é
"MEMÓRIA HISTÓRICA E AUTOBIOGRAFIA NO MUSEU HISTÓRICO EMÍLIO DASILVA: AS 'NARRATIVAS TÁCTAS' E OS SILENCIAMENTOS
EXPLÍCITOS DE UMA COLEÇÃO"
com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 09 de JULHO de 2011.


Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer e retribuir o apoio que recebi durante esta pesquisa, mas é também lembrar de tudo que excede uma pesquisa acadêmica e se encontra nos detalhes amáveis da vida. Sou grato ao apoio e a confiança de meus pais, Flávio Machado e Alexandra Regina Simon, que nunca me deixaram acreditar que não há lugar para voltar. Sou especialmente grato a meu irmão mais velho, Giovanny Simon Machado, que em seus silêncios mais indecifráveis me fez sentir seguro e capaz. Quanto aos irmãos menores, devo-lhes minhas esperanças. Não poderia deixar de lembrar de tantas outras famílias a que pertenço e que pude constituir ao longo de minha graduação. Em primeiro lugar, agradeço a Fernando Cândido da Silva, por me ensinar a lembrar. Sou grato a Amanda Koshnick, Bee Martini e Gustavo Steinmacher por me acolherem nas piores situações e por constituírem os melhores momentos. Devo gratidão a Juno Nedel e Rafael Bernardo Sedrez Warmeling, por tantas experiências sensíveis, calorosas e anárquicas. Agradeço a Ariel Lucas Gonçalves e a Renan Weiss por todo o insuperável companheirismo e a inabalável confiança recíproca. Sou especialmente grato a todos os amigos e amigas que estiveram por perto para me ouvir e para me fazer calar quando necessário. Devo ainda agradecer Carolina Alves Pacheco, pelas risadas e poesias diárias. Tratando-se de uma pesquisa acadêmica, devo ressaltar as contribuições de Nara Bard, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul; Sílvia Regina Toassi Kita, do Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel e Alcioni Canuto, ex-diretora do Museu Histórico Emílio da Silva. Agradeço as gentilezas, as contribuições e o companheirismo de toda a atual equipe do MHES, com destaque para Ivana Aparecida Costa Calvalcanti e Rosane Neitzel Gonçalves. Por fim, agradeço a Prof.^a Letícia Borges Nedel pela orientação, os trocadilhos e as manhãs de estudo e discussão.

RESUMO

Este trabalho busca compreender a trajetória do acervo inicial do primeiro museu de Jaraguá do Sul, cidade situada no nordeste de Santa Catarina. Inaugurado oficialmente em 1987, o “Museu Municipal Emílio da Silva” foi idealizado por seu patrono como local de consagração para sua coleção particular de fotografias e documentos antigos do município, transformada no primeiro acervo a ingressar na instituição. Dentro do seu projeto de memória, é possível reconhecer uma narrativa autobiográfica, que busca legitimar o legado do patrono do museu na história da cidade, ao mesmo tempo em que é consagrado como “historiador” do município. Sua coleção é utilizada inicialmente como acervo para a exposição fotográfica do Centenário jaraguense, em 1976. Mais de uma década depois, em 1987, o acervo foi resgatado e inaugurou o primeiro museu da cidade, chamado “Museu Municipal Emílio da Silva”, que continuou em transformação até tornar-se “Museu Histórico Emílio da Silva”, em 2001. A partir da constituição da coleção, sua circulação pública e sua institucionalização, este trabalho objetiva identificar as “narrativas tácitas” da coleção de Emílio da Silva.

Palavras-chave: Museu; Autobiografia; Identidade; Jaraguá do Sul.

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo 1. A coleção de Emílio da Silva: um projeto autobiográfico	16
1.1. Memória e colecionismo.....	18
1.2. Empreender a memória de si: Colecionismo como ato autobiográfico.....	26
1.3. As coleções e suas narrativas tácitas.....	28
Capítulo 2. A coleção sai para a rua	33
2.1. Os preparativos para o Centenário: ode ao progresso industrial.....	34
2.2. A exposição fotográfica.....	39
2.3. A instalação do Museu Municipal.....	49
Capítulo 3. Novos enquadramentos da memória: uma coleção dispersa	67
3.1. A segunda fase do Museu Municipal Emílio da Silva.....	70
3.2. O Museu Histórico Emílio da Silva.....	83
3.3. Ocultação do passado integralista.....	105
Conclusão	113
Fontes	115
Referências bibliográficas	117

Introdução

“Todos os rastros estão no presente”¹, afirma Paul Ricoeur. Trata-se de um fragmento poderoso da solução que o filósofo propõe para a aporia da memória, uma dicotomia intrínseca à evocação do passado, situada entre a fantasia e a recordação, entre lembrar e esquecer, entre a presença da imagem do ausente sob o signo da anterioridade e o esforço do trabalho historiográfico em sua pretensão de verdade histórica. Seguindo a lógica de que “para pensar o rastro, é preciso pensá-lo, simultaneamente, como efeito presente e signo de sua causa ausente”², o caminho a ser percorrido nos estudos da memória social exige verificação simultânea das condições sociais de enunciação/manifestação da representação da lembrança, da narrativa, e o referente temporal e espacial subjacente ao discurso. Aquilo que, elaborado por Pierre Bourdieu³, se explicaria por uma investigação capaz de revelar no estudo das representações o seu caráter arbitrário, sem prejuízo da necessária atenção à “eficácia simbólica”⁴ das identidades individuais e coletivas que tais representações performam.

Inserido nos “estudos da cultura material” e situado no campo de produção historiográfica, este trabalho fundamenta-se em pesquisas que se valeram de “segmentos físicos do universo material – compreendidas aí as coleções museológicas e os artefatos consagrados como ‘patrimônios’ – enquanto fonte e objeto da pesquisa social”⁵. Levando em consideração que o estudo social e cultural de qualquer sociedade implica uma reflexão sobre as escalas de valor que regem as relações estabelecidas por meio da produção e circulação de objetos materiais, cabe destacar a contribuição da antropologia nesta área do conhecimento. José Reginaldo Santos Gonçalves afirma que os objetos materiais “sempre estiveram presentes na história da antropologia social e /ou cultural e particularmente na literatura etnográfica”⁶, citando os trabalhos de Durkheim (2000), Malinowski ([1922] 1976) e Griaule (1938).

Os artefatos colecionados e estudados por antropólogos (assim como por viajantes e missionários), tornaram-se base para estudos etnográficos e fundamentaram “os espaços institucionais dos museus ocidentais, ilustrando as etapas da evolução sócio-cultural e os trajetos de

1 RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007, p. 434

2 Ibidem, p. 434

3 BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989

4 LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.

5 NEDEL, L. B. . **As coisas e seus lugares**: colecionamento e ressignificação de objetos no Museu Nacional de Imigração e Colonização. In: MACHADO, Elaine C.. (Org.). *Além do que se vê: um museu para a cidade?* Museu Nacional de Imigração e Colonização. Curitiba: LISEGRAFF Grafica e Editora, 2013, v. 1, p. 127.

6 GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios / José Reginaldo Santos Gonçalves. - Rio de Janeiro, 2007, p.16.

difusão cultural”⁷. A mudança de paradigmas dentro do campo antropológico desloca “o foco de descrição e análise dos objetos materiais (de suas formas, matéria e técnicas de fabricação) para os seus usos e significados e conseqüentemente para as relações sociais em que estão envolvidos os seus usuários”⁸. Neste movimento, a antropologia que no entresséculo XIX-XX havia se desenvolvido dentro dos museus, afasta-se deles num processo de “profissionalização e pela junção dos papéis de ‘etnógrafo’ e de ‘antropólogo’, para inserir-se nos departamentos de universidades”⁹. Isso resultaria na “marginalização” da “cultura material”¹⁰ dentro da teoria social, que seria reabilitada no “momento ‘reflexivo’, ‘hermenêutico’, ‘interpretativo’, ‘desconstrutivo’” da antropologia, na década de 1980. Longe de ser uma exclusividade da Antropologia, esta reflexividade das ciências humanas perpassou também a História, envolvendo “em particular aquelas [disciplinas] diretamente envolvidas com os empreendimentos coloniais e nacionalistas do século retrasado”¹¹.

Inspirandas nas etnografias, a História e as Ciências Sociais passaram, a partir do final da década de sessenta, a buscar “o detalhe excepcional, o vestígio daquilo que se opõe à normalização e as subjetividades que se distinguem por uma anomalia (o louco, o criminoso, a ingênua, a possessa, a bruxa)”¹², acentuando também pesquisas em torno da “transgressões”, negociações e estratégias de sujeitos “normais” que não seguiam “itinerários sociais traçados”¹³. A valorização dos sujeitos em sua trajetória social permitiu a verificação de “princípios de conservação da identidade”, na busca da compreensão do passado a partir de sua lógica própria. Como afirma Beatriz Sarlo, “a atual tendência acadêmica e do mercado de bens simbólicos que se propõe a reconstituir a textura da vida e a verdade abrigadas na rememoração da experiência”, dentro de um uma metodologia que admite a “reivindicação de uma dimensão subjetiva” da realidade social, faz parte da “guinada linguística”, iniciada entre as décadas de 1960 e 1970. Trata-se de um reordenamento ideológico e conceitual recente, de forma que na sociologia da cultura e nos estudos culturais a identidade dos sujeitos substitui as estruturas, enquanto na História se restitui “a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada”¹⁴.

7 Idem.

8 GONÇALVES, J.R.S., 2007, p. 18-19.

9 Ibidem, p. 19.

10 NEDEL, L.B., 2013, p. 127; GONÇALVES, J.R.S., 2007, p. 19.

11 NEDEL, 2013, p. 127.

12 SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 15-16.

13 Ibidem, p. 16.

14 Ibidem, p. 19.

Dentro desse movimento de valorização da subjetividade, do testemunho e sua relação com a identidade do narrador, torna-se crucial uma alternância de escalas na análise historiográfica. Como afirma Jacques Revel, “o recurso à microanálise deve, em primeiro lugar, ser entendido como a expressão de um distanciamento [...] de uma história social que desde a origem se inscreveu, explícita (cada vez mais) implicitamente, num espaço ‘macro’”¹⁵. Diferentemente de conceber uma ou outra escala como “privilegiada” na análise histórica, o autor defende a ideia de alternância não como uma manobra metodológica que se limita a aumentar ou diminuir o objeto de pesquisa, mas que modifica “sua forma e sua trama”¹⁶. Portanto, para compreender de maneira mais profunda as relações sociais, tornando a análise ampla e situada. Dessa forma, a alternância de escalas permite estudar a “construção de identidades sociais plurais e plásticas que se opera por meio de uma rede cerrada de relações (de concorrência, de solidariedade, de aliança etc.)”¹⁷.

Minha proposta de trabalho busca compreender, a partir desse enquadramento teórico-metodológico, a trajetória do acervo inicial do primeiro museu de Jaraguá do Sul, cidade situada no nordeste de Santa Catarina. Inaugurado oficialmente em 1987, o “Museu Municipal Emílio da Silva” foi idealizado por seu patrono como local de consagração para sua coleção particular de fotografias e documentos antigos do município, transformada no primeiro acervo a ingressar na instituição. Dentro do seu projeto de memória, é possível reconhecer uma narrativa autobiográfica, que busca legitimar o legado do patrono do museu na história da cidade, ao mesmo tempo em que é consagrado como “historiador” do município. Sua coleção é utilizada inicialmente como acervo para a exposição fotográfica do Centenário jaraguense, em 1976. Mais de uma década depois, em 1987, o acervo foi resgatado e inaugurou o primeiro museu da cidade, chamado “Museu Municipal Emílio da Silva”, que continuou em transformação até tornar-se “Museu Histórico Emílio da Silva”, em 2001.

A coleção de Silva, composta principalmente por fotografias históricas de prédios, eventos, pessoas e paisagens de Jaraguá, foi iniciada na década de 1920, vindo mais tarde a ser aproveitada, em parte, para ilustrar sua obra de historiador autodidata sobre a história do município: “Jaraguá do Sul – II Livro: Um capítulo na Povoação do Vale do Itapocu”, publicada em 1975. A coleção de fotografias se constituiu a partir de registros próprios e de doações de amigos e conhecidos que sabiam de seu projeto memorialístico e de sua vontade de guardar. Nascido em 1900, Emílio da Silva figurou em sua trajetória muitos ofícios, entre os mais destacados o de professor, de funcionário público no setor de estatísticas e topografia e, na década de 1970, de delegado. Como parte crucial de sua imagem de patriota e símbolo cívico de Jaraguá do Sul, foi eleito vereador pelo

15 REVEL, J. (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 20.

16 Idem.

17 REVEL, 1998, p. 25.

partido Integralista, em 1936, tendo seu mandato cassado quando instaurado o Estado Novo. A vigorosa militância no movimento integralista jaraguense resultou em sua prisão política, desembocando em seu afastamento da vida pública, até a década de 1960¹⁸.

Apesar de tratar da epistemologia de arquivos, Eric Ketelaar¹⁹ fornece uma importante interpretação para pensar o ato de colecionar, destrinchando a contaminação mútua entre o sujeito que registra e o registro em si. O primeiro capítulo deste trabalho busca compreender justamente a fase acumuladora de Emílio da Silva, verificando as condições sociais em que surge sua vontade de guardar e registrar determinadas fotografias. A organização de um corpo de registros envolve aquilo que Ketelaar define como um “regime de práticas”²⁰, ou seja, formas de avaliar, organizar e criar registros que varia no tempo e no espaço. Nesse contexto, os agentes responsáveis pela criação de registros são influenciados consciente ou inconscientemente por questões culturais e sociais que os envolvem, que compõem os “esquemas de ação internalizados”²¹ por eles e utilizados para propósitos variáveis. Busco compreender, para além do contexto em que o ato de colecionar está inserido, os momentos em que este corpo documental é “ativado” para o projeto memorialístico e autobiográfico de Silva. Para Ketelaar, o registro atravessa a fronteira funcional da organização e do si mesmo, com o intuito de providenciar uma memória coletiva²². O “guardião” dessa fronteira seria o próprio arquivista, mas também pode ser, como no caso aqui proposto, um colecionador com um projeto de memória coletiva e autobiográfica.

O projeto historiográfico de Silva, aliado à sua coleção, pode ser compreendido como uma estratégia de inserção e consagração de seu “legado”²³, dentro da narrativa oficial da colonização e do desenvolvimento da cidade de Jaraguá do Sul. Filho de uma escrava liberta, mas adotado por imigrantes húngaros, Silva cresceu imerso nas convenções de uma comunidade que valorizava a “origem”, a “raça” e a “língua” para garantir a reprodução do grupo em seus rituais (casamentos e batizados) e suas sociabilidades (sociedades de atiradores, clubes de dança e etc.). A identidade da população imigrante no Sul do Brasil, principalmente a de origem alemã, relacionava o uso da língua com a noção de pátria²⁴ e de pertencimento. Sobre isso, Cynthia Machado Campos, afirma

18 Para ser exato, a última evidência de que Emílio da Silva esteve vinculado a movimentos ou partidos políticos depois de 1938 aparece na capa do jornal “Tempos Novos” (1947), de Jaraguá do Sul. Nas palavras de Eugênio Victor Schmöckel, “era um semanário nacionalista da linha de Plínio Salgado” (SCHMÖCKEL, 1999, p. 83), que anunciou a candidatura de vereadores pela sigla PRP e de dissidentes da UDN. O jornal não especifica sob que sigla Silva foi candidato. No “Arquivo Histórica Eugênio Victor Schmöckel” encontra-se uma única edição deste jornal. Durante a pesquisa, não encontrei mais nenhum registro de outras candidaturas de Silva ou de sua eleição.

19 KETELAAR, Eric. **Tacit Narratives: The Meaning of Archives**. Archival Science 1: 2001.

20 KETELAAR, 2001, p. 136-137.

21 LAHIRE, Bernand. **O Homem Plural: os determinantes da ação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

22 KETELAAR, 2001, op. cit.

23 HEYMANN, 2005.

24 CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil**. 1998, p. 30.

que a “glorificação do idioma germânico” fez parte do movimento “racismo germano-cristão”, datado no início do século XIX, que “cultuou a raça germânica numa perspectiva biológica, difundindo a noção de que seria missão dos alemães a perpetuação de sua língua e de seu sangue”²⁵. Estas primeiras comunidades de imigrantes nas colônias do Sul, foram responsáveis pela criação de suas igrejas e escolas, acirrando as divisões étnicas e religiosas no território e determinando as fronteiras de pertencimento.

Parte das terras pertencentes à princesa Isabel e ao conde D’eu foram demarcadas por Emílio Carlos Jourdan, engenheiro e coronel, que tomou para si a empresa de colonizar determinados lotes de terra, auxiliado por trabalhadores e escravos libertos, a partir de 1876. A criação de engenhos, serrarias e olarias inicialmente não obteve sucesso no “Estabelecimento Jaraguá”, que foi anexado por Joinville, em 1883, dando fim ao primeiro empreendimento de Jourdan. O processo de colonização, após a proclamação da República, fica sob responsabilidade da Agência de Colonização, órgão estadual sediado em Blumenau, incentivando a imigração de húngaros, italianos e alemães. Não obstante, “na margem esquerda do Itapocu, terras que pertenciam à Colônia Dona Francisca, a Companhia Colonizadora Hamburguesa iniciou a colonização, também a partir de 1890”²⁶. Como afirma Ancelmo Schörner, “a Colônia Jaraguá não se insere nesse quadro de colonização clássica, uma vez que não recebe imigrantes vindos diretamente da Europa”²⁷, mas é repovoada a partir de um processo de migração intercolonial, com pessoas vindo de Joinville e Blumenau, principalmente. É registrando essa história, valorizando o “pioneiro Jourdan”, que Emílio da Silva insere seu nome nos primórdios da colonização jaraguense. Sua mãe biológica, Maria Umbelina da Silva, foi empregada de Jourdan. Na mescla entre uma obra historiográfica e uma narrativa literária, entre o factual e a imaginação, Silva aponta em seu livro para as conexões entre o fundador do “Empreendimento Jaraguá” e seus parentes biológicos. Isto porque o colonizador “pioneiro” “gostava de ser convidado para batizar os filhos dos seus trabalhadores e dos colonos”²⁸, criando laços entre as filhas de Emílio Carlos Jourdan, que foram madrinhas de tios de Emílio da Silva. Ele aponta, inclusive, para seu avô como um dos responsáveis por guiar “a pequena tropa de bois de serviço comprados por Jourdan em Piaraquara e Quatro Barras”²⁹.

25 Idem.

26 SCHÖRNER, Ancelmo. **A pedra, o migrante e o morro: feridas narcísicas no coração de Jaraguá do Sul/SC** – 1980/2000. Florianópolis: UFSC, 2006, p. 24

27 SCHÖRNER, Ancelmo. **O arco-íris encoberto**. Joinville/SC: Oficina Comunicações, 2000, p. 29.

28 SILVA, Emílio. **O II livro Jaraguá do Sul: um capítulo na povoação do Vale do Itapocu**. Jaraguá do Sul, 1975, p. 35.

29 Idem.

Em busca de sua inserção e aceitação na sociedade jaraguense, dividido entre sua família biológica brasileira e seus pais adotivos húngaros, Emílio da Silva aprendeu a falar alemão e a escrever o alemão gótico, trabalhando como professor dos filhos dos colonos e ensinando-os o português. Como um homem negro, um “caboclo”³⁰ em terras de imigrantes de descendência europeia, Silva busca justificar sua identidade repartida e legitimar seu pertencimento. No decorrer da década de 1930, buscou no integralismo – muito difundido nos colonos jaraguenses – uma forma de conectar o “brasileiro” biológico com o “húngaro” adotivo, de manifestar os valores e “disposições” incorporados na convivência com os colonos imigrantes, que preconizavam o trabalho, a fé em Deus, a organização patriarcal da família e a educação rigorosa com os filhos, em prol de um comunitarismo anticomunista.

As relações que Silva manteve na cidade determinaram os nomes que fariam parte da história oficial de Jaraguá do Sul, sendo lembrados e registrados em suas fotografias e em sua narrativa do desenvolvimento do município. Para isso foi preciso que, a cada investimento para criar um lugar adequado para suas “reliquias”, e em cada estágio da trajetória de sua coleção – da fase acumuladora à transformação em acervo –, seus registros fossem “ativados”. E, como afirma Ketelaar, cada ativação cria uma nova marca na “genealogia semântica” da coleção, reatualizando os objetos e alterando seus significados iniciais³¹. Por fim, antes de especificar como cada capítulo abordará os investimentos de Emílio da Silva na construção e institucionalização de seu projeto biográfico, vale resgatar as ressalvas de Luciana Heymann, em que a autora destaca a importância de perceber o “modo de acumular”³² dos titulares de arquivo sem conceber o arquivo “como espelho da trajetória de seu titular”³³. É importante que se evite projetar sobre a coleção de Emílio os sentidos que a própria coleção fabrica porque “estes conjuntos documentais estão sujeitos a múltiplos processos de seleção e reordenamento interno, decorrentes do caráter mutável e polissêmico da memória, (re)atualizável a cada momento”³⁴. As “narrativas tácitas”³⁵ da coleção de Emílio da Silva sobre a cidade de Jaraguá do Sul serão então relacionadas, ao longo deste trabalho,

30 O termo “caboclo” pode ser compreendido como uma “categoria de classificação complexa que inclui dimensões geográficas, raciais e de classe” (LIMA, 2009, p. 5). Em determinados usos, “identifica uma categoria de pessoas que se encontram numa posição social inferior em relação àquela com que o locutor ou a locutora se identifica. Os parâmetros utilizados nessa classificação coloquial incluem as qualidades rurais, descendência indígena e ‘não civilizada’ (ou seja, analfabeta e rústica), que contrastam com as qualidades urbana, branca e civilizada. Como categoria relacional, não há um grupo fixo identificado como caboclos. O termo pode ser aplicado a qualquer grupo social ou pessoa considerada mais rural, indígena ou rústica em relação ao locutor ou à locutora.” (LIMA, 2009, p. 7).

31 KETELAAR, 2001, p. 138.

32 HEYMANN, Luciana Quillet. **Indivíduo, memória e resíduo histórico**: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997, p. 43.

33 Ibidem, p. 44.

34 Idem.

35 KETELAAR, 2001.

à narrativa de sua própria vida, de seu legado, buscando entender a produção de memória de si e da cidade como um investimento social.

O primeiro capítulo, além de problematizar as condições de acumulação na coleção de Emílio da Silva, desdobra-se para articular o colecionismo com o projeto autobiográfico. Nesse aspecto, compreendo como relevantes para o trabalho as contribuições de Paul Ricoeur sobre “identidade narrativa”³⁶. Analisar um projeto autobiográfico implica lidar com a vida através de um relato, que difere de uma simples lista de acontecimentos cronológicos, uma vez que narrativa é um “jogo cruzado da história e da ficção na refiguração do tempo”³⁷. Além disso, a constituição da “identidade narrativa” é sempre permeada de falhas e reformulações condicionadas por questões sociais e culturais, já que “a história de uma vida não cessa de ser refigurada por todas as histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta sobre si mesmo”³⁸.

A segunda metade do século XX marca o momento da aposentadoria de Silva, ao mesmo tempo que seu filho, Eggon João da Silva, torna-se um empresário bem-sucedido e influente com sua fábrica de eletromotores, a WEG. Eggon João da Silva trabalhou por 14 anos no Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A (INCO), onde se tornou gerente e adquiriu conhecimento administrativo e contatos políticos com a família Konder³⁹, para em seguida iniciar seus empreendimentos em Jaraguá do Sul. De 1961 em diante, a WEG cresceu exponencialmente, aumentando a influência da família Silva no município e auxiliando as ambições do colecionador aqui estudado. Para compreender as estratégias de consagração do legado de Emílio da Silva, assim como a intersubjetividade de agentes que interferem e dão continuidade ao seu projeto memorialístico – não sem mudanças e ressignificações –, utilizo-me de suportes teóricos elaborados por Pierre Bourdieu.

Sua definição de campo “como uma rede, ou uma configuração, de relações objetivas entre posições definidas objetivamente, em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agente ou instituições”⁴⁰, permite conceber o poder, ou espécies de poder, como

36 RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014, p. 167.

37 OLIVEIRA, Maria da Glória. “**Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida**”. In: *Topoi* (Rio de Janeiro). v. 18, n.35, maio/ago, 2017, p. 440.

38 RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa 3**. O tempo narrado. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 419.

39 A entrevista encontra-se no Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel, em uma pequena biblioteca da instituição: SILVA, Eggon João da. **Registros de História Oral**. Tomo 1. Jaraguá do Sul (SC): Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel, 1997, p. 281-282.

40 Tradução minha. A edição do texto consultada afirma: “In analytic terms, a field may be defined as a network, or a configuration, of objective relations between positions. These positions are objectively defined, in their existence and in the determinations they impose upon their occupants, agents or institutions, by their present and potential situation (situs) in the structure of the distribution of species of power (or capital) whose possession commands access to the specific profits that are at stake in the field, as well as by their objective relation to other positions (domination, subordination, homology, etc.)” (Bourdieu, 1992, p. 97).

acumulações de capital, “cuja posse comanda o acesso aos benefícios específicos que estão em jogo no campo”⁴¹. Essas espécies de poder e tipos de capitais em jogo na concorrência entre agentes situados em determinados campos de ação podem ser mencionados sob diversas formas, sendo as principais o capital econômico, cultural, social e simbólico, sempre inter-relacionados e instrumentalizados para a manutenção de sua distribuição desigual na sociedade. O caso de Emílio da Silva revela uma trajetória em busca de capital simbólico, orientada a satisfazer um desejo de ascensão e aquisição de fama e prestígio social, que “é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder”⁴², passível de compreensão a partir da verificação de suas estratégias de “reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural”⁴³. Com esta chave interpretativa, é possível identificar a instrumentalização do capital econômico do filho empresário pelo pai, Emílio da Silva, instrumentalizando a influência política da WEG no auge da indústria jaraguense para criar um lugar que legitimasse sua coleção e a inserção narrativa de sua biografia na história da cidade.

Contudo, essa transferência de capital não pode ser vista como “natural” e automática. Sob esse aspecto da questão intervém na análise a explicação de Bernard Lahire sobre como a herança ou as transmissões de capitais fazem parte da ação dos atores sociais, que é determinada por uma escolha dentro de “esquemas de ação incorporados (produzidos ao longo do conjunto das experiências passadas) pelos elementos ou pela configuração da situação presente”⁴⁴. Isso implica pensar que o momento presente é que define os elementos constitutivos da memória, assim como a situação define qual “esquema de ação incorporado” será utilizado. Essas ações de transmissão, empréstimo e reconversão de capital e prestígio são o que torna a relação entre Emílio da Silva, seu filho empresário e o poder público uma troca de lucros simbólicos mútuos. Isso ficará evidente quando analisarmos os preparos para o festejo do Centenário Jaraguense, onde a coleção de Silva é exposta de modo a compor o discurso progressista da prefeitura e da legitimidade do desenvolvimento industrial, que crescia no mesmo ritmo da desigualdade social no município centenário.

O segundo e o terceiro capítulos do trabalho comportam, além da análise das estratégias de consagração e a pluralidade de agentes mediadores envolvidos com a efetivação do projeto memorialístico de Emílio da Silva, a problemática da circulação da coleção sob novos “regimes de valor”, bem como as consequências de sua institucionalização. Estes “regimes de valor”, tal como

41 Idem.

42 BOURDIEU, 1989, p. 15.

43 Ibidem, p. 191.

44 LAHIRE, 2002, p. 52.

utilizado por Arjun Appadurai, manifestam-se na alteração de valores das “mercadorias” submetidas a diferentes quadros culturais e sociais, em larga ou pequena escala, sugerindo “que o grau de coerência valorativa pode ser altamente variável conforme a situação”⁴⁵. Apesar deste trabalho não lidar especificamente com “mercadorias” no sentido econômico da palavra, o conceito é útil para compreender que objetos, como um todo, comportam uma vida social, servindo de vetores de relações ao tomarem parte das trocas por meio das quais se fabrica o valor no sentido cosmológico do termo. Isso nos permite “acompanhar o deslocamento dos objetos ao longo das fronteiras que delimitam esses contextos”⁴⁶, para em seguida “entender a própria dinâmica da vida social e cultural, seus conflitos, ambiguidades e paradoxos, assim como seus efeitos na subjetividade individual e coletiva”⁴⁷. Inclusive, no caso aqui proposto, a coleção de Emílio da Silva é apenas um dos momentos constitutivos da trajetória social⁴⁸ dos objetos que a compõem. Nessa perspectiva, o momento de sua institucionalização é “crucial, pois nos permite perceber os processos sociais e simbólicos por meio dos quais esses objetos vêm a ser transformados ou transfigurados em ícones legitimadores de ideias, valores e identidades assumidas por diversos grupos e categorias sociais”⁴⁹.

No decorrer do segundo capítulo, abordarei o processo de institucionalização da coleção, no momento seguinte à exposição fotográfica do Centenário, quando é inaugurado, no âmbito da reestruturação da Secretaria de Cultura do município, o “Museu Municipal Emílio da Silva”, o primeiro museu da cidade. A inauguração do museu, em 1987, demandou novas doações para expandir o acervo. Sob a direção de Carlos Hoffmann, o Museu Municipal Emílio da Silva ressignifica as fotografias da exposição do Centenário e cria um museu ainda improvisado em termos de propostas e metodologias, conferindo características ecléticas para o acervo e reunindo tudo que fosse “antigo”. Por essa época Emílio da Silva ainda participava e vistoriava o museu com frequência. No entanto, a trajetória da instituição seria permeada de entraves que fizeram o museu fechar e reabrir diversas vezes, por questões estruturais e conflitos pessoais do diretor. Depois da tão honrosa quanto breve exposição no Centenário, o projeto memorialístico de Silva passou mais de uma década abandonado na antiga estação ferroviária até sua reativação no Museu Municipal. Novos investimentos por parte do poder público, sob influência do setor industrial e empresarial aliado a Emílio da Silva, continuaram a garantir a continuidade de seu projeto e a circulação de sua narrativa biográfica no espaço público por meio das exposições do Museu Municipal.

45 APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, 2008, p. 29.

46 GONÇALVES, J.R.S., 2007, p. 15

47 Idem.

48 Ibidem, p. 24.

49 Idem.

Há de se compreender, portanto, que um projeto memorialístico carregue consigo não somente uma vontade de lembrar⁵⁰, mas o sintoma pulsante de consensos forjados em torno de discursos e de práticas, fundamentados sobre uma economia da memória, pautada pela seletividade de recordar e esquecer⁵¹. Dessa forma, aquilo que se compreende como uma “história oficial” (forjada, selecionada, enquadrada, imposta, autorizada e comemorada) remete a narrativas perigosamente homogeneizantes, que impõem determinados cânones interpretativos à coletividade. A forma mais acabada da “memória coletiva” – as narrativas produzidas e veiculadas no âmbito das instituições⁵² – produzem coesão ao preço de colocar em ação “uma forma artilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos”⁵³.

Os museus, capazes de transformar objetos do cotidiano em semióforos – representações materiais de valores abstratos –, não estiveram imunes às transformações históricas que afetaram o campo de produção das memórias. A diversificação dos museus e a incorporação da cultura material de operários, trabalhadores rurais, imigrantes, indígenas e outros grupos minoritários às coleções e patrimônios, é um processo relacionado com a decadência das “histórias nacionais” e valorização de narrativas subalternas, oriunda de novos debates entre diversos campos de conhecimento, como a Antropologia, História e Sociologia. Apesar de suas importantes mudanças – as quais implicam a necessidade de situar as narrativas expográficas em seus devidos espaços e temporalidades – os museus permanecem na condição de suporte da memória viva e sucessivamente reatualizada. Uma vez que “não há auto-organização da memória cultural, ela depende de mídias e de políticas”.

A instrumentalização da recordação, sobretudo da “memória coletiva”, tal como concebida por Maurice Halbwachs, que se estabelece hierárquica e legitimamente como “oficial” e “coletiva”, foi questionada por Michel Pollak. Enquanto os trabalhos de Maurice Halbwachs “ênfatiza[m] a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos”, identificando sua função específica de garantir coesão social, mas despindo-a da dominação simbólica coercitiva, Pollak, por sua vez, pergunta-se, sob

50 NORA, Pierre. **Entre memória e história** – a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, n. 10, dez, 1993, p. 12-13.

51 RICOEUR, 2007, p. 424.

52 De acordo com Ernesto Seidl, “falar em instituição implica: a existência de um sistema de relações pautado por regras e não deixando ao acaso das recomposições e arranjos circunstanciais entre indivíduos; que as condutas dos membros sejam, pelo menos em parte, determinadas duravelmente por seu pertencimento ao grupo; que a preservação das regras e dos *savour-faire* que lhes caracteriza seja uma questão importante aos envolvidos; que os mecanismos de enquadramento e de controle das práticas sejam de fato organizados. Destaque-se que a forma assumida por esse sistema de relações é variável e pode se apresentar como um dispositivo ou um agrupamento e receber nomenclatura muito ampla (associação, empresa, rede, organização, cargo, ritual...)”. SEIDL, Ernesto. **Elites e instituições**: pistas para investigação. In: I. G. Grill; E. T. dos Reis. (Org.) Estudos sobre elites políticas e culturais: reflexões e aplicações não canônicas. 1ª ed. São Luís: EDUFMA, 2016, p. 97-125.

53 RICOEUR, 2007, p. 455.

uma perspectiva construtivista, como estas memórias perduram, como adquirem estabilidade. Privilegia, igualmente, os “processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias”. Estes atores, sujeitos e instituições, são descritos como responsáveis profissionalizados pelo enquadramento da memória, isto é, aqueles que instituem uma economia entre lembrar e esquecer. Uma vez que o passado é a matéria-prima da memória, torna-se um material que pode “ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las”, tendo sua credibilidade norteada pela coerência da narrativa e das testemunhas autorizadas. Portanto, em uma inflexão da abordagem durkheiminiana que se fundamenta na reificação do fato social, a proposta estaria em verificar este denominador comum das memórias sociais, qual seja, a forja do “consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural” e sua função aglutinadora para com “a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade”.

O fio condutor desta pesquisa está relacionado com a proposta de Pollak no aspecto em que se ressalta para análise do enquadramento da memória os agentes, suas práticas e os traços materiais, permitindo visualizar os limites dos enquadramentos, suas construções, desconstruções e reconstruções, onde se revelaria “um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais”. É este caminho – aquele trilhado pela antropologia social na análise da “cultura material” – que percorre Regina Abreu em sua célebre obra, **“A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil”**.

A autora, já familiarizada com a rotina do Museu Histórico Nacional no qual trabalhava, debruça-se sobre a coleção “Miguel Calmon du Pin e Almeida”, verificando na trajetória dos objetos o intermédio de diversos agentes e o uso político, histórico e memorialístico da exposição. Em 1936, a viúva de Miguel Calmon, Alice da Porciúncula Calmon du Pin e Almeida, articula-se em arranjos com Pedro Calmon (sobrinho de Miguel Calmon), estabelecido político, intelectual e conservador do Museu, e Gustavo Barroso, diretor da instituição e figura de destaque no processo de construção da “história nacional” brasileira a partir de representações específicas de personagens das elites brasileiras, ainda da referida Primeira República. Nessa empreitada, Abreu dedica-se a responder algumas questões centrais referentes à vida de Alice Calmon, de seu marido, dos motivos da doação e suas respectivas negociações e permutas simbólicas, da política memorial do MHN e a função que lhe é atribuída por seu idealizador e diretor, das escolhas dos objetos e, conseqüentemente, os lugares que estes semióforos ocupam na instituição e seus respectivos significados.

Sendo a memória “um fenômeno que nenhuma disciplina pode monopolizar”, Regina Abreu se utiliza de instrumentos teóricos antropológicos, historiográficos e sociológicos para tornar compreensível – na dinâmica relação entre distintas temporalidades e espacialidades – a imortalização de Miguel Calmon em uma “memória coletiva”, sua entronização no panteão dos heróis nacionais, com sua especificidade de representar a modernidade progressista. Em contraste com o legado colonial e escravista do país, a figura de Miguel Calmon se institui como “homem-semióforo” da modernidade, aquele que poderia conectar o “invisível e o visível”, a matéria encarnada e os “fantasmas do passado”, alterando a realidade presente no reconhecimento de sua representação como figura pública, homem de Estado e herói civilizador. Diferenciando-se dos demais, estes homens e

“objetos semióforos dizem respeito a todos nós, suportes materiais que são de nossa memória em permanente construção. Pontes entre gerações, legados que nos permitem entrever um mundo invisível onde, em mansões de estilo apalaçado, as primeiras elites da República traçaram o risco de nossas vidas”.

O caso de Emília da Silva carrega semelhanças com o trabalho de Regina Abreu, uma vez que seu investimento na memória da cidade não pode ser descolado de sua biografia, evidenciando uma manipulação do passado em prol de sua prospecção de futuro eterno, de forma que é lembrado como integrante pioneiro e “mestre” da história jaraguense. Contudo, como veremos no terceiro capítulo, a morte de Emílio da Silva, em 1999, inicia uma nova intervenção e reatualização no acervo do museu municipal.

A transformação do “Museu Municipal Emílio da Silva”, situado na antiga estação ferroviária, em “Museu Histórico Emílio da Silva”, fez parte de um longo processo desenrolado durante a década de 1990. A troca de diretores e a chegada de Alcioni Canuto para administrar o museu é uma das mudanças pontuais que compõem essa transformação mais geral. Com novas coleções no acervo da instituição, as exposições são organizadas em “nichos temáticos” guiados pelas imagens evocadas nas fotografias de Emílio da Silva. Posteriormente, o “Museu Histórico Emílio da Silva” é inaugurado em 2001, sediado no prédio histórico da antiga prefeitura. O novo estabelecimento garantiu, por decisão conjunta da família da Emílio da Silva com a diretora Alcioni Canuto, uma sala dedicada ao patrono, composta pela mobília de seu quarto, com suas roupas, fotografias e objetos pessoais. Nesse momento, evidencia-se um investimento da família na preservação da memória de Emílio da Silva.

Apesar de Silva ter em sua coleção fotos de integrantes e de algumas mobilizações integralistas, essas fotografias ficaram de fora do Museu Municipal por sua decisão. Em se tratando de um movimento lançado à ilegalidade, o integralismo não pôde fazer ser incluído na narrativa, uma vez que Emílio afirmava não querer vincular o nome de seu filho empresário com esses

acontecimentos passados. No Museu Histórico, existem fotografias da família Silva fardada com o uniforme integralista, mas sem legendas nem metadados que as contextualizem. Essas foram no entanto publicadas no livro de Eugênio Victor Schmockel, “Memória Jaraguense” (1997) em que o cronista discorre sobre o desenvolvimento da AIB na cidade e as perseguições, prisões e assassinatos que sofreram os integralistas, sendo expostas em 2001. A vontade de Emílio da Silva de silenciar sua trajetória integralista foi respeitada no MHES. Seu uniforme integralista foi depositado em uma caixa, esquecido entre mudanças de diretores e nunca exposto. Uma fotografia de crianças com uniformes da AIB, com “sigmas” quase irreconhecíveis pela deterioração da foto, é legendada como “movimento social e cultural” da cidade. Em outra exposição, referente à Câmara de Vereadores, sobre a mesa principal repousa a foto sem legenda do líder integralista e vereador assassinado, Ricardo Gruenwaldt.

O terceiro capítulo deste trabalho abarca as novas dimensões de representação que são elaboradas na instituição, que concedem espaço privilegiado para a imagem de Emílio da Silva, ao lado (e talvez acima) de outros homens públicos responsáveis pelo progresso da cidade.

De forma semelhante à abordagem de Regina Abreu e debruçada sobre terras catarinenses, ressalto a etnografia elaborada por Letícia Nedel a respeito do acervo do MNIC. Em seu trabalho, **“As coisas e seus lugares: colecionamento e ressignificações de objetos no Museu Nacional de Imigração e Colonização em Joinville”**, a autora parte dos objetos expostos na instituição, em busca do tempo referenciado no enquadramento da narrativa material elaborada pelos primeiros gestores do MNIC, uma vez que “subjacente ao tempo narrado está o tempo referencial da memória, que fornece as justificativas do recorte histórico, os critérios de seleção dos objetos e as estratégias retóricas das narrativas elaboradas cenograficamente”⁵⁴. Evidencia, portanto, a experiência da campanha de nacionalização como evento norteador do colecionamento praticado pelos gestores, questão que toca ao Estado Novo de Vargas, as inúmeras perseguições, conchavos e disputas políticas nas colônias de imigrantes no Brasil, com destaque para sul⁵⁵. O fim do regime varguista é a condição fundamental para que, em 1951, no centenário da cidade, a memória e a

54 NEDEL, 2013, p. 129-130

55 De acordo com Marlene de Fáveri, “em Santa Catarina, como em todo o país, alemães, italianos, japoneses e descendentes foram os alvos dentro da 'lógica da suspeição', estando na mira da população e da polícia, o que oportunizava, então, enfrentamentos étnicos. Com a entrada do Brasil na guerra, em 22 de agosto de 1942 (o Decreto Federal n. 10.358, de 31 de agosto de 1942, declarou Estado de Guerra em todo o território nacional) esta suspeição/demonização do 'outro' tomou forma mais explícita na imprensa, a qual veiculou artigos apresentando estrangeiros e descendentes como inimigos do país e prováveis colaboradores do Eixo, detonando então um clima de violência. Em Florianópolis, Joinville, Blumenau, e provavelmente em outras cidades, houve atos públicos, quando a multidão enfurecida apedrejou casas, pichou muros e paredes, quebrou placas de ruas e lojas com nome alemão⁹⁰, achincalhou estrangeiros e descendentes obrigando-os a darem vivas ao Brasil e aos Interventores Nereu Ramos e Getúlio Vargas, atos que continuaram esporadicamente nos meses seguintes”. (FÁVERI, Marlene de et al. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. 2002, p. 35)

identidade teuto-germânica seja reabilitada publicamente⁵⁶, fundindo-se com a história da cidade e coincidindo com a origem do próprio museu. Essas narrativas reconciliadoras emergentes na década de 1950 são conectadas com “um forte desejo de reação” por parte das lideranças políticas e industriais de Joinville, dado o efeito da sobreposição de um “passivo cultural deixado pelo fechamento de escolas, clubes e associações nos anos traumáticos da campanha”⁵⁷ com a desenfreada urbanização e a conseqüente transformação demográfica, resultante da necessidade de arregimentação de força de trabalho fora do estado para as indústrias de região.

Diferentemente da consagração Miguel Calmon como membro de um panteão de homens públicos, o fenômeno memorialístico do MNIC está atravessado por mais disputas e revanches referentes a um passado de perseguição, que intervém sobre os projetos memoriais e identitários que servem de fundamento à narrativa expográfica do museu. Percebe-se, nesse ponto, as diversas influências que a “tradição” familiar, tão enraizada nas disputas políticas catarinenses⁵⁸, imprime à memória da cidade, onde os herdeiros do árduo trabalho dos pioneiros joinvilenses reúnem-se no seio de prestigiadas famílias de grande capital político, familiar e financeiro, uma vez que estas “espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado”⁵⁹.

O caso do Museu Histórico Emílio da Silva, além de comportar a consagração de um homem público no panteão dos pioneiros, de legitimar seu pertencimento à comunidade e o seu papel de narrador do passado jaraguaense, também envolve os interesses de famílias tradicionais do setor empresarial e industrial do município. Se a primeira parte do livro de Silva é um projeto autobiográfico, no decorrer de sua narrativa, sua obra atenta-se à trajetória dos “colonos de segunda fase”, que não estão vinculados a construção da colônia, mas ao seu desenvolvimento comercial e industrial. É evocando reverenciando esses “colonos” do passado que Emílio da Silva legitima o capital acumulado por suas famílias no presente, como se Jaraguá do Sul fosse um projeto possível apenas pela contribuição do trabalho dos “ancestrais” de empresas como a WEG, Wolf, Bretzke, Stein, Mannes, Kolhbach, Menegotti, Marisol, Malwee, Marquadt, Duas Rodas e outras tantas possíveis de citar.

56 Sobre isso, ver: SILVA, Janine Gomes da et al. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer...**: as vibrações do centenário e o período da nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. 2004.

57 NEDEL, op. cit., p. 130

58 Ver: LAUS, Sonia Pereira. **A UDN em Santa Catarina**, 1945-1960. 1985.

59 BOURDIEU, 1989, p.134

Capítulo 1: A coleção de Emílio da Silva: um projeto autobiográfico

Emílio da Silva nasceu em Jaraguá do Sul, no ano de 1900, quando o município ainda era distrito de Joinville. Seus pais biológicos foram Maria Umbelina da Silva, escrava liberta e babá dos filhos do primeiro colonizador da cidade, e Afonso Alves de Siqueira, canoieiro que fez parte do empreendimento colonial “Jaraguá”. O “pioneiro” fundador Emílio Carlos Jourdan, “herói da Guerra do Paraguai”⁶⁰, veio a essas terras para efetivar a demarcação e a colonização em acordo com a família Imperial, acompanhado de escravos libertos e trabalhadores que buscavam novas oportunidades. Um dos personagens que acompanhou Jourdan nessa empreitada foi Salvador Alves de Siqueira, avô de Emílio da Silva. Saindo de Quatro Barras, no Paraná, partiu com Jourdan até o vale jaraguense, atuando como tropeiro e canoieiro. Nas terras do Jaraguá, constituiu uma larga família. Um de seus filhos, Afonso Alves de Siqueira, engravidou Maria Umbelina da Silva sem registrar a criança ou contrair casamento. Como filho ilegítimo, Emílio da Silva não foi reconhecido por seu pai e recebeu apenas o nome da mãe, que por ter muitos filhos e nenhum marido para apoiá-la, deixou Emílio em um acordo informal de adoção com Carlos Lehmert e Claesdina de Goés Lehmert.

O pai adotivo de Silva era Carlos Lehmert, um engenheiro e imigrante austro-húngaro, que em seu segundo casamento se relacionou com uma brasileira que não conseguia ter filhos. Claesdina de Goés Lehmert era, ao mesmo tempo, mãe adotiva de Emílio da Silva e sua prima. Em 1901, Carlos e Claesdina Lehmert adotaram Emílio da Silva sem os devidos registros jurídicos, tornando a adoção um acordo verbal, que não garantia a Emílio da Silva o direito a um sobrenome europeu e à herança de bens familiares. A família se mudou para Rio Negro, região em que Emílio da Silva se nomeava “Emílio Lehmert”, embora seus documentos portassem sobrenome diferentes. Criado entre dois idiomas, o alemão e o português, Emílio da Silva esteve desde sua infância às voltas com uma identidade ambivalente. Os primeiros anos de sua educação foram em casa, sendo matriculado na Escola Particular Alemã apenas em 1908, participando das aulas ministradas em idioma germânico “entre os filhos dos colonizadores, em sua maioria de origem alemã”⁶¹. Dominar o idioma dos colonos, destacando-se inclusive na escrita do alemão gótico, foi uma das estratégias de Emílio da Silva para contornar os preconceitos que sofria por ser negro⁶².

Diferente daqueles nascidos com a pele branca e com um sobrenome europeu, Emílio da Silva não herdou o respeito da comunidade em que vivia, mas batalhou em busca de seu reconhecimento como membro do grupo. Como poderia ele, em sua condição subalterna, provar

60 BARBOSA, José Alberto. **Emílio da Silva e seu século**. Jaraguá do Sul: Design Editora, 2011, p. 32.

61 Ibidem, p. 8.

62 Ibidem, p. 51.

que fazia parte da comunidade jaraguense? Ao longo de sua vida, Emílio da Silva tornou-se guardião e narrador daquela identidade. Colecionou muitas fotografias históricas da cidade e de seus cidadãos, como se fossem memórias reservadas para um momento oportuno. Longe de buscar a essência ou a totalidade de sua biografia, creio que certos aspectos de sua trajetória podem elucidar os motivos do seu colecionismo, uma vez que são influenciados por fatores sociais e culturais⁶³. Analisar sua prática colecionista, a transformação da coleção em acervo para a exposição do Centenário Jaraguense (1976) e, posteriormente, a monumentalização dessa memória incorporada aos objetos e fotografias sob a forma de “Museu Municipal Emílio da Silva”, implica verificar a sua autorrepresentação, a “invenção (que não se confunde com falsidade)”⁶⁴ de si como parte integrante da ancestralidade dos “pioneiros” de Jaraguá do Sul.

Concebendo a memória como “um fenômeno construído”⁶⁵, percebe-se que o processo da memória individual que “grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”⁶⁶. Organizar a memória individual é também fazer a manutenção do “sentimento de identidade”⁶⁷ que, como concebido por Michel Pollak, é construído “em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros”⁶⁸. Conflitos sociais, como as questões étnico-raciais no Brasil, atravessam as negociações feitas em busca de pertencimento. O caso de Emílio da Silva é permeado de ambivalências na construção de sua identidade, na imagem de si derivada, por herança, das relações que a família entretinha com a comunidade jaraguense. Pensar, portanto, sua coleção como uma espécie de fundo de reserva para o posterior “enquadramento da memória” de si e do município, “pode ser analisado em termos de investimento”. Trata-se de verificar para quê e de que forma.

63 KETELAAR, 2001.

64 HEYMANN, Luciana Quillet. **Os "fazimentos" do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado**. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 36, 2005, p. 46.

65 POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, v. 5, n. 10, 1992, p. 204

66 Idem.

67 Idem.

68 Idem.

1.1. Memória e colecionismo

Observando a constituição de coleções e, posteriormente, sua circulação e suas devidas institucionalizações, é possível perceber a recíproca contaminação entre o público e o privado no tecimento de memórias sociais, ditas coletivas. Para pensar o processo pelo qual se naturalizam memórias que, sob o artifício da repetição, tornam-se oficiais e coletivas é necessário conceber a rememoração na forma de narrativa. É dentro da narrativa, em sua função ordenadora da experiência e performativa da memória, que “os abusos de memória tornam-se abusos de esquecimento”⁶⁹. A narrativa instala uma economia entre lembrar e esquecer, por um efeito de enquadramento e reenquadramento das estruturas de linguagem que sustentam nossos vínculos de pertencimento.

O debate entorno da “ilusão biográfica”, aquele que tentaria verificar a plausibilidade de “tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção”⁷⁰ perante os diversos e contraditórios espaços de socialização humana; as “tensões entre as teorias que privilegiam a unicidade, a homogeneidade do ator (de sua identidade, de sua relação com o mundo, de seu ‘ego’, de seu sistema de disposições ...) e as que nos descrevem uma fragmentação infinita de ‘egos’, de papéis, de experiências”⁷¹, podem ser redirecionadas para o cerne da “identidade narrativa”, como formulado por Paul Ricoeur. O conceito elaborado pelo autor implica “a *dialética da mesmidade e da ipseidade*”⁷², que confere inteligibilidade ao confronto entre o sujeito e a experiência do tempo, sob a forma de narrativa. Na identidade narrativa, aquilo que se mantém coerente e contínuo é determinado “mesmidade”, enquanto a identidade “ipse” seria aquela que atesta a permanência do si-mesmo nas contradições e nas mudanças. Isto é, “a identidade narrativa, constitutiva da *ipseidade*, pode incluir a mudança, a mutabilidade, na coesão de uma vida”⁷³. A narrativa como um todo é construída a partir do tempo em que é enunciada, o presente histórico, de forma que “as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória”⁷⁴.

A longa trajetória de Emílio da Silva (1900-1999) percorre uma série de acontecimentos importantes da história de Jaraguá, cidade onde nasceu e viveu por quase 99 anos. Na biografia escrita por José Alberto Barbosa, o autor aponta para a multifacetada identidade de Silva e os diversos homens que lhe correspondem: “há o homem integralista, o político; o professor; o

69 RICOEUR, 2007, p. 455.

70 BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 185.

71 LAHIRE, 2002, p. 10

72 RICOEUR, 2014, p. 167.

73 RICOEUR, 2010, p. 419.

74 POLLAK, 1992, p. 204.

funcionário público; o agrimensor e topógrafo; o delegado”⁷⁵. Reforçando a ideia de que a identidade de Silva tenha sido constituída de forma conflituosa, Barbosa afirma que, com sua família adotiva, Emílio deve ter “sentido, desde os verdes anos da infância, o impacto de dois mundos, de um Brasil luso-brasileiro que amou ardorosamente e fez disso, depois, sua política de vida e, de outro lado, também, vivenciou intensamente a cultura austríaca, além do alemão boêmio”⁷⁶.

Durante toda sua infância e juventude, Emílio da Silva seria identificado como um caboclo pela comunidade predominantemente teuto-brasileira da região, que se congregava em determinados espaços e práticas culturais, como sociedades de tiro, clubes e associações esportivas, espaços educativos e congregações religiosas. De acordo com Giralda Seyferth, “no início da República, a principal crítica à política imigratória do Império teria por base justamente o que chamavam de isolamento e enquistamento dos colonos alemães resultantes do assentamento em colônias homogêneas”⁷⁷. A autora defende que o isolamento e a suposta homogeneidade das colônias alemãs no sul do Brasil não podem sustentar toda a explicação “do processo histórico de construção de uma identidade teuto-brasileira”, dado que “os próprios alemães não constituíam um quadro homogêneo; ao contrário, a clivagem religiosa entre evangélico-luteranos e católicos sempre existiu e algumas identidades regionais podem ser percebidas como significativas em alguns momentos e lugares do processo de colonização”⁷⁸. Nesse sentido, a autora identifica que a ideologia étnica que enfatiza o isolamento das comunidades como primordial no processo de criação de uma identidade imigrante foi veiculada nas publicações teuto-brasileiras no período anterior ao Estado Novo, como forma de responsabilizar o governo sob o discurso de que “colonos pioneiros, assentados em plena selva e deixados por sua conta, sem apoio do poder público, colonos que construíram igrejas, escolas, associações culturais, mantiveram sua língua e seus costumes, e sua identidade nacional”⁷⁹.

Concebendo a batalha pela identidade étnica ou regional como parte das lutas de classificação – luta “pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos”⁸⁰ – é possível compreender que, enquanto Emílio da Silva não detinha o poder de criar uma versão do passado jaraguense que incorporasse sua biografia, utilizou-se de

75 BARBOSA, 2011, p. 61.

76 BARBOSA, 2011, p. 60.

77 SEYFERTH, Giralda. “A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica”. MAUCH, Claudia & VASCONCELLOS, Naira. Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994. p. 13

78 SEYFERTH, 1994, p. 13.

79 Ibidem, p. 14.

80 BOURDIEU, 1989, p. 113.

outras estratégias para alcançar seu reconhecimento na comunidade de imigrantes que o excluía. Assim como em muitas colônias alemãs no Sul do Brasil, a colônia Jaraguá e sua comunidade de imigrantes também

foi definida objetivamente por seus membros a partir do uso cotidiano da língua alemã, da preservação de usos e costumes alemães (incluindo, entre outras coisas, hábitos alimentares, organização do espaço doméstico, formas de sociabilidade, comportamento religioso, etc.), da intensidade da vida social expressa pelas muitas associações que assumiram forte caráter étnico (como as sociedades de tiro, de ginástica, de canto, escolares, de auxílio mútuo).⁸¹

Reforçando esta ideia, Cynthia Machado Campos afirma que a vivência sociopolítica dos alemães, desde o século XVIII, reafirmava o pertencimento individual e coletivo à identidade germânica a partir da língua. De acordo com a autora, “os teuto-brasileiros reviviam suas tradições e reavivavam o sentimento ameaçado de se perder diante da força nacionalista que o getulismo implantava e generalizava nos anos 30 e 40”⁸². Como estratégia inicial para ser aceito e reconhecido como integrante da comunidade imigrante jaraguense, Emílio da Silva esforçou-se não somente para falar um alemão impecável, mas também para escrever o alemão gótico. Mais tarde, ajudou a fundar e frequentou sociedades de tiro, pesca e caça; reproduzindo e inserindo-se, portanto, nos costumes e nos espaços de sociabilidade da comunidade teuto-brasileira da colônia.

Talvez a faceta mais lembrada de Emílio da Silva seja a de professor. Em 1922, Silva foi nomeado professor para ministrar aulas na Escola Pública Hercílio P. da Luz, em uma região que pertencia a Joinville⁸³. Ao que indica a biografia escrita por José Alberto Barbosa, Emílio lecionava em português para as crianças de famílias de imigrantes, criadas e educadas apenas com o alemão. Agindo, portanto, como um mediador necessário nos conflitos étnicos e linguísticos da região. Em testemunho, sua filha Érica da Silva afirma que o próprio pai “se descrevia como um mestre de linha dura, que para conseguir resultados satisfatórios na disciplina e na aprendizagem dos alunos, usava métodos da velha escola”⁸⁴, os quais se definem, entre outras coisas, como castigos físicos.

Na década de 1930, Emílio da Silva construiu o “Salão Silva” e um armazém de “Secos e Molhados”, que complementava a renda de sua família na região de Schroeder, próximo dos limites atuais com a cidade de Jaraguá, em 1934. Nessa época, Silva já tinha uma câmera fotográfica e uma máquina datilográfica, instrumentos que ensejaram seu colecionismo, como expresso na opinião saudosista de José Alberto Barbosa, seu amigo e biógrafo, de que já se constituía naquela residência simples o “primeiro museu jaraguense”⁸⁵.

81 SEYFERTH, op. cit., p. 15.

82 CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil**. 1998, p. 31.

83 Atual município de Schröder, emancipado de Guaramirim em 1964.

84 BARBOSA, 2011, p. 293.

85 Ibidem, p. 196.

No mesmo ano em que Jaraguá torna-se independente de Joinville, fundam-se nas duas cidades núcleos da Ação Integralista Brasileira. Emílio da Silva tornou-se Secretário do movimento⁸⁶, ao lado do chefe local, o farmacêutico e jornalista Ricardo Gruenwaldt. Este chefe seria o responsável pela criação do jornal “O Jaraguá” (1934), intitulado como periódico da “Cidade Integralista do Brasil”. A adesão de Emílio da Silva ao integralismo pode ser compreendida como outra etapa de sua batalha por pertencimento na comunidade jaraguaense. Mesmo com um pai adotivo imigrante que lhe ensinou a língua prevalente na comunidade, a herança do nome europeu foi negada a Emílio da Silva, dificultando seu reconhecimento por parte da comunidade jaraguaense. Falar e escrever o alemão, integrar-se aos meios de sociabilidade e reproduzir os costumes representativos de uma identidade teuto-brasileira não garantiriam seu reconhecimento, o qual demandava continuidade de seus investimentos pessoais. Em decorrência do racismo inserido na valorização da cultura germânica, Silva vislumbra no planejamento social do integralismo um tipo de racismo capaz de acolher sua condição “cabocla”⁸⁷. Como afirma Natália dos Reis Cruz, dentro do projeto integralista “a identificação explícita entre a identidade nacional e a raça branca passa a ser um projeto para o futuro, quando o processo de branqueamento tenha eliminado as raças ‘inferiores’ e indesejadas, lembrando ao leitor que o termo ‘raça’ está sendo utilizado no sentido biológico”⁸⁸. Na doutrina integralista, marcada pela “exaltação do homem e da terra, da nova raça em formação, da busca no passado dos fundamentos da civilização brasileira”⁸⁹, o “caboclo” representava uma peça indispensável no processo de harmonização da sociedade brasileira, ao caminho de sua plena “integração”. Nesse sentido, os mestiços brasileiros eram considerados essenciais para a verdadeira “integração” da nação brasileira, “enquanto os alemães deveriam se misturar à cultura nacional para inserir ‘sangue bom’ na raça brasileira”⁹⁰, excluindo os imigrantes judeus, considerados sujos e impróprios para a unidade brasileira. A propaganda e literatura integralista, portanto, constituiu-se na “mistura de um discurso antijudaico com a negação do racismo e do anti-semitismo”⁹¹.

No conjunto de sua coleção fotográfica existem registros da família de Emílio da Silva em que todos os seus filhos trajam uniformes integralistas, em pose imponente. Em uma entrevista para o projeto de Memória Oral da cidade, empreendido na década de 1990, Eggon João da Silva, filho de Emílio, recorda que seu pai, antes da época do integralismo, pertencia ao “partido contrário à

86 Ibidem, p. 421.

87 CRUZ, Natália dos Reis. **O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio**. Rio de Janeiro: UFF (Tese de Doutorado), 2004, p. 94.

88 Ibidem, p. 93-94

89 VIEIRA, Newton Colombo de Deus. **Além de Gustavo Barroso: O antissemitismo na Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. Porto Alegre/RS: 2012, p. 60.

90 CRUZ, op. cit., p. 173

91 Ibidem, p. 174.

revolução de 30”⁹², o que lhe rendera a perda de emprego de professor. Inicialmente oposto à Vargas, mas dentro de um movimento com propostas e métodos autoritários similares àqueles lançados pelo Estado Novo, Emílio da Silva atuou como propagandista político do nacionalismo de Plínio Salgado. Esta militância gerou diversos registros fotográficos de grandes regimentos integralistas na cidade.

A própria emancipação de Jaraguá do Sul pode ser indício de disputas políticas e, indiretamente, ensejo para a expansão e adesão do integralismo na cidade. Como afirma Clayton Hackenhaar⁹³, após a tomada de poder por Vargas, iniciam-se várias investidas por parte de Nereu Ramos contra a antiga oligarquia dos Konder: “Como exemplos dessas investidas, destacam-se os desmembramentos de Blumenau, em 1931 e 1934, e o de Joinville, em 1934”⁹⁴. Para o autor, essas questões de limites geraram “animosidades” que tornaram “insustentável a presença dos Ramos e do partido Liberal Catarinense nessas regiões”⁹⁵, proporcionando um espaço político fértil para a AIB, dada sua desvinculação com os partidos tradicionais. Em consonância, Zanelatto afirma que a mobilização integralista e “sua retórica anti-oligárquica e contestadora do sistema partidário republicano, encontrou grande receptividade entre os setores médios de imigrantes alemães, italianos e seus descendentes no estado que, na perspectiva da ascensão social, esses contingentes procuravam na AIB um espaço político próprio”⁹⁶. René Gertz⁹⁷, estudioso do integralismo em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, tende a concordar com explicações vinculadas a fatores políticos regionais e locais “e não uma eventual maior preservação da ‘germanidade’, como está amplamente difundido no senso comum”⁹⁸. Para Gertz, uma das variáveis para explicar a maior difusão da AIB no estado de Santa Catarina, estaria “no fato de que essa inegável presença maciça e esse intenso envolvimento da população ‘colonial’ na política catarinense, desde, no mínimo, o início da República, trouxe-lhe enormes consequências negativas com a revolução de 1930”⁹⁹. A revolução e a estratégia dos Ramos para instituir um poder governamental estável “se concretizou numa tentativa de realizar uma verdadeira ‘limpeza étnica’, não só contra os Konder, pessoalmente, mas sim contra seus supostos apoiadores, o conjunto da população de origem alemã no estado”¹⁰⁰.

92 A entrevista encontra-se no Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel, em uma pequena biblioteca da instituição: SILVA, Eggon João da. **Registros de História Oral**. Tomo 1. Jaraguá do Sul (SC): Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel, 1997, p. 281-282.

93 HACKENHAAR, Clayton. **O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945)**: Política, trabalho e terra. 2014.

94 *Ibidem*, p. 86.

95 *Idem*.

96 ZANELATTO, João Henrique. Região, etnicidade e política: o integralismo e as lutas pelo poder no sul catarinense na década de 30. Tese (Doutorado). Porto Alegre: PUC/RS, 2007, p. 74.

97 GERTZ, René. **Integralismo, nazifascismo e “neonazismo” no Sul do Brasil**. 2012.

98 *Ibidem*, p. 5

99 *Ibidem*, p. 6

100 *Ibidem*, p. 6

O caso jaraguaense com a experiência integralista resultou em uma grande adesão popular, gerando alianças políticas como a “Frente Única”¹⁰¹, que uniu liberais e republicanos¹⁰² contra a AIB. Por iniciativa do núcleo integralista de Joinville, a difusão da “ação” começou no bairro Rio Cerro, “a fim de realizar uma conferência no Salão Raduezn. Foram recebidos os camisas-verdes com agrado, apesar da falta de luz. Assim mesmo continuava a conferência com o salão repleto de colonos”¹⁰³. No estado todo, foram eleitos oito prefeitos e 72 vereadores. Em Jaraguá do Sul, a AIB ganhou por grande margem, elegendo para prefeito Leopoldo Augusto Gerent e para vereadores Francisco Mees, Ricardo Gruenwaldt, Emílio da Silva, Carlos Guenther, Ignácio Salomon e Lino Piazero¹⁰⁴.

Um evento extraordinário da história do integralismo na cidade foi a nomeada “Noite dos Tambores Silenciosos”¹⁰⁵ e o assassinato de Ricardo Gruenwaldt. No caso da “Noite dos Tambores Silenciosos”, esta foi analisada por Eugênio Victor Schmoeckel, patrono do Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul, jornalista e político que, inspirado na “Oração dos Tambores” proferida na ritualística integralista, a nomeou desta forma. O autor conta que, em 1936, uma ação truculenta da Força Pública Estadual durante uma comemoração dos quatro anos da fundação da AIB resultou em uma experiência traumática para os integralistas. A ação objetivava a dispersão e a prisão dos líderes, resultando em duas mortes e muitos feridos¹⁰⁶. Enquanto Schmoeckel defende uma explicação por ação movida sob uma “suposta ordem do Ministério da Justiça e do chefe de polícia do Distrito Federal, que proibia a realização de cerimônias comemorativas”¹⁰⁷ pelos integralistas, o trabalho acadêmico de Hackenhaar insere o evento no contexto das disputas políticas que vinham ocorrendo na região. Foram, de fato, diversas as ocorrências de agressões e perseguições, como no caso do integralista Ricardo Roeder, que “foi abordado por policiais, que o conduziram para a Penitenciária da Pedra branca, em Florianópolis”¹⁰⁸. Quanto ao assassinato de Ricardo Gruenwaldt, líder integralista e presidente da Câmara de Vereadores, em 1937, as discussões não parecem encerradas. Gruenwaldt era dono do único jornal integralista da cidade, no qual teria feito uma denúncia contra o delegado Eucário de Almeida. Neste caso, Schmoeckel defende a hipótese narrativa de um assassinato de ordem pessoal, de conflito entre a honra do delegado denunciado por

101 A chapa lançou para prefeito Arnaldo Leonardo Schmidt; para vereadores Artur Muller, Waldemar Grubba, Walter Breithaupt, José Emmendoerfer, Reinoldo Rau e Curt Vasel. (SCHMÖCKEL, 1997, p. 32)

102 HACKENHAAR, 2014, p. 83

103 SCHMÖCKEL, Eugênio Victor. Memória Jaraguaense: O integralismo: o Estado Novo – 60 anos, A Noite dos tambores silenciosos e o Assassinato de Ricardo Gruenwaldt. Jaraguá do Sul/SC: Gráfica e Editora CP, 1997, p. 26.

104 Ibidem, p. 32.

105 O nome é referência ao ritual integralista homônimo, dado por Eugênio Victor Schmoeckel, em seu livro “Memória Jaraguaense”.

106 HACKENHAAR, 2014, p. 90. SCHMÖCKEL, 1997, p. 58.

107 HACKENHAAR, p. 91

108 Idem.

invasões e assédio¹⁰⁹ contra a filha de um integralista; enquanto Hackenhaar mostra-se convencido de que se trata de um crime político, uma vez que “antes do assassinato do presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul em agosto de 1937, esse delegado já havia realizado algumas prisões de integralistas e ameaçado Ricardo Gruenwaldt”¹¹⁰. Contudo, apesar das evidências de um uso político desta morte e da existência de perseguições políticas, a hipótese de uma execução pública e permeada de pessoalismos evoca uma conspiração, que a análise não dá conta de provar integralmente.

Emílio da Silva, tendo ter presidido a cerimônia comemorativa em alusão ao aniversário do Partido Integralista foi procurado pela polícia como líder do movimento, e preso entre 1937 e 1938¹¹¹. Segundo Barbosa, a prisão ocorreu “em razão de seu ativismo ser visto com desagrado, ainda que o pretexto fosse haver coordenado, na ocasião, a cerimônia da Noite dos Tambores Silenciosos ali no Itapocuzinho II”¹¹². Apesar de não terem sido encontrados registros dessa prisão no Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, onde só foram localizados os processos de outros integralistas, afirma-se, na obra biográfica de Barbosa, que “ele esteve preso em Florianópolis por três meses, estando na sua companhia, porque também recolhidos na cadeia da capital, o Dr. Luiz de Souza e Ricardo Roeder”¹¹³. Com a instauração do Estado Novo, e a suspensão do poder legislativo, em 1937, extinguiram-se os mandatos dos integralistas e de Emílio da Silva, encerrando sua carreira política. Tem início, a partir de então, sua vida como servidor público.

Em 1951, Silva é aposentado como professor estadual. Com a eleição de Roland Harold Dornbusch, sob a sigla do sucessor do integralismo, o Partido de Representação Popular, Emílio da Silva é promovido, em 1962, a funcionário inativo de “padrão J-I”¹¹⁴. Isto implicou aumento no valor de sua aposentadoria, permitindo a ele o tempo disponível para seu trabalho memorialístico. Neste mesmo período, o prefeito perrepista foi responsável por uma literal queima de arquivo da prefeitura, quando foi incinerada toda “a papelada que fosse considerada imprestável”¹¹⁵, implicando um esquecimento institucional, ao passo que Emílio da Silva enquadrava sua perspectiva do passado jaraguense.

109 SCHMÖCKEL, op. cit., p.64.

110 HACKENHAAR, op. cit., p. 92.

111 A dúvida em relação a precisão da data surge na ausência de registros da prisão de Silva no arquivo do TJ/SC e nas diferentes afirmações do biógrafo de Emílio da Silva, José Alberto Barbosa. Primeiro o autor afirma que a prisão acontece em 1937 (p. 572), para em seguida, afirma que “Emílio, porém, apenas foi preso no início de 1938” (p. 576).

112 BARBOSA, 2011 p. 572.

113 Idem.

114 BARBOSA, 2011 p. 691.

115 Ibidem, p. 701.

A partir da década de 1960, como que acompanhado pelo crescimento da fábrica de eletromotores WEG, fundada por Eggon João da Silva e seus sócios, Emílio da Silva torna a reaparecer, sendo convidado a ocupar cargos destacados. Em 1968 foi nomeado delegado, apesar de não ter nenhuma formação jurídica específica. Como afirma Barbosa, Silva foi “reconduzido para o mesmo cargo, por ato de 7 de fevereiro de 1972”¹¹⁶ e novamente, em caráter provisório, em 1977. Como exemplo da atuação de Silva e a ilustração de seu caráter autoritário, Barbosa relata na biografia um episódio peculiar de sua atuação na delegacia. Conta que, na ocorrência de um furto de um passarinho na cidade, Emílio da Silva percorre os bairros próximos em busca do criminoso e ao encontrá-lo, faz da prisão um espetáculo em que ele é o protagonista:

Porém, nosso *Komissar* – e aí vem o hilário – não está contente com a prisão do meliante e a recuperação da avezinha, e fuzil à mão, conduz o malfeitor pela cidade. De fato, sai com o preso desde a cadeia pública, indo pela Avenida Getúlio Vargas, fazendo-o desfilar a pé até a esquina da avenida Mal. Deodoro da Fonseca, enveredando por está até o Colégio São Luiz, tornando pelo caminho, onde o meliante foi, então, trancafiado. O larápio, ainda um rapaz, estava ladeado por dois guardas armados de fuzis. Emílio da Silva, ereto como um pau mestre de alambrado, vinha atrás. No peito do moço afixara Emílio um cartaz improvisado, servido de aviso *erga omnes* e com os dizeres “*Este é o fruto do meu roubo!*” ou, noutra versão, “*Ladrão de passarinho*”.¹¹⁷

Apesar de o texto elaborado por Barbosa não informar rigorosamente as fontes em que baseia sua história, seu trabalho é importante para verificação das atualizações que vão sendo feitas sobre a memória de Emílio da Silva. Neste caso, o livro, como um todo, reivindica um revisionismo sobre a história do Integralismo e é saudosista perante a ditadura miliar brasileira, tratada como “revolução” pelo autor. É evidente que, marcado pelos acontecimentos e as perseguições aos integralistas, Emílio da Silva manteve-se silencioso e flexível quanto a seus ideais políticos, voltando a aparecer de maneira vívida na instrumentalização do capital social de seu filho e sob as condições políticas de uma ditadura militar. Contudo, a narrativa de Barbosa, definitivamente não reflete da identidade narrativa de Silva. Esta, por sua vez, está implicada e manifestada tacitamente, no seu colecionismo e na circulação de seu acervo, que compreende “artefatos mediadores entre os mundos sensível e intangível”, os quais “materializam uma ordem de valores que orienta seus usos e sua circulação”¹¹⁸.

116 Ibidem, p. 771.

117 Ibidem, p. 773-774.

118 NEDEL, Letícia Borges. **Memória familiar, história política e tempo presente**: a circulação do arquivo pessoal de Getúlio Vargas durante o regime militar. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH. São Paulo, 2011, p. 1.

1.2. Empreender a memória de si: Colecionismo como ato autobiográfico

A constituição de um acervo pessoal implica uma intenção de preservação material do passado, ao passo que se projeta um futuro, segundo critérios específicos daquele que preserva e guarda. A atribuição de ordem, significado e valor a documentos e objetos passa, necessariamente, por critérios e juízos pessoais que “não apenas desempenham funções identitárias, expressando simbolicamente nossas identidades individuais e sociais, mas, na verdade, organizam (na medida em que os objetos são categorias materializadas) a percepção que temos de nós mesmos individual e coletivamente”¹¹⁹. Compreender uma coleção, pressupõe resgatar “situações sociais, relações sociais de produção, circulação e consumo de objetos, assim como diversos sistemas de ideias e valores e sistemas de classificação que as norteiam”¹²⁰.

Segundo Eric Ketelaar, são muitas as narrativas tácitas que se insinua no ato de categorizar, codificar e classificar¹²¹, uma vez que criar registros e organizá-los é um “regime de práticas” que varia no tempo e no espaço, onde se guardam coisas sob a influência consciente ou inconsciente de fatores sociais e culturais¹²². Para o autor, aquilo que se registra “cruza os limites funcionais da organização do eu, a fim de fornecer a memória coletiva”¹²³, de forma que o significado e o contexto das coisas é alterado. Tal alteração é provocada pelo próprio ato de selecionar e de colocá-las em um “pedestal”. José Reginaldo Santos Gonçalves, de forma muito similar, afirma que registros preservados e, em determinado momento, tornados patrimônio cultural, “estão por sua vez a nos ‘inventar’, uma vez que eles materializam uma teia de categorias de pensamento por meio das quais nos percebemos individual e coletivamente”¹²⁴. Organizar a si mesmo, integrar-se como indivíduo na saga de uma coletividade testemunhada pelas coleções, arquivos e registros, inscrever a si na tessitura de um passado legítimo, é também criar uma narrativa.

Quanto à coleção do personagem aqui estudado, existem indícios de que Emílio da Silva começou a organizar, guardar e criar registros da história de Jaraguá do Sul ainda na década de 1920. Sua trajetória foi pontuada por investimentos seus em busca de reconhecimento por parte da comunidade jaraguaense, como personagem daquela história e digno de respeito. Talvez seja possível afirmar que, na ausência de registros de seu pai biológico, uma vez que sua adoção não fora formalizada, Silva tenha tentado direcionar a sua identidade, residindo aí os motivos maiores

119 GONÇALVES, 2007, p. 27.

120 Ibidem, p. 24.

121 KETELAAR, 2001, p. 135.

122 Ibidem, p. 136.-137.

123 Idem.

124 GONÇALVES, op. cit. p. 29.

de seu interesse pela História. A hereditariedade, tão valorizada entre os colonos alemães, pode ter impulsionado sua curiosidade sobre quem ele era, afinal. Daí que, apesar do caráter autobiográfico do livro de Emílio da Silva – ilustrado e complementado por sua coleção de fotografias –, o autor não tenha escrito um livro apenas sobre si mesmo; ele atravessou a fronteira de sua própria narrativa para, então, compor o espaço e o tempo que pareciam não lhe pertencer: a história de Jaraguá do Sul. Compartilhar costumes e dominar a língua alemã não foi o suficiente para que Silva pudesse sentir-se parte da comunidade teuto-brasileira de Jaraguá do Sul. O reconhecimento e o pertencimento almejado demandava “ligações sentimentais, laços afetivos e lembranças emotivas da terra”¹²⁵. Quarenta anos de colecionismo renderam para Emílio da Silva o suficiente para criar um acervo museológico que, no momento oportuno da comemoração de Centenário Jaraguense (1976) e no auge econômico da empresa de seu filho, finalmente seria exposto e legitimado como patrimônio da cidade. Nesse mesmo ano, com auxílio da prefeitura, Silva lançaria seu livro, sobre o qual falou em entrevistas em jornais e que lhe renderia as mais diversas homenagens¹²⁶. Como que em um acordo com a comunidade à qual queria pertencer, biografou e inventariou as famílias tradicionais de Jaraguá do Sul, recebendo de seus parentes fotografias e testemunhos. Isso reforça a afirmação de Luciana Heymann, em que “o processo de seleção e ordenamento dos documentos é muitas vezes um empreendimento coletivo, especialmente no caso de homens públicos”¹²⁷.

O conceito elaborado por Keteelar para tornar possível a construção e desconstrução de um corpo de registros, a “genealogia semântica”¹²⁸, diz respeito a todas as “ativações” daquilo que foi registrado, ou seja, as interações, intervenções, interrogações e interpretações feitas pelo criador, usuário e colaboradores¹²⁹, que deixam marcas e dão esta continuidade quase infinita ao significado dos bens preservados. Se a cada estágio da trajetória do registro, seus “ativamentos” nos contam uma história¹³⁰, será possível compreender, em algum nível, a identidade narrativa de Emílio da Silva na trajetória de sua coleção, transformada em acervo da exposição fotográfica do Centenário e, posteriormente, do Museu Municipal Emílio da Silva. Portanto, “enfrentar analiticamente essas aproximações e desencontros supõe reconhecer que tanto a trajetória institucional dos arquivos quanto os valores e características atribuídos aos diferentes acervos são tributários de uma sucessão de trocas materiais e simbólicas realizadas”¹³¹.

125 CAMPOS, 1998, p. 29.

126 Por exemplo, Emílio da Silva é homenageado nas edições Nº 2.896 e Nº 2.897 do “Correio do Povo”, de Jaraguá do Sul, em 1976. Disponíveis em <http://hemeroteca.ciase.sc.gov.br/correiodopovo/correio%20do%20povo%201976.html> Último acesso em 14/06/2019.

127 HEYMANN, 2005, p. 47.

128 KETELAAR, 2001, p. 139.

129 Ibidem, p. 137

130 Ibidem, p. 140.

131 NEDEL, 2011, p. 1.

1.3. As coleções e suas narrativas tácitas

Os objetos expostos nas diversas fases do museu “Emílio da Silva” formam narrativas com temporalidades sobrepostas, marcadas pela imbricação de interesses particulares, fundamentados e transformados em projetos viabilizados pelo acúmulo e articulação entre diversos tipos de capital, entre os quais aqueles provenientes de herança familiar. Em conversas informais com um guia do atual museu (MHES), recebi a informação de que a criação de uma instituição de salvaguarda para a cultura material da cidade esteve baseada na urgência de preservar a exposição fotográfica elaborada para os festejos do Centenário de Jaraguá do Sul. Partindo dessa afirmativa, pode-se supor que o marco inicial desta vontade de lembrar e preservar estivesse localizado ao final da exposição do festejo. Contudo, o próprio material informativo e pedagógico elaborado pela equipe do museu dá indícios de intenções que antecipam o marco de 1976.

No livro “**Memória...Um museu e a história**” (2010) publicado pela Fundação Cultural de Jaraguá do Sul¹³², é possível encontrar a história da constituição do MHES, partindo dos primeiros anseios de Emílio da Silva até a constituição do Museu Histórico, em 2001. Em um texto do principal idealizador do livro e colaborador do projeto memorialístico de Emílio da Silva, Amadeus Mahfud afirma que “ao contrário do que se pensa a maioria [sic], a ideia de criar um Museu Histórico para Jaraguá do Sul foi sugerida por Emílio, em meados da década de 60!”¹³³.

Tido por “sucessor de Emílio da Silva na história de Jaraguá do Sul”¹³⁴, Amadeus Mahfud¹³⁵ foi grande amigo e admirador do empenho do patrono do MHES, com o qual compartilhou e estabeleceu parcerias em pesquisas e lazeres, além de, juntos, terem se encarregado de arregimentar esforços para os preparativos da exposição fotográfica do festejado centenário da cidade. Na obra de José Alberto Barbosa, lê-se que foi no ano de 1946, mediante o ingresso como concursado no cargo de diretor do Serviço Municipal de Estatística, que Emílio da Silva conheceu Mahfud, que ingressara como escrivão no Fórum da cidade, onde trabalharam juntos. Outra referência a essa convivência que resultou em uma forte amizade consta no livro do museu, no texto-homenagem de Sidnei Marcelo Lopes. Este, conta que Mahfud “trabalhando no edifício da Prefeitura/Fórum, na década de 40, travou amizade com Emílio da Silva, que já nos seus 47 anos trabalhava na agência

132 Publicação financiada pela empresa de eletromotores WEG e com incentivo do Ministério da Cultura, pela Lei Rouanet.

133 CANUTO, 2010, p. 35.

134 CANUTO, op. cit. p. 31.

135 Amadeus Mahfud foi co-fundador do Clube Jaraguense de Xadrez e do Clube de Caça, Tiro e Pesca Marechal Rondon, trabalhou desde 1946 no Cartório judicial, seguindo para Escrivão Titular em 1956 e aposentou-se em 1991.

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, localizada na Prefeitura”¹³⁶. O papel que Amadeus Mahfud desempenhou em Jaraguá do Sul ainda requer uma pesquisa mais aprofundada, embora seja possível reconhecer em sua trajetória interesses comuns aos de Emílio da Silva. Afora sua evidente determinação para possibilitar a consagração do projeto memorialístico de Silva, Mahfud também se interessava pela pesquisa histórica, inclusive de sua própria genealogia. Assim como na vida de Silva, a trajetória de Mahfud revela um grande interesse pela escrita autobiográfica, enquadrando a história de instituições (como o MHES ou o “Clube Atlético Baependi”) a partir de suas lembranças pessoais¹³⁷.

Os redutos da cultura e da sociabilidade das elites jaraguenses por muitos anos foram os clubes e sociedades esportivas da cidade. Sobre isso, Mahfud registra que, em 1967, numa reunião da diretoria do Clube de Tiro, Caça e Pesca Marechal Rondon, Jorge Mattar e Leonides Schadeck informavam que familiares de Ernesto Czerniewicz estavam vendendo uma grande área de 27 mil metros quadrados, próxima ao destacado Clube Atlético Baependi. A reunião discutia a compra desta área para abrigar a nova sede do Clube de Tiro, sendo que o próprio Mahfud, como presidente, vetou a proposta por falta de recursos. Não obstante, Amadeus Mahfud procurou o prefeito Victor Bauer¹³⁸ para efetivar a sugestão de que “a prefeitura deveria adquirir aquele local, transformando-o em área de lazer para a população”¹³⁹. O prefeito concordou com a compra, uma vez que o investimento em locais de incentivo ao turismo faziam parte do planejamento em relação à cultura durante o regime civil-militar.¹⁴⁰

A partir do episódio em que narra a sugestão feita ao prefeito Bauer é que Mahfud inclui Emílio da Silva na narrativa. Este, teria manifestado entusiasmo com a sugestão e retificou-a para que, além de um Passeio Público, se comprasse conjuntamente com a área ofertada o Casarão Georg Czerniewicz para a construção de um Museu. Ainda de acordo com Mahfud, “naquela ocasião, Emílio já reunia mais de 200 chapas fotográficas históricas, e colhia depoimentos entre os

136 CANUTO, op. cit., p. 31.

137 José Alberto Barbosa registra esta memória sobre Amadeus Mahfud na biografia de Emílio da Silva: “[Silva e Mahfud]Estavam sempre juntos, falavam das coisas da vida. Antes que eu encontrasse nos papéis de Emílio dados a respeito de edificações que fez, por exemplo, Amadeus já me dera bons detalhes. Narrou-me coisas que eu jamais soubera. Inclusive, disse-me, contratou ele próprio ai Emílio nos velhos tempos, como arquiteto, para a construção de sua casa. Eis aí boa referência para os estudiosos emilianos. Poder-se-á fazer um levantamento de seu estilo, materiais, empregados, técnicas de edificação, capacidade profissional, a partir desse e de outros prédios que fez. Trabalharam juntos nos preparativos do Centenário de Jaraguá do Sul, quando foi preciso escolher as fotografias e mais materiais do acervo de Emílio da Silva para a Exposição. Aliás, o Amadeus, que tem em elaboração um livro histórico e genealógico sobre a própria família, é um grande historiador do Vale do Itapocu”. (BARBOSA, 2011, p. 262-263)

138 Eleito prefeito pela Arena entre os anos de 1966 e 1970.

139 CANUTO, 2010 p. 36.

140 Cf. CALABRE, Lia. **O Conselho Federal da Cultura, 1971-1974**. In: Estudos Históricos, n. 37, janeiro-junho de 2006. p.81-98.

descendentes dos primeiros colonizadores da cidade”¹⁴¹, com o intuito de escrever um livro sobre Jaraguá do Sul. Aquele Casarão representava para Emílio “um patrimônio histórico, por estar localizado ao lado da primeira venda de Jaraguá e por ter hospedado personalidades ilustres”¹⁴². O dito espaço figurava no centro de disputas que iam além dos anseios de Silva e Mahfud, uma vez que a Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) também tinha interesse em adquiri-lo para a construção de sua sede social. Amadeus Mahfud conta que ele e Emílio da Silva receberam a promessa do prefeito Victor Bauer de que conseguiriam vencer a disputa¹⁴³. Estas negociações, portanto, evidenciam um nível substancial de prestígio de Mahfud e Silva com o poder público, representado pelo prefeito, que no fim de seu mandato comprou o terreno prometido.

Apesar do mandato de Bauer chegar ao fim, a continuidade de um governo arenista é estabelecida na eleição de Hans Gerard Mayer e seu vice, o jornalista Eugênio Victor Schmockel, empossados em 1970. O prestígio político da dupla Silva/Mahfud não parece ter sido abalado, uma vez que as próprias palavras de Amadeus caracterizam os candidatos eleitos como, “ambos do mesmo partido antecessor, e com o compromisso de dar continuidade às nossas ideias”¹⁴⁴. Em 1971, como prefeito em exercício, Schmockel elabora uma lei¹⁴⁵, nunca regulamentada, para a criação do “Museu e Arquivo Municipal, que passam a fazer parte da Biblioteca Pública Municipal, até ulterior deliberação”¹⁴⁶. A aquisição do terreno Czerniewicz não incluiu de imediato a compra do “Casarão”, que mais tarde foi declarada como utilidade pública sob o decreto 226, para tentar impedir sua venda a terceiros, o que acaba por ocorrer em 1975¹⁴⁷, findando “o sonho inicial de Emílio da Silva”¹⁴⁸ de criar um museu para a cidade. Ao que tudo indica, Silva estava convencido de que seu idealizado museu realmente seria constituído naquele local, como é demonstrado no seu próprio livro. Quando escreve sobre a trajetória de Georg Czerniewicz e a descrição do Casarão, Silva atribui ao espaço uma historicidade valiosa, vinculando-o ao evento da hospedagem de ilustres

141 CANUTO, op. cit., p. 36.

142 Idem.

143 Bauer publicou a Lei nº 188/67, afirmando que “Fica o Prefeito Municipal autorizado a adquirir de Úrsula Lott Czerniewicz Schulz, Gisela Czerniewicz Mattar, Jutta Czerniewicz Schadeck, Jorge Ernesto Czerniewicz, Ingo Schulz, Jorge Mattar, Leonides Schadeck e Maria Rossini Czerniewicz, um terreno com área de 26.163², situado à rua Jorge Czerniewicz, nesta cidade, pelo preço de NCr\$ 24.840,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e quarenta cruzados novos) destinado a futuras construções, como sejam passei público, palácio de esportes, etc. (...)”. (CANUTO, 2010, p. 37). Lei disponível em: <http://leismunicipa.is/rfegi> Último acesso em 17/06/2019.

144 CANUTO, 2010, p. 37.

145 Lei nº 321/1971. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/jaragua-do-sul/lei-ordinaria/1971/33/321/lei-ordinaria-n-321-1971-cria-museu-e-arquivo-municipal> Último acesso em 14/06/2019.

146 Art. 1º da Lei nº 321/1971, disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/jaragua-do-sul/lei-ordinaria/1971/33/321/lei-ordinaria-n-321-1971-cria-museu-e-arquivo-municipal> Acessado em 23/03/2019.

147 O dito “Casarão Czerniewicz” foi vendido a um farmacêutico da cidade, que obteve autorização da prefeitura para a demolição do imóvel, já em ruínas. Atualmente o espaço abriga o Centro Cultural de Jaraguá do Sul e o Centro Empresarial de Jaraguá do Sul.

148 CANUTO, op. cit., p. 36.

como “o embaixador alemão Barão von Wengenheim, o Ministro Lauro Muller, os Konder¹⁴⁹ e outros”¹⁵⁰. Posteriormente, ainda convencido pela promessa do prefeito Bauer enquanto escrevia seu livro, assinala que o prédio é propriedade de Erna Czerniewicz e, futuramente, será o Museu de Jaraguá do Sul¹⁵¹.

Percebe-se que, se não havia uma premeditação de Emílio da Silva para a criação de um museu, fundamentado em seus recortes e enquadramentos da memória jaraguaense, ao menos o material produzido pelo MHES tenta dar cronologia e uma coerência para sua trajetória até a constituição formal da instituição. Tal narrativa, apesar de revelar importantes processos pessoais e políticos, escamoteia e suaviza a influência da iniciativa privada. Assim como não intenciona elucidar o capital familiar, financeiro, político e simbólico gozado e mobilizado por Emílio da Silva para dar legitimidade e continuidade a seus projetos pessoais de preservação da história da cidade.

Quanto às fotografias históricas da exposição fotográfica do centenário, os relatos e bibliografia reunida sobre a história de Jaraguá do Sul apontam mais firmemente para um colecionismo de Silva. Amadeus Mahfud é lembrado por possuir um “riquíssimo e muito bem organizado material histórico” e pela elaboração de um livro histórico e genealógico sobre a própria família. Destaca-se que, para além do prestígio entre os governantes apontado previamente, Mahfud tinha acesso a muitas informações e documentos sobre os moradores da cidade enquanto funcionário público do Fórum da cidade.

Enquanto isso, Emílio da Silva tinha a intenção de publicar um livro de caráter documental reunindo depoimentos e imagens históricas da cidade. Durante a década de 30 que atuou como destacado líder integralista, Silva responsabilizava-se pelo registro do movimento na cidade e fazia as fotos dos camisas-verde para o preenchimento da ficha de inscrição na milícia do município. José Alberto Barbosa registra em seu livro que, em uma entrevista concedida a ele, Silva dizia ter preparado seu acervo histórico desde 1920¹⁵², embora não haja registro oficial ou referência da existência de tal depoimento. No já citado livro que biografava o patrono do MHES, consta que Emílio da Silva “fotografou escolas com seus alunos e professores e, entre o que ele mesmo fotografou ou preservou de terceiros, vemos prédios antigos; (...) ruas e passantes; o rio Itapocu e

149 Esta escolha de valorizar o legado político dos Konder não é incoerente com a trajetória política de Emílio da Silva, uma vez que esteve alinhado politicamente com o Partido Republicano Catarinense, antes da revolução de 30, como atesta seu filho em uma entrevista para um projeto de memória oral encontrado no Arquivo Histórico: “Eu nasci em 1929 e na época meu pai participava do partido político contrário a revolução de 30, teve que deixar o emprego, indo morar em Guamiranga. Posteriormente se estabeleceu em Vieiras, estrada via a Itapocuzinho e Schroeder e que é município de Jaraguá.. Isso foi mais ou menos em 1931-1932.” (SILVA, Eggon João da. **Registros de História Oral**. Tomo 1. Jaraguá do Sul (SC): Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel, 1997, p. 281-282.)

150 SILVA, 1975, p. 22.

151 SILVA, 1975, p. 298.

152 BABORSA, 2011, p. 714.

os que varavam em canoas; e trens pioneiros; e a passagem de tropas militares rumo à Serra, nos eventos bélicos da Nação”¹⁵³.

Este colecionismo elaborado pelo patrono do MHES de objetos, documentos e fotografias, ora seus, ora de terceiros, senão um enquadramento profícuo para o acúmulo de capital simbólico, “já é produto de um processo de monumentalização da memória do indivíduo”, sendo que “sua transformação em arquivo doado abre espaço para um novo processo de seleção/subtração que coloca em destaque a questão da compatibilidade entre memória individual e memória coletiva ou histórica”¹⁵⁴. Portanto, no desenvolvimento da proposta deste trabalho, vale verificar a ressignificação e a atualização deste acervo pessoal para os festejos do centenário jaraguense e, em seguida, para sua circulação em instituições museológicas. Para tanto, busca-se compreender a temporalidade referencial da memória, tanto quanto aquela em que se manifesta, somando-a à intervenção dos “herdeiros” para composição de “um plano de subjetividades intermediárias”, em busca da compreensão dos reenquadramentos elaborados a partir das doações.

153 Idem.

154 Heymann, 1997, p.50.

Capítulo 2: A coleção sai para a rua

Compreender a identidade narrativa estabelecida em um projeto autobiográfico, subjacente à memória de um grupo, intitulado como “ancestrais” ou “pioneiros” de Jaraguá do Sul, implica verificar suas estratégias de consagração implícitas. A constituição do acervo de Emílio da Silva, com o papel secundário das contribuições de Amadeus Mahfud nas arrecadações dos conjuntos de objetos a serem selecionados e enquadrados a partir daquilo que seria a “história” da cidade no livro de Silva, torna evidente uma longa trajetória de uma identidade em construção. A legitimidade dessa identidade ocorreu ao mesmo tempo em que se legitimou o papel de Emílio da Silva como mediador cultural, como uma espécie de intelectual que no exercício de sua profissão se encarrega de contar as histórias daqueles que tornaram possível o presente estabelecido e o futuro vindouro.

Pensar o papel exercido por Emílio da Silva como intelectual na cidade, demanda precisão nos conceitos. O caráter polissêmico da noção de intelectual discutido por Jean François Sirinelli, possibilitaria aproximar Silva do papel de “mediador cultural”, uma vez que seu “meio intelectual” e suas “redes” de reconhecimento e “lugares” de atuação são restritos aos amigos do trabalho e dos clubes, aos espaços dos cartórios e o Fórum da cidade. O “engajamento” de Silva, que faz parte da “geometria variável”¹⁵⁵ do conceito de intelectual proposto por Sirinelli, é dependente da sua aceitação pela sociedade jaraguense, ao mesmo tempo que estaria ligado à leitura cívica do passado integralista da cidade e à defesa de sua nova posição social como parte de uma família importante, proprietária de uma indústria inaugurada no desenvolvimento da década de 1960. Longe de atuar como um intelectual reconhecido entre pares de instituições ligadas à produção de conhecimento, de reger revistas ou de pertencer a “uma categoria socioprofissional marcada, pela vocação científica”¹⁵⁶, Emílio da Silva começa sua carreira de mediador cultural como professor dos filhos dos colonos, de língua preponderantemente alemã, na primeira metade do século XX. Como afirmam Gomes e Hansen, exemplos de mediadores culturais “podem ser os que se dedicam a um público de corte determinado como o escolar, o feminino, os sócios ou membros de uma comunidade étnica, profissional”¹⁵⁷. Contudo, é a partir de 1960 que Silva pôde tornar seu acervo pessoal fonte de pesquisa para elaboração de um livro sobre suas impressões do passado jaraguense, repleto de testemunhos de colonos e amigos.

155 SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais** in: RÉMOND, René. Por uma história política: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996, p. 242.

156 GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores**: Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 10

157 Ibidem, p. 21.

Uma vez que houve da parte de Silva uma proposta, um recorte específico em que se teceu o fundamento de sua identidade ao mesmo tempo que se forjava uma identidade coletiva, será possível compreendê-lo a partir do seu “espraiamento das ideias e valores que defendem, pela sociedade mais ampla”¹⁵⁸. O que consagraria Emílio da Silva como “intelectual”, como “mediador cultural” da cidade? O que lhe permitiu ser parte central de um conjunto de “atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social”¹⁵⁹? Para responder à pergunta, vale analisar a trajetória deste acervo, suas atualizações e reatualizações, inseridas em contextos específicos e contando com diversos interesses, auxiliados e entravados por intermediações plurais. Nesse sentido, torna-se necessário o exercício de um “jogo de escalas”, para “fazer aparecerem, por trás da tendência mais visível, as estratégias sociais desenvolvidas pelos diferentes atores em função de sua posição e de seus recursos respectivos, individuais, familiares, de grupo etc.”¹⁶⁰.

2.1. Os preparativos para o Centenário: ode ao progresso industrial

Grandes exposições e eventos comemorativos (cerimônias de evocação) estiveram no cerne dos processos de criação de museus, que em sua maioria estabelecem elementos fundamentais para a constituição de identidades e, necessariamente, de alteridades, no processo de demarcação de fronteiras de pertencimento de grupos e indivíduos. Um caso emblemático em Santa Catarina é o Centenário da cidade de Joinville, município em que Jaraguá do Sul foi distrito até 1934. Analisado por Janine Gomes da Silva, onde a autora demonstra uma evidente economia no exercício de lembrar/esquecer, embora compreenda estas duas práticas como distintas e quase antagônicas¹⁶¹.

158 GOMES; HANSEN, 2016, p. 27.

159 Ibidem, p. 10

160 REVEL, 1998, p. 22

161 O trabalho de Janine Gomes da Silva investiga as negociações e as atualizações da memória da “elite teuto-brasileira” em dois momentos, definidos como a) “o tempo de lembrar” e b) “o tempo de esquecer”. O primeiro “tempo”, o de lembrar, é referente ao período de colonização de Joinville, onde são inventados os “pioneiros” alemães, valorizados em seu árduo trabalho que tornou possível o progresso da cidade. O “tempo de esquecer”, refere-se ao período da campanha de nacionalização, em que a cultura germânica ou teuto-brasileira foi reprimida e perseguida pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. A autora tem grande mérito na perspicaz demonstração do caráter plástico da identidade coletiva, que renegocia determinados aspectos identitários em seu presente histórico. Contudo, sua análise fundamenta-se na separação dos atos de lembrar e esquecer, dando a impressão que seria possível lembrar sem implicar seletividade na memória e, portanto, determinado esquecimento. Para Ricoeur (2007, p. 455.), não é possível lembrar-se de tudo. Para que seja possível lembrar, articula-se a memória com a função mediadora da narrativa, que é naturalmente seletiva: “Por que os abusos da memória são, de saída, abusos do esquecimento? Nossa explicação, então, foi: por causa da função da mediadora da narrativa, os abusos de memória tornam-se abusos de esquecimento. De fato, antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da

Trata-se de uma comemoração que tem como pano de fundo a experiência traumática da campanha de nacionalização, levada a cabo por uma “elite teuto-brasileira”, que negociava uma rememoração do pioneirismo do colono (principalmente de origem alemã¹⁶²). Nesse caso, é reatualizada pelo contexto do pós-guerra, onde os responsáveis pelo evento “mobilizaram muitos aspectos da vida econômica, política e social da cidade, num movimento constante de adequar-se aos novos tempos, sem abandonar antigos pressupostos, mas, através de uma reformulação discursiva trazem, à tona, elementos de significação para aquelas pessoas”¹⁶³. Estes “novos tempos” – aqueles que sucedem o patriotismo varguista – não deixaram de reivindicar a memória do pioneirismo de seus imigrantes alemães, mas tiveram que conceder espaço para “seus irmãos de ‘tez morena e olhos pretos’”¹⁶⁴.

Apesar de ser caracterizado por uma diversidade de temporalidades, afetos, traumas e interesses políticos muito particulares àquele festejo, o Centenário Joinvilense também compartilha de um ponto comum entre das exposições ocidentais, isto é, o investimento em uma narrativa cronológica e inteligível do progresso, que apesar de implicitamente referenciar uma época traumática para uma parcela da cidade, exhibe seu orgulho perante o progresso industrial. O caso jaraguaense não é uma exceção no rol das comemorações de centenários que são rituais em que o tempo é experimentado sob forma de uma temporalidade progressista, moderna, mantendo semelhanças discursivas e estéticas com o evento joinvilense, mas situado em uma conjuntura e temporalidade particulares, onde se podem traçar inúmeras semelhanças sem jamais torná-lo redutível ao evento vizinho.

Como no caso joinvilense, a festa dos cem anos da colonização de Jaraguá do Sul envolveu reformas pela cidade, como pintura muros, criação de jardins e limpeza de terrenos abandonados. Reuniu diversas passeatas e se desenvolveu com muita pompa, em homenagens ao passado colonial da região. O Centenário jaraguaense (ou a “Expo-100”) a princípio foi divulgado como uma Exposição Industrial e Agropecuária, programada para ser desenvolvida entre 24 de julho 1º de agosto, de 1976. Articulado entre o poder público, representado pelo prefeito arenista Eugênio Strebe, e representantes do setor industrial da cidade, o evento foi a arena em que atuaram agentes em busca de lucros econômicos e simbólicos. A década de 1970 é conhecida como a do ‘apogeu da indústria jaraguaense, tendo a década anterior demarcado o início da industrialização “dinâmica” fundamentada em diversos fatores – entre eles “a instalação, em 1959, do Banco do Brasil, que

narrativa. Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A ideia de narração exaustiva é uma ideia performativamente impossível. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva”.

162 Janine Gomes da Silva afirma que “Joinville, localizada na região nordeste do Estado de Santa Catarina, foi colonizada por imigrantes europeus, principalmente alemães, a partir de 1851, através da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, que encaminhou para Joinville e arredores, entre os anos de 1850 a 1888, 17.408 colonos.” (SILVA, 2004, p. 16-17)

163 SILVA, 2004, p. 22

164 Ibidem, p. 18.

possuía recursos da ‘Aliança para o Progresso’¹⁶⁵. Durante toda a década de 1960, proliferaram fusões e fundações de novas empresas, destacando-se os nomes da Malwee, Marisol, Kolbach, WEG¹⁶⁶, Trapp e Menegotti, que de mãos dadas com a lógica disciplinar do regime militar e de acordo com a hegemonia da Arena na prefeitura, estiveram tutelando a cultura e a política da cidade.

Os preparos para o festejo da cidade tiveram como aliada a imprensa, especialmente o jornal “A Gazeta de Jaraguá”¹⁶⁷, cuja a publicidade paga pela prefeitura incitava à participação popular no evento e divulgava os arranjos do centenário, tal como no Centenário Joinvilense. A tendência de propaganda política que se estabelecia nas páginas dos jornais ficava ainda mais evidente com o findar do centenário e a aproximação de novas eleições. Com um pouco mais de um ano de antecedência, o centenário já era o assunto central dos discursos do poder público, que afirmavam a necessidade de investimento público na indústria, pois que se a cidade “desejava progresso, deverá pagá-lo em ideias, trabalho e dinheiro”¹⁶⁸. No ano de 1975, a comemoração dos 99 anos da cidade dividiu espaço com a inauguração da agência da União de Bancos Brasileiros (UNIBANCO), que esteve presente para apoio em questões administrativas e financeiras do centenário¹⁶⁹, representando o antigo poder da oligarquia Konder-Bornhausen.

No contexto das comemorações, houve também espaço para a divulgação do trabalho “historiográfico” de Emílio da Silva. Este, foi descrito pelo resenhista do jornal “A Gazeta” como uma “obra de fôlego, consubstanciando 30 anos de pesquisas de subsídios coletados, ricamente ilustrado”¹⁷⁰. Foi a oportunidade para o autor dar início à campanha em prol do seu projeto memorialístico. Naquele momento, Silva ainda acreditava ser possível a instalação de um museu no Casarão Czerniewicz. Nas páginas da Gazeta, afirma que a instalação do Museu “será mais um patrimônio de qual nós nos orgulharemos na apresentação do que possuímos quando do Centenário no próximo ano”¹⁷¹.

Durante todo o ano de 1975 e início de 1976, os periódicos da Gazeta e do Correio do Povo divulgaram boletins, elaborados pela Comissão de Divulgação e Imprensa, onde é possível verificar

165 SCHÖRNER, 2000, p. 70.

166 A WEG é uma fábrica de motores elétricos que, em 1995, junto com a Kolbach, detinha 55% do mercado nacional de motores monofásicos. Trata-se de uma indústria de grande importância, que esteve sempre próxima ao poder público e vinculada ao nome de Emílio da Silva, uma vez que um de seus fundadores é Eggon João da Silva, filho de Emílio.

167 Em diversas edições do jornal encontram-se frases como “O que eu faço pela minha cidade”, em campanha pelo Centenário Jaraguense. Exemplo disto encontra-se na edição nº 204, de 09/02/1975. As edições do “A Gazeta” estão disponíveis no Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.

168 A GAZETA. Jaraguá do Sul, 26 set. 1975, p. 3

169 Isso fica evidente na análise do Livro-Caixa do evento, em que observa-se o UNIBANCO como agência central para as movimentações financeiras do Centenário. O documento encontra-se no Arquivo Histórico Eugênio Schmöckel, no setor de documentação do Centenário de Jaraguá do Sul (1976).

170 A GAZETA. Jaraguá do Sul, 06 jun. 1975.

171 A GAZETA. Jaraguá do Sul, 25 abr. 1975..

os empenhos publicitários, que envolveram também agências em Blumenau, Joinville e Florianópolis. Ruas foram calçadas, jardins foram plantados e renovados, painéis de propaganda foram instalados nas rodovias e diversos panfletos foram impressos e distribuídos na cidade e nos arredores do estado. Na Gazeta, Ferdinando Piske¹⁷² faz um apelo aos cidadãos, afirmando que “o centenário, além do mais, é uma excelente oportunidade de divulgar nossa comunidade e para atrair milhares de visitantes”, convocando todos para contribuir no apertado tempo dos preparos, uma vez que o festejo “deve ser encarado como um problema da comunidade e tanto responsabilidade por um eventual fracasso”¹⁷³. Em paralelo, o prefeito Strebe elaborava reuniões na capital do estado pressionando o governador Konder Reis para a liberação de recursos para o Centenário.

No Boletim de nº 6, a Sociedade de Cultura Artística de Jaraguá do Sul (SCAR) — da qual Emílio da Silva fez parte — divulgava o programa que desenvolveria durante os festejos, reservando para o período entre 7 e 1º de agosto uma exposição de pinturas, fotografias, artes e antiguidades e coleções diversas¹⁷⁴. A partir do mês de abril do ano centenário, publica-se que a Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul (ACIJS)¹⁷⁵ toma as rédeas da organização do Centenário, estipulando o seguinte:

- A Exposição será apenas industrial.
- Somente poderão participar indústrias instaladas em Jaraguá do Sul
- Ficou constituída uma comissão integrada pelos senhores Nelson Driessen, Waldir Rubini, Dorval Marcatto, Ralf Marquardt, Wender Weege [sic], Flávio Rubini, Eggon João da Silva, Pedro Donini, Hans Gerard Mayer e Víctor Frech, que coordenará as providências para a realização da Mostra¹⁷⁶

Aos poucos as Comissões Centrais e subcomissões vão se estabelecendo mais nitidamente, tornando mais conhecidos os agentes organizadores do festejo. O 13º Boletim do Centenário¹⁷⁷ repete esta constelação de empresários, reafirmando seu papel central na questão executiva e administrativa do evento, com o detalhe de ressaltar a formação integrada por “10 empresários ligados ao meio empresarial local”, atribuindo a coordenação geral ao Sr. Eggon João da Silva,

172 Ferdinando Piske, além de ex-combatente pela FEB, foi Diretor de Redação da Gazeta de Jaraguá, periódico impresso nas oficinas de A Notícia de Joinville.

173 **A GAZETA**. Jaraguá do Sul, 30 jan. 1976. . Se esse privilégio da divulgação de seu trabalho estava incluído no orçamento da Comissão de Divulgação e Imprensa do Centenário, se foi pago a partir de sua própria renda ou se veio na esteira da influência da empresa de seu filho, a WEG, não há registro.

174 O boletim não menciona a proveniência específica do acervo.

175 A primeira ACIJS foi fundada por Arthur Breithaupt, Waldemar Grubba, Wolfgang Weehe e Arnaldo Schmidt, todos empresários bem sucedidos na cidade. Entre 1962 e 2000, quem controlou a Associação foi Geraldo Marquadt, Eggon João da Silva, Rodolfo Hufenussler, Durval Marcatto e Nelson Driessen, que figuravam o mesmo papel de empresários e industriais de seus antecessores. Ver em: TERNES, Apolinário. **Acijs 70 anos**. Jaraguá do Sul: Design Editora, 2008.

176 **A GAZETA**. Jaraguá do Sul, 14 abr. 1976. Trata-se de uma lista com nomes de famílias tradicionais da cidade, acumuladoras de grande capital financeiro. Entre eles, destaco Wander Weege, dono da Malwee; Dorval Marcatto, da indústria Marcatto; Ralf Marquardt; Flávio Rubini, parente de Ângelo Rubini, que na década de 1940, criou as empresas Rubini Irmãos Ltda, Posto Rubini Ltda, Agro Industrial Retorcida Ltda e Transportes Andorinha Ltda; e Eggon João da Silva, um dos fundadores da WEG e filho de Emílio da Silva.

177 **A GAZETA**. Jaraguá do Sul, 23 abr. 1976.

assim como a Dorval Marcatto e Nelson Dreissen. A aproximação cada vez mais íntima entre uma comemoração “municipal”, evocadora de uma memória supostamente coletiva, e os interesses específicos de empresários e industriais – com o destaque para o representante da WEG, Eggon João da Silva – indica a força motriz que detém arbítrio sobre o projeto de evocativo do centenário, tanto quanto sobre a escolha dos “profissionais do enquadramento” da memória a ser evocada. Neste mesmo boletim, é lançada a ideia de um “Museu Histórico e uma Galeria de Fotos”, ao passo que se incita a comunidade que “todos quanto [sic] disponham de peças e fotos antigas, no sentido de emprestá-las ou cedê-las para aquela finalidade”:

Tudo serve; relógios, ferro de passar roupa, trabacos, pica-paus, pistolas, máquinas de escrever e costurar, outras peças antigas. Os interessados deverão procurar os senhores Emílio da Silva e Amadeu Mahfud, encarregados da exposição em Pareço. COLABORE COM NOSSO MUSEU. VENERE E CONSERVE A TRADIÇÃO DE NOSSOS ANTEPASSADOS.¹⁷⁸

A análise que busca compreender as relações de poder que estão na delegação de determinadas funções para a constituição de uma memória celebrativa da cidade não poderia deixar de perceber que, em primeiro lugar, o coordenador geral do Centenário é um dos fundadores de uma das mais importantes empresas da região (WEG); filho de Emílio, Eggon João da Silva; sendo que, em segundo, percebe-se que os responsáveis pela exposição memorialística do passado jaraguense são justamente o pai do empresário destacado (Emílio da Silva) e seu amigo (Amadeus Mahfud), que, por trabalhar no Fórum da municipalidade, tinha acesso privilegiado aos registros e documentos da cidade. Isto coloca em evidência algumas das manobras de “conversão de capital”¹⁷⁹ que estão dispostas nos jogos de poder deste evento, levando em conta que essas relações entre agentes envolvidos no enquadramento da memória, na produção e difusão de produtos culturais “são mediadas pela estrutura do sistema de relações entre as instâncias com pretensões a exercer uma autoridade propriamente cultural”¹⁸⁰. Neste caso, as instâncias de legitimação são representadas pela autoridade emanada do Centenário jaraguense, pelo poder público instituído na prefeitura, pela própria WEG – na medida em que a classe industrial representa ao mesmo tempo o progresso da cidade, seus heróis civilizadores (os pioneiros) e a elite política da região –, e na instituição que ali se embrionava: o Museu Histórico.

Uma vez que o poder público, de autonomia relativa e interdependência com o setor industrial e empresarial da cidade, autoriza o representante de uma das maiores empresas da cidade, criam-se as condições favoráveis para que Eggon João da Silva transfira o poder de seu capital

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ BOURDIEU, P. **Distinction**: a social critique of the judgement of taste. Cambridge: Harvard University Press, 2002. p. 131.

¹⁸⁰ BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 118.

econômico para seu pai para convertê-lo em capital cultural. Emílio da Silva, como “autoridade” da família, converte os capitais do filho (e de sua empresa) em capital simbólico, tomando para si um poder específico, de figurar como narrador oficial e guardião da memória da cidade. Surge dessas conversões e reconversões do poder industrial e governamental, na simbiose entre o público e o privado, o fundamento legitimador de Emílio da Silva (e seu fiel amigo Amadeus Mahfud) como profissional do enquadramento da memória jaraguense em acordo com a saga de “pioneiros” empreendedores e industriais representados como heróis civilizadores de Jaraguá. Como afirma Bourdieu, “na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da *nomeação* legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder”¹⁸¹.

Apesar das notícias de que a “Expo-100” seria somente industrial, a programação do Centenário também deu espaço para uma Exposição Agropecuária, que contou com a presença de Victor Fontana, na época o secretário da Agricultura do Estado Santa Catarina. A inauguração do evento foi ornamentada com fogos de artifício, em presença de diversas autoridades, incluindo o Governador Antônio Carlos Konder Reis. Desfiles com grupos de escoteiros, bombeiros e os ex-combatentes da FEB conectavam simbolicamente o progresso com o regime militar. Já no primeiro dia dos festejos, inauguravam a “Exposição Fotográfica, Histórica e de Artes”. Era o momento de primeira circulação do acervo de Emílio da Silva, complementado com contribuições de Amadeus Mahfud e demais empréstimos e doações da comunidade. Saía, portanto, o acervo (sob o enquadramento específico de Emílio) para a “rua”.

2.2. A exposição fotográfica

A relação entre imagem e lembrança, ao menos na fenomenologia elaborada por Paul Ricoeur, é estabelecida de maneira proximal sobretudo como “presença do ausente”, marcada pela percepção da passagem do tempo. Trata-se de uma discussão complexa, em que “toda problemática moderna dos ‘rastros mnésicos’ é, de fato, a herdeira dessa antiga coalizão entre *eikón* e *tupos*”¹⁸², em que a *eikón* é portadora da afecção original do outro, enquanto *tupos* é definida pelos clássicos gregos como uma impressão na alma, de teor afetivo e passível de ser lembrada. A discussão

181 BOURDIEU, 1989, p. 147.

182 RICOEUR, 2007, p.67

minuciosa do autor, em primeiro momento, trata de diferenciar a imaginação da rememoração. Dessa forma, coloca a imaginação no plano do irreal, da representação; enquanto a memória é norteadada por um referente, o qual reside em uma temporalidade pretérita e real. Contudo, admite que, nos momentos em que a memória é concebida sob a forma de imagem, seria auxiliada pela imaginação. Talvez seja possível delegar à imaginação este papel de grande importância para legitimidade de memórias enquadradas, selecionadas e representadas em imagens impressas. A imagem apresentada à interpretação imaginativa, tem sua narrativa de “passado real” fundamentada no poder das instituições que a abrigam, nas legendas que comunicam sua narrativa, mas, sobretudo, na imaginação de quem observa e acredita em sua veracidade.

Esta articulação da capacidade cognitiva humana de imaginar, com o poder legitimador simbólico da “exposição fotográfica histórica” – espaço privilegiado para a construção de narrativas, legendas e subtextos complementares, produzidos por aqueles que detém o poder enunciativo – manifesta-se como quesito fundamental para a perpetuação de um passado imaginado “real”, isto é, percebido como da ordem da experiência. Sem essas articulações específicas entre suportes, agentes mediadores e narrativas não haveria registros da história jaraguense. Como afirma Aleida Assmann, a “memória das fotografias, excelente e inesgotável, assume vida própria como recordação fantasmagórica, tão logo se suspenda o texto narrativo e comunicativo que as emoldura. Só esse texto logra retraduzir as imagens externas da memória em recordação viva”¹⁸³. Assim como a imagem depende da narrativa e da ação dos mediadores, os lugares que abrigam a memória cultural precisam de outras tecnologias, “pois estes só podem ativar processos de lembrança em conjunto com outras mídias de memória”¹⁸⁴.

A exposição fotográfica do Centenário, definida como “histórica”, faz referência direta à experiência de um grupo, o qual é definido vulgarmente como “o povo jaraguaense”; os “antepassados”, “ancestrais” da população que vive na região. O esforço do trabalho de análise sobre a tentativa de forja da unicidade e da homogeneidade do “povo jaraguaense” poderia ocupar-se da tarefa redundante de se provar a pluralidade dos indivíduos o que compõem, apontando este ou aquele que estão fora do enquadramento da memória social, dita coletiva. Mas o pressuposto dessa ação justificada como “desmistificadora” seria ignorar todo o processo histórico e arbitrário dos diversos projetos de “memória coletiva”.

Contudo, apontar para o projeto de corpo civil que se estabelece por meio das instituições culturais implica o risco de homogeneizar os próprios responsáveis por aquela projeção, reduzindo-os ao “Estado”, ao “Poder Público”, à “Indústria”, ao “Setor Privado”, que seleciona em sequência

183 ASSMANN, 2011, p. 238.

184 Ibidem, p.25.

cronológica linear um tipo específico de representante, um arquétipo proveniente de um passado reatualizado e reapresentado por uma “elite” que joga a favor de seus interesses. É daí que surge a importância de destacar tanto o espaço de experiência que fundamenta os modos de agir de Emílio da Silva, quanto o horizonte presente de expectativas¹⁸⁵ que demanda e permite a efetivação de seus interesses pessoais, na década de 1970. O setor privado que apoiou as empreitadas de Silva pode ser nomeado a partir de seu filho, Eggon João da Silva (empresa WEG), por exemplo. Outro patrocinador, mas com outras características, seria Dietrich Hufenüssler (empresa Duas Rodas), herdeiro do legado de uma família industrial perseguida durante o regime varguista¹⁸⁶. Em uma lista de militantes e simpatizantes de tendências totalitárias sob vigilância da polícia jaraguense no Estado Novo, ao lado de nomes de integralistas conhecidos, como Emílio da Silva, Emílio Kienas e Silvino Piazero, estão os nomes de Herrmann Hufenüssler e Rudolf Hufenüssler, este último pai de Dietrich. Vale destacar que, durante o Centenário, o prefeito que coordenava o festejo de 1976 era Eugênio Strebe, filho do integralista Alberto Strebe¹⁸⁷.

Constatar e periodizar uma “mentalidade”, caracterizada por um saudosismo do progresso industrial e pelo conservadorismo e militarizado, entendendo-a como responsável por todo o desenrolar de uma tutela específica da cultura da cidade impede uma análise exata e convida ao equívoco interpretativo. Seria escamotear da narrativa da constituição do primeiro museu da cidade, os interesses pessoais, as influências familiares, as disputas na partilha institucional e as subjetividades plurais que constituem tanto a ação do sujeito que coleciona, quanto dos agentes que intervêm no sentido de institucionalizar a coleção, redefinindo seu estatuto como “patrimônio”. No caso de Jaraguá do Sul, os termos das negociações entre o projeto de memória de Emílio da Silva, isto é, os interesses de determinados industriais, empresários, comerciantes e da prefeitura, manifestam-se como investimentos em busca de lucro simbólico e financeiro. Por exemplo, os homens que coordenaram o Centenário são os mesmos que compõe a ACIJS: Eggon João da Silva, Durval Marcatto, Nelson Drieesen, Rodolfo Hufenüssler,¹⁸⁸ representando os interesses de seus negócios, provenientes de famílias que fizeram parte da história oficial de Jaraguá do Sul, de acordo com o livro de Silva. A legitimidade angariada através de seus respectivos capitais acumulados também se deu na exaltação do passado de seus ancestrais, que figuram nas fotografias e nas

185 KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006..

186 No jornal **Tempos Novos** consta uma lista de suspeitos “totalitários ou simpatizantes” que teriam sido observados durante o Estado Novo. A notícia é em nome do Ex-interventor Leônidas Cabral Hebster, que pede perdão por suas ações, justificando-as sob as ordens de Artur Muller. Muller, udenista em época de eleição, sofria ataques por parte da ala dissidente da UDN única com o PRP (Partido de Representação Popular). Curiosamente, como candidato a vereador estava Emílio da Silva, sem que fosse possível dizer se era candidato “dissidente” da UDN ou pelo PRP. Durante esta pesquisa, não foram encontrados outros registros de candidaturas de Silva. O jornal encontra-se no Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel. (**Tempos Novos**. Jaraguá do Sul 06 nov. 1947, p. 3-4.)

187 BARBOSA, 2011, p. 543.

188 TERNES, 2008, p. 10

legendas da exposição do centenário e continuaram no museu da cidade. Se a realidade que recordamos e o modo pelo qual a recordamos são induzidos por fatores socioculturais; se a fotografia não é só a recordação, mas constitui o evento, de forma que recordá-lo ao mesmo tempo ocasiona-o¹⁸⁹, a investigação da representação incorporada à fotografia implica, por um lado, assumi-la como a percepção daquele que enquadra a memória (almejando formar pessoas e paisagens que se encaixam nas suas “técnica de observação”¹⁹⁰) e, por outro, “seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. Somente pela análise destas trajetórias podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida às coisas”¹⁹¹.

No decorrer do ano de 1976, a Comissão Central (presidida por Eggon João da Silva) convocou os integrantes das demais subcomissões, sendo uma delas a Comissão de Promoções, responsável pela organização dos desfiles e exposições, entre as quais a comissão artística e cultural. O presidente e coordenador desta Comissão foi Dietrich H. W. Hufenuessler, que também presidia a Sociedade de Cultura Artística (SCAR). Foi para ele que Emílio da Silva sugeriu “uma mostra de fotos históricas que possuía, juntamente com o lançamento do 2º Livro de Jaraguá, de sua autoria”¹⁹². No livro da história do museu, citado aqui anteriormente, Amadeus Mahfud escreve um texto em que recorda uma reunião entre ele, o presidente da Comissão de Promoções e Emílio da Silva. Nessa reunião, a dupla de amigos recebe a incumbência de “organizar a exposição fotográfica e de objetos históricos que poderiam servir, mais tarde, para formar o tão propalado Museu Histórico de Jaraguá”¹⁹³.

Como visto, Emílio da Silva já tinha adotado a prática do colecionismo em sua vida, havendo indícios de uma coleção existente desde meados de 1920, sendo certo de que já possuía algum acervo na década de 1960. Isso significa que, apesar de não podermos acessar por completo o juízo que determinou seus critérios de seleção, ainda é possível verificar a utilidade e o valor que Emílio deu para a coleção, ao conquistar para elas um lugar e ao mesmo tempo tornar, ela mesma, lugar de memória¹⁹⁴. O patrono do MHES fotografou a cidade de Jaraguá do Sul e seus conhecidos, ressignificou objetos seus, mas também os recebeu de terceiros, preservou-os e os manteve

189 “A photograph is not just a recording: it constitutes the event. Think of the photographs of the flag raising at Iwo Jima (by Joe Rosenthal, 23 February 1945) and on the Berlin Reichstag (by Yevgeni Khaldei, 2 May 1945).¹⁷ But think also of the photo you take of your family: it makes a record of that little group, but it also occasions it. The reality we record and the way in which we record, are induced by socio-cultural factors. Each influences the other.” (KETEELAR, 2001, p. 134)

190 SCOTT, James C. **Seeing Like a State**. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven and London: Yale University Press, 1998, p.82-83

191 APPADURAI, 2008, p. 17.

192 CANUTO, 2010, p. 40.

193 CANUTO, 2010, p. 40.

194 NORA, 1993.

socialmente ativos, visto que integravam todo um amplo sistema de trocas e materiais e simbólicas ativado pelo colecionador em diversos momentos.

Ainda nos tempos mais remotos de Jaraguá, antes da primeira metade do século XX, Emílio trabalhou como professor em uma terra em que o ensino ainda tinha como língua prevalente o alemão. Apesar de ser um homem negro, filho de uma mulher humilde, foi adotado por um imigrante que lhe ensinou o alemão e a escrita do alemão gótico. Emílio, sobretudo no período da campanha de nacionalização, figurava como um mediador entre a cultura teuto germânica e a dita “verdadeiramente brasileira”. Tal condição lhe permitiu alcançar algum prestígio social, ao mesmo tempo que sofria por uma exclusão étnica. Na sua época de líder integralista também produziu muitas fotografias, assim como deve tê-las recebido de terceiros. O seu afastamento da política, principalmente na ruína do Integralismo e como consequência de sua prisão, é constituído por atuações no serviço público; vindo a ressurgir como pessoa pública e com atuação destacada justamente no auge da industrialização da cidade, ou seja, no auge do sucesso empresarial de seu filho, Eggon João da Silva.

Autorizados por Dietrich H. W. Hufenuessler, Emílio da Silva e Amadeus Mahfud (como presidente do Clube Marechal Rondon) ficaram responsáveis por receber as doações e os empréstimos dos moradores da cidade. Emílio, como conta Amadeus, além de receber alguns objetos, foi responsável por coletar outros, “como os documentos da ‘Colonização Jaraguá’, pertencentes à Família Piazero¹⁹⁵, acondicionados no local da exposição”¹⁹⁶. Os arranjos feitos para acomodar a exposição histórica resultaram na cessão do prédio da Escola Evangélica Luterana Jaraguá, contando com o apoio técnico de cinco servidores para a montagem e a preparação do espaço. Emílio da Silva foi responsável pela seleção das fotos que seriam ampliadas e emolduradas, tendo ido a Florianópolis¹⁹⁷ para pressionar a entrega das imagens que demoravam a ficar prontas.

Partindo das afirmações de Eric Ketelaar, de que coletar informações constituem o indivíduo e de que a vida em si e sua relação com o futuro são determinadas pela forma de “arquivar”¹⁹⁸, a trajetória da coleção de Emílio da Silva pode ser evidência de seu anseio por uma consagração

195 Na obra de Emílio da Silva, o legado da família Piazero é inserido no panteão dos heróis jaraguenses a partir de Angelo Piazero. Responsável e associado às empreitadas coloniais, Angelo Piazero deixou como herança para a família grandes lotes de terra em Jaraguá do Sul: “Depois das terras restantes da colônia [sic] terem sido divididas entre 11 herdeiros, restaram cerca de 8.177.448 m², que Affonso e Emilo Piazero se propusera a lotear, os quais situam nas proximidades da Serra Negra, divisando com terras devolutas do Rio dos Cedros e confrontando com a Colônia de Hansa-Humboldt (Corupá).” (SILVA, 2005, p. 26). [Obra reeditada de Emílio da Silva]

196 CANUTO, 2010, p. 41

197 Apesar de que no livro do museu seja narrado uma viagem conjunta de Emílio e Amadeus, o livro caixa do centenário evidencia que o custeio da passagem foi apenas para Emílio da Silva.

198 “*Collecting information constitutes individuals, Mark Poster writes, reinforcing Michel Foucault’s argument on the ‘power of writing’. Such reification can be linked to Derrida’s argument that archives not merely serve to preserve an archivable content of the past. No, life itself and its relation to the future are determined by the technique of archiving. ‘The archivization produces as much as it records the event.’*” (KETELAAR, 2001, p. 134)

como memorialista (historiógrafo, como afirmam os jornais) de diversas famílias “tradicionais” de Jaraguá do Sul, em sua maioria de origem teuto-brasileira, alemã, húngara e italiana. O trabalho desenvolvido por Emílio, profissionalmente, sempre esteve ligado às práticas intelectuais, mais do que àquelas que se idealizam para o trabalhador jaraguense¹⁹⁹, valorizado em seu trabalho manual nas fábricas e no campo. A preservação e o intuito de registrar o passado dos ditos “pioneiros”, geralmente de origem teuto brasileira, integrando-se a esse panteão em razão sua trajetória como professor nas comunidades agrícolas do território jaraguense, dão para os objetivos de Emílio os tons de uma prática em prol de sua aceitação na cidade, uma batalha por capital simbólico. A hipótese é reforçada por uma das diretoras do MHES, Alcioni Canuto, que trabalhou e conviveu com Emílio da Silva durante as décadas de 1980 e 1990:

O “seo” Emílio da Silva era quem mostrava um verdadeiro interesse pela história de Jaraguá do Sul. Ele tinha uma situação muito... não sei se dá pra dizer que era pessoal, mas ele tinha uma necessidade imensa de mostrar que ele falava alemão melhor que os alemães e, além de tudo, escrevia o alemão gótico com a perfeição imensa. Um dia questionando o “seo” Emílio, ele disse que isso era única maneira que ele tinha, como descendente de negro, de ter o respeito e o espaço na sociedade jaraguense. Então ele tinha que provar para os próprios alemães que ele poderia ser bom, tão quanto. Esse respeito, ele que impôs falando e escrevendo alemão. Ninguém poderia, no caso, subestimá-lo em nenhum sentido. Isso era uma condição de época. Ele se sentia um pouco rejeitado, uma questão bem cultural.²⁰⁰

Pensar o ingresso de Silva no movimento integralista como adequação de sua identidade repartida torna-se interessante quando à luz de argumentos como os de Natalia dos Reis Cruz, em “O Integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio” (2004). Em sua tese, a autora aponta que, dentro do integralismo e dos fundamentos da doutrina de Plínio Salgado, “a figura do caboclo garante a unidade nacional brasileira, pois as diferenças que dividem o país (regionais, climática e econômicas) seriam superadas pela afirmação de nossa absoluta identidade racial”²⁰¹. Como um ponto de “união cristã das raças”²⁰². A noção de caboclo, usada inicialmente de forma pejorativa, passaria a representar no movimento a “expressão do nosso caráter nacional espiritualista, definido pela ausência de preconceitos”²⁰³. Para Emílio da Silva, sempre percebido pela comunidade jaraguense como caboclo, não faltariam motivos para defender a causa integralista em defesa de seu próprio pertencimento legítimo à comunidade, dando primeiros passos na construção de sua imagem como exemplo maior de civismo e patriotismo na cidade. Contudo, como afirma Cruz na sua análise das diferenças entre o nazismo e integralismo, “‘Arianizar’ ou

199 Ancelmo Schorner (2000) analisa as particularidades expressadas na industrialização jaraguense, evidenciando a existência de um “culto ao trabalho”, legitimado no “mito do trabalhador alemão”.

200 CANUTO, Alcioni. Entrevista concedida a Gabriel Simon Machado e doada ao LAMAP. (UFSC), 2019, p.1.

201 CRUZ, Natalia dos Reis. **O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio**. Rio de Janeiro: UFF (Tese de Doutorado), 2004, p. 111.

202 Idem.

203 Idem.

‘caboclar’ tinham ambos o propósito de garantir a predominância da raça branca, com seus valores e culturas. O meio de se alcançar este propósito comum é o que distinguia o racismo nazista do racismo integralista”²⁰⁴. Para o integralismo, a mestiçagem vem como aperfeiçoamento da raça “negra e indígena da nação brasileira, sob a égide da comunhão cristã”²⁰⁵. Isso está em harmonia com o próprio projeto de memória de Silva, que nunca abandonou e menosprezou a comunidade imigrante para garantir seu lugar, mas negociava um equilíbrio entre seus dois mundos. Em suma, alinhar-se às colunas integralistas de Jaraguá do Sul ofereceu à Silva a possibilidade de aquisição do *ethos* imigrante sem o exclusivismo étnico-racial do nazismo.

Trata-se de um sujeito que nasce em 1900, acompanhando de perto muitos movimentos e trajetórias do desenvolvimento da cidade, o que lhe permitiu um colecionismo privilegiado. Como recorda Alcioni Canuto, “ele tinha essa valorização de mostrar para os alemães a sua própria história porque ele se sentia um alemão. Ele tinha a necessidade de se sentir mais um alemão dentro dessa sociedade, que excluía bastante na época”²⁰⁶. A filha de Emílio da Silva, Érica da Silva Cyrineu, oferece um depoimento muito similar sobre isso:

O que me surpreendia, realmente é como o caboclo católico que falava um “alemão bonito”, conseguiu quebrar barreira imposta pelos descendentes germânicos, tão zelosos de sua raça e credo. Ele conquistou não só o Sr. Max Wilhelm, mas muitos outros cidadãos que prezavam a sua “herança superior”. Ele mereceu o respeito e a admiração deles, acredito que deve ter pesado na balança o reconhecimento pelo trabalho que reuniu seus ancestrais: os Mey, os Wolf, o Muller, os Koehler, etc., ocupando cada um deles uma página no livro recheado de lutas e vitórias, independente de crença ou cor, todos escrevendo a história de Jaraguá do Sul.²⁰⁷

Tais afirmações incitam um aprofundamento específico sobre os conflitos étnicos que compõem a trajetória de múltiplas identidades da demografia colonial jaraguense, mas que extravasam o objetivo central desta pesquisa. Contudo, é possível destacar que enquanto “historiógrafo” da cidade, Emílio da Silva foi investido de poder de selecionar aqueles que seriam lembrados e legitimados como pioneiros, dessa vez com a autoridade de autor. Sua coleção de fotografias, documentos e objetos, ao circularem pela esfera pública na década de 1970 ingressam, com isso, em um novo “regime de valor”²⁰⁸, sendo atualizadas e ressignificadas, agora para

204 Ibidem, p. 112.

205 Idem.

206 CANUTO, Alcioni. Entrevista concedida a Gabriel Simon Machado e doada ao LAMAP. (UFSC), 2019, p.1.

207 CANUTO, 2010, p. 74.

208 “Podemos, pois, falar do quadro cultural que determina a candidatura de coisas ao estado de mercadoria, mas devemos ter em mente que algumas situações de troca, tanto inter quanto intracultural, se caracterizam por uma gama mais superficial de padrões de valor compartilhados. Por conseguinte, prefiro usar termo *regimes de valor*, por não implicar que todo ato de troca de mercadorias pressuponha um quadro cultural em que se compartilhe uma totalidade de crenças. Antes, o termo sugere que o grau de coerência valorativa pode ser altamente variável conforme a situação, e conforme a mercadoria. Neste sentido, um regime de valor condiz tanto com graus muito altos quanto graus muito baixos de compartilhamento de padrões pelas partes envolvidas em casos particulares de troca de mercadorias. Tais regimes de valor são o fator determinante na constante transcendência de fronteiras

constituir o panteão dos heróis civilizadores de seus conterrâneos, legitimar o progresso da cidade (e de sua própria família), tanto quanto eternizar o seu papel mediador e sua perspectiva da memória jaraguense.

O “progresso” da cidade, ou seja, o acelerado processo de urbanização e industrialização do município, implicou em grandes transformações na composição demográfica de Jaraguá, bem como na organização social da população, redistribuindo os percentuais verificados entre a população residente no campo e na cidade²⁰⁹. No caso de Jaraguá do Sul, assim como na vizinha Joinville, a demografia da cidade foi redefinida com a constante migração de trabalhadores provenientes de municípios vizinhos e de Estados próximos. Destaca-se para Jaraguá a migração de populações do Paraná, “onde a produtividade agrícola vem baixando e as oportunidades de emprego fabril praticamente não existem”, num processo específico em que as regiões “se transformam em área de ‘expulsão’ de mão-de-obra, uma vez que o nível de vida é baixo, os horizontes culturais se mantêm cerrados e as oportunidades econômicas quase inexistem”²¹⁰. Alterando a organização da cidade, a migração para o município, de acordo com Ancelmo Schorner, dividiu Jaraguá do Sul em duas partes: a primeira, amparada e assistida pelo poder público com a garantia de fruição de infraestrutura básica. A segunda parte é aquela “ilegal”, constituída por “loteamentos clandestinos”, cheios de imigrantes ainda não incorporados ao progresso da cidade²¹¹.

Durante a década de 1970, os “de fora” já sofriam as contradições estabelecidas na realidade jaraguaense e a discriminação que, se não resulta dele, é incentivada pela identidade organizacional das empresas²¹². É um processo que marca toda a década do centenário, mas vai se enraizar e nortear as políticas de memória e identidade do município, principalmente no decorrer da década de 1980, o que será aprofundado adiante. O importante a destacar neste momento, são as políticas que determinaram novos regimes de valor, pensados a partir da percepção ideologicamente produzida de uma “ameaça cultural”, vinda com novos contingentes migratórios, de que seria necessário reafirmar a identidade jaraguaense, uma vez que sua mudança demográfica a tornaria questionável e instável.

culturais por meio do fluxo de mercadorias, entendendo-se cultura como um sistema de significados localizado e delimitado.” (APPADURAI, 2008, p. 29)

209 SCHÖRNER, 2000, p.81

210 Ibidem, p.81

211 Idem.

212 “Em relação aos ‘de fora’, como forma de diferenciá-los dos trabalhadores de Jaraguá do Sul, um gerente de treinamento de uma empresa produtora de motores elétricos utilizou a expressão ‘operário-comum’. Ao utilizá-lo ele estava se referindo a trabalhadores de outras regiões de Santa Catarina (sul e litoral) e do Paraná, sendo que o diferencial em relação aos ‘nossos trabalhadores’ ‘é a capacidade e o amor ao trabalho, coisa que eles não tem e nem conseguem entender’. Quando a diferenciação a ser feita envolve trabalhadores de outros Estados tanto os operários quanto os colonos-operários têm a mesma opinião, isto é, que eles são maus trabalhadores e vêm para Jaraguá do Sul roubar o seu emprego e fazer com que os salários baixem.” (SCHORNER, 2000, p. 82)

A perspectiva de aumento do capital econômico de Eggon João da Silva, paralela ao auge de uma ideologia “patriota”, militar e disciplinada implementada pela ditadura militar, tornam conveniente a atuação e a perpetuação do recorte histórico elaborado por Emílio da Silva. As contradições geradas no progresso da indústria e a necessidade da positividade, seja do funcionamento do sistema capitalista, seja da governabilidade da ditadura brasileira, agiram como *demanda*²¹³ para o acervo de Emílio e o recorte específico da memória da cidade elaborado por ele. Ao mesmo tempo, o capital econômico da WEG, ou seja, o poder de influência que o filho de Emílio da Silva dispunha perante o poder público era a conexão necessária para que o futuro patrono do MHES pudesse consagrar seu acervo. A situação manifesta uma mutualidade de vantagens para os agentes, onde a identidade jaraguense é reafirmada e legitimada, perante as conspícuas contradições que emergiam.

Em acordo com o que foi apresentado acima, aquilo que pertencia a Emílio da Silva nos primeiros momentos de seu colecionismo dizem respeito a seu interesse em pertencer ao lugar onde se fixou, conectando-se aos colonos imigrantes por seus pais adotivos e a língua alemã que lhe foi ensinada. Ao mesmo tempo, não poderia relegar ao esquecimento, na sua economia memorial, a sua mãe biológica. É a partir da narrativa da vida de sua mãe que Emílio conecta-se com o mais longínquo passado de Jaraguá do Sul, mesmo que de forma ainda subalternizada. O estatuto de “historiador” da cidade conferiu certo prestígio a seu legado, embora sua vinculação com o pioneirismo jaraguense se dê por linhas humildes. Nesse sentido, Silva figura como mediador também entre degraus desiguais da pirâmide social – ricos e pobres, negros e brancos, colonos e industriais, poder público e empresariado e etc –, organizando não só a sua história e a da coletividade jaraguense, mas as trocas que estabelece como narrador com membros das elites políticas e empresariais. Em seu livro, na biografia de Maria Umbelina da Silva, mãe de Emílio, consta que ela teria vindo com a família do fundador da Colônia Jaraguá²¹⁴. Nas palavras de Barbosa, “trazida como ama-seca dos filhos do Cel. Emílio Carlos Jourdan por Madame Hélène Augustine Élisabeth Julie Caffier”²¹⁵. Objetivos iguais ficam evidentes na forma em que Emílio da Silva escreve a biografia do fundador da Colônia Jaraguá, Emílio Carlos Jourdan:

Gostava de ser convidado para batizar os filhos dos seus trabalhadores e dos colonos. Dona Helena foi madrinha da minha tia Isabel Alves de Siqueira e Jourdan, foi dos meus tios Domingos e Carlos, filhos do velho Salvadores Alves de Siqueiro (avô de Emílio da Silva), natural de Antonina, lavrador no lugar

213 “Quer dizer, a demanda surge como uma função de uma série de práticas e classificações sociais, em vez de uma misteriosa revelação das necessidades humanas, de uma reação mecânica à manipulação social (como em um modelo dos efeitos da propaganda em nossa sociedade), ou de uma redução de um desejo universal e voraz por qualquer coisa que, por acaso, esteja disponível.” (APPADURAI, 2008, p. 46)

214 SILVA, 1975, p. 43.

215 BARBOSA, 2011, p. 40.

“Carniça”, onde era meeiro de uma serraria de terras de lavoura. Salvador veio guiando a pequena tropa de bois de serviço comprador por Jourdan em Piraquara e Quatro Barras.²¹⁶

Este recorte da memória jaraguense, desde seus primórdios, elabora uma narrativa que reivindica legitimidade para o pertencimento de Emílio da Silva na história da Jaraguá do Sul. É o ponto de coerência para seu nacionalismo integralista, para sua trajetória na cidade; de forma que a falta de coerência e a necessidade por aceitação e consagração estiveram apaziguadas quando esse projeto solidificou-se ao ser publicizado no centenário, que envolveu a publicação de seu livro e a exposição histórica de suas fotos e objetos. As fotografias da exposição histórica são em sua maioria retratos de “ilustres” jaraguenses, de todos aqueles que Emílio da Silva biografou e ilustrou, de forma cronológica em seu livro. No livro ilustrado com seu acervo fotográfico, a narrativa começa com os “refugiados” que antecederam a chegada de Emilio Carlos Jourdan²¹⁷ e de Luiz Piazero²¹⁸. A cada biografia, fotos em preto e branco dos primeiros barracos, de paisagens do vale, retratos de casais e dos representantes do pioneirismo da colônia. A representação imagética do passado, conectada aos sobrenomes que legendaram os retratos, criam uma narrativa de cronologia progressista que faz do passado um dado inteligível e legitimador dos capitais associados aos nomes das famílias, as mesmas que detinham hegemonia na indústria, no comércio e na política da cidade. Uma vez que a coleção, as doações ou os presentes recebidos por Emílio da Silva são deslocados para o contexto discursivo da exposição, além de desempenhar funções identitárias, definindo as fronteiras da identidade social e individual, estes objetos “na verdade organizam (na medida em que os objetos são categorias materializadas) a percepção que temos de nós mesmos individual e coletivamente”²¹⁹.

Por outro lado, seus anseios só puderam ser concretizados graças ao acúmulo de capital econômico na família Silva, por intermédio do empresário Eggon João da Silva, que pôde ser mobilizado e convertido em capital simbólico para Emílio num harmonioso acordo entre o poder industrial e o poder público arenista, representado em âmbito federal e, no município, personificado em Eugênio Strebe. Tanto o capital acumulado da família quanto o continuísmo arenista no governo

216 SILVA, 1975, p. 35.

217 “Contava ele 37 anos, 8 meses e 26 dias, em 15 de abril de 1876, num sábado de aleluia, do ano bisexto, quando seu genro Charles Caffier, com seus cinco canoeiros: Calixto D. Borges, Trajano P. Nascimento, Justino de Oliveira (paulista), João Paes e o açoreano [sic] Alexandra Padilha, desembarcaram na margem direita do volumoso Rio Itapocu, entre as terras de Guilherme Geffert e Com. Máquinas Famac, trazidos do porto de Onofre Francisco Rosa, da freguesia do Sertão do Itapocu.” (SILVA, 1975, p. 29).

218 “Graças a seu talento e dedicação em aprender a língua nacional, veio a ser encarregado do encaminhamento dos imigrantes aos lotes das terras devolutas, mandadas demarcar pelo Governo do Estado, nos vales do Rio Itajaí e Rio Itapocu. No período de 1891 e 1899, trouxe imigrantes húngaros às Colônias de Garibaldi e Jaraguazinho e superintendeu, como diretor, a administração da Colônia Jaraguá, de Emílio Carlos Jourdan, posteriormente ao administrador Eduardo Krisch.” (SILVA, 1975, p. 26).

219 GONÇALVES, 2007, p. 27

municipal, desenvolveram-se na década de 60 e estavam muito bem estabelecidos no ano de 1976. Como afirma Bourdieu, o poder de produzir o senso comum ou a “visão legítima do mundo social”²²⁰ requer o investimento de capitais adquiridos anteriormente. O autor defende que, “nas lutas simbólicas que têm em vista conservar ou transformar” o mundo social, tudo depende da ação dos agentes que só “tem probabilidades de o desfazer e de o refazer a não ser na base de um conhecimento realista daquilo que ele é e daquilo que nele são capazes em função da posição nele ocupada”²²¹.

Uma vez que o livro de Emílio da Silva é lançado e a exposição é fechada, marcando o fim do centenário, pode-se observar uma longa e renovada campanha para constituição de um museu para o acervo, conforme veremos adiante.

2.3. A instalação do Museu Municipal

Desde o encerramento dos festejos do Centenário em 1976, a exposição fotográfica²²², idealizada sobretudo por Emílio da Silva e com o auxílio de Amadeus Mahfud, oscilou entre o abandono degradante e uma circulação complexa, que deixou poucos rastros. A primeira exposição oficial do que seria o Museu Municipal Emílio da Silva é acessível por algumas fotografias dos trabalhos de instalação e montagem dos painéis expositivos. Para o presente trabalho, a principal fonte de reconstituição do acervo são algumas fichas de tombamento e legendas impressas para o primeiro museu, ao tempo em que este ainda estava sob a direção de Carlos Hoffmann. Além das fichas, é possível, ainda, verificar nos registros do livro-tombo atual do museu a continuidade de algumas dessas fotografias e objetos nas mais recentes cenografias da instituição.

Consultando diversas edições²²³ do jornal “Correio do Povo”, órgão noticioso de suma importância desde os primórdios da imprensa local e, a partir de 1957, sob responsabilidade do jornalista e político Eugênio Victor Schmoeckel²²⁴, verifica-se a continuidade dos esforços para a

220 BOURDIEU, 1989, p. 146.

221 Ibidem, p. 150.

222 “Cenas curiosas, aspectos interessantes, personagens ilustres, episódios marcantes estão registrado na marca do tempo que passa mas não destrói a inelutabilidade dos circunstâncias que, vivendo uma época, fizeram sua história, que a nos a história de Jaraguá Centenária.” (CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul, 7 de agosto, 1976, edição nº 2.896, p.6.). As recorrentes consultas aos periódicos da cidade são tratamentos necessários em função dos sintomas de um registro débil sobre a exposição do Centenário de Jaraguá do Sul.

223 As edições consultadas para este capítulo foram: nº 2.896, nº 2.897, nº 3.404, nº 3.407, nº 3.417, nº 3.447, nº 3.452, nº 3.454, nº 3.463, nº 3.478, nº 3.487, nº 3.545, nº 3.457, nº 3.551, nº 3.584, nº 3.584, nº 3.588, nº 3.589, nº 3.597, nº 3.600. Todas estão disponíveis na hemeroteca digital de Santa Catarina.

224 Eugênio Victor Schmoeckel nasceu na cidade de Joinville, em 1921. Foi contador, político, administrador de empresas, jornalista, cronista e diretor do Correio do Povo, em Jaraguá do Sul. Durante sua carreira política, foi eleito suplente de deputado estadual, vereador, presidente da Câmara de Vereadores e vice-prefeito. Seu primeiro partido foi a UDN, seguindo para a ARENA, na década de 1970.

criação do museu após a exposição centenária. As narrativas que reclamavam um museu para a cidade atribuíam “méritos sem conta ao velho mestre Emílio Silva e ao seu insigne colaborador, Amadeus Mahfud, pela organização e originalidade da Exposição Histórica e Fotográfica”²²⁵. Já se faz notável nas menções ao dinamismo dos trabalhos memorialísticos de Emílio a sua vinculação ao sucesso empresarial do seu filho, descrito como um dos “frutos que nunca caem longe da árvore”²²⁶. A matéria do jornal, assinada por Harro Maller e publicada em 14 de agosto do ano centenário (1976), pressionava o poder público com afirmações como a de que “deveríamos em primeiro lugar, aproveitando parte dos objetos expostos no centenário, fazer um museu histórico e artístico, que atrairia os turistas”²²⁷.

Pelas palavras de Amadeus Mahfud, já no mês de agosto, no apagar das luzes da festa do centenário, “começou uma pressão por parte dos empresários para que o prefeito Strebe criasse o Museu Histórico Municipal”²²⁸. Mais do que isso, Mahfud deixa explícito para o leitor do livro do museu que além dessa pressão dos empresários existir, ela era uma clara manifestação da persistente influência familiar da WEG sobre a gestão cultural do município. Pelo o que foi possível determinar, Emílio (já com 76 anos de idade) convidou Amadeus para participar da reunião que o cunhado de Eggon João da Silva, Vicente Donini, havia promovido para eles. Posteriormente, o filho de Emílio da Silva encarregou Vicente de encontrar pessoas interessadas na criação da instituição museológica²²⁹. Apesar destas “pessoas interessadas” não serem identificadas no relato de Mahfud, podemos supôr que, se existiram, tiveram seus objetivos parcialmente efetivados pelo fato de que, no dia 8 de setembro de 1976, Eugênio Strebe sancionou a Lei nº 633/76²³⁰, para criar o “Museu Municipal Jaraguense”. Contudo, como nos conta Mahfud, “o Poder Executivo, no prazo de 60 dias, deveria baixar ‘decreto, dispondo sobre o Regimento Interno do Museu Municipal Jaraguense, regimento que tratará da duração dos mandatos e estruturas da Administração, bem como o acervo, finalidade do Museu Municipal Jaraguense’”, mas não o fez.

Este intervalo de mais de uma década entre a lei do museu de 1976 e a sua abertura em 20 de julho de 1987, relega o acervo de Emílio da Silva a um depósito escuro e empoeirado, para ser resgatado em uma época com novos administradores da cultura. A Lei Nº 633/76 elaborada por Strebe revogou a anterior, Lei Nº 321²³¹, de 1971, mas por questões não muito evidentes deixou de

225 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 7 de agosto, 1976, edição nº 2.896, p.6.

226 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 14 de agosto de 1976, edição nº 2.897, p.3

227 Idem.

228 CANUTO, 2010, p. 43.

229 Ibidem, p. 45.

230 Ver: <http://leismunicipa.is/richa> Acessado em 31/03/2019.

231 Como consta no livro “**Memória... Um Museu e a História**” (2010, p. 36) a lei do prefeito Eugênio Strebe revogou a anterior, elaborada por Eugênio Victor Schmöckel, em 1971. Esta anterior, Lei Nº 321, criou o Museu e Arquivo Municipal, “apenas inserindo um 2º artigo dizendo que a Lei seria regulamentada, o que nunca foi realizado e revogado posteriormente, em 1976, com a Lei nº 633/76, de Strebe.

efetivar a criação oficial do museu. Apesar da Arena manter-se no governo na eleição do centenário, não era mais representada por Strebe, mas novamente por Victor Bauer. A impressão que se tem deste processo é que a campanha de Strebe estava muito interessada no lucro simbólico que poderia obter de um centenário memorável. Mas, uma vez definida sua derrota²³², já não havia urgência para a continuidade ou perseverança na promessa de gestões anteriores. Trata-se de uma mudança no regime de valor do contexto das relações onde se inscreve e circula o acervo do centenário.

O setor da cultura, em Santa Catarina, sofreu com várias escolhas adversas na parte administrativa e organizacional de gestão durante a década de 1970. Com o governo de Colombo Sales a Secretaria do Governo ficou responsável pelas questões do patrimônio e atividades culturais, retirando responsabilidades da Secretaria de Educação. Sem sossego e estabilidade para o setor da cultura catarinense, o cenário “muda no governo Konder Reis (1975-1979), quando a gestão da cultura sofre diversas alterações, fruto de uma série de reformas do aparelho do Estado, retornando à Secretaria de Educação e passando à competência do setor social do governo”²³³.

A questão cultural de Jaraguá do Sul, até 1984, esteve praticamente fora das responsabilidades e preocupações primordiais do poder público e muito conectada aos clubes de atiradores e sociedades esportivas reabertos após a campanha de nacionalização²³⁴. Em 1950, ainda sob a gerência de Waldermar Grubba, eleito pelo PSD, foi redigida a Lei nº 70, que criava um eclético Departamento de Expediente, Educação e Assistência Social, no qual estaria vinculado este setor da cultura. O sucessor no poder depois da eleição de Artur Muller, eleito pela UDN no mesmo ano, não seria responsável por uma alteração efetiva desta situação, já que a única mudança substancial nessa configuração dos departamentos do poder público municipal ocorreria com a Lei nº 979/1984, no mandato do prefeito Durval Vasel. A eleição desse candidato representava um histórico rompimento com a tradição Arenista do governo jaraguense, estabelecida desde 1966 com a primeira eleição de Victor Bauer para prefeito²³⁵.

O governo de Vasel, sob a sigla do PMDB, é responsável por uma inflexão no tratamento burocrático e administrativo da cultura, ao criar a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo (Secet)

232 Em entrevista ao Correio do , Strebe afirma: “Em 1973, acabei proibindo as construções na área do São Judas. A água tinha ido por cima do asfalto, então prejudicaria todos que morassem lá. Acho que isso criou uma certa antipatia do povo. Com a falta desses votos, acabei não me reelegendo.”. Ver <<https://ocponline.com.br/o-prefeito-que-nao-se-interessou-por-poli%C2%ADtica-em-jaragua-do-sul/>> Acessado em 31/03/2019.

233 OLIVEIRA, Rafael Pereira. **Políticas culturais e o campo museal em Santa Catarina** (1987-2006), 2007, p. 83.

234 Cf. KITA, Silvia Regina Toassi. **Festas de Rei: Königfest**. Jaraguá do Sul: ACSTVI, 2000, 263 p.

235 Na primeira gestão de Bauer foi instituído o Brasão e a bandeira do município, escolhidos através do concurso Rotary Club. A sucessão da prefeitura tem os nomes de Octacílio Pedro Ramos (em exercício), Hans Gerhard Mayer (elegendo como vice Eugênio Victor Schmockel, antigo udenista, proprietário e diretor do jornal “O Correio do Povo” e vencedor do concurso do Brasão do município), seguido por Eugênio Strebe (prefeito do Centenário), para o retorno final de Victor Bauer, que é substituído pelo vice para o biênio 1982 a 1983.

em 1984 e a Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, no ano seguinte, sob a Lei nº 1016²³⁶, que concedeu o cargo de Presidente da Fundação à pessoa de Balduino Raulino. Estas mudanças estavam todas dentro da lógica do Governo do Estado, ocupado por Amin (1983-1987), que manteve a estrutura de seus predecessores²³⁷. Contudo, é importante destacar que, na mesma década que Vasel quebrou a hegemonia da Arena no município, Pedro Ivo Campos (PMDB) romperia com a oligarquia Konder-Bornhausen no governo do Estado.

Foi a partir das iniciativas de Raulino que começaram a surgir interesses e articulações para dar continuidade, após um hiato de 11 anos, ao projeto memorialístico de Emílio da Silva. As mudanças no tratamento da cultura da década de 1980 em diante deram fôlego para o projeto de museu que, apesar de contar com a opinião e acervo reunido por Emílio para o Centenário, começava a lentamente se distanciar do recorte específico dado à coleção pelo futuro patrono do museu. Esta seria transformada a partir da atuação de novos agentes mediadores e novos agenciamentos visando à realização de outros anseios. Emílio da Silva já ultrapassava os 80 anos e, apesar de sua representatividade como mediador da memória, não poderia mais desempenhar papéis tão decisivos como cargos executivos para a organização do museu, passando de narrador a monumento. Seja por razões vinculadas a sua idade avançada, seja pela falta de conhecimento museológico e museográfico.

Consultando as documentações do MHES, constatei a existência de pouca diversidade de registros, sem notícia, por exemplo, de que relatórios mensais ou anuais tenham sido preservados. Constam apenas atas de reuniões internas, nos anos mais recentes e com teor de resoluções de mínima relevância para esta pesquisa. Por outro lado, consultei as correspondências arquivadas que iniciam em 1986. Justamente neste ano, a Secretaria da Cultura fazia contato com profissionais do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, solicitando apoio para a montagem de um Museu para Jaraguá do Sul, o qual foi respondido pela professora Neusa M. Bloemer. A professora e diretora do museu da UFSC solicitou apenas que fossem cobertas as despesas de locomoção, podendo enviar “a arqueóloga Teresa Domitila Fossari e o museólogo Gelci José Coelho”²³⁸. Em uma outra correspondência, da qual consta somente aquela recebida pela

236 No texto integral da Lei, documento que consta na Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, afirma-se que: “*Art. 1º — Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a instituir uma Fundação de Cultura e Arte denominada FUNDAÇÃO CULTURAL JARAGUÁ DO SUL, sem fins lucrativos, com as finalidades principais de: a) Incentivar, difundir, promover a prática e o desenvolvimento de atividade cultural e artística; b) Conservar, administrar e zelar pelo patrimônio cultural e artístico de Jaraguá do Sul; c) Administrar, organizar, enriquecer o patrimônio dos seguintes órgãos:— Museu;— Arquivo Histórico;— Outras instituições que virem a ser criadas. d) Administrar, mediante convênio, o Museu Nacional de Imigração e Colonização;*”. Apesar de que nunca houvera em Jaraguá do Sul um museu com este nome, fica evidente o que se pretendia com a exposição vindoura. Disponível em: <http://leismunicipa.is/idarh> Acessado em 15/06/2019.

237 De acordo com Oliveira (2012, p. 81), em 1979, Konder Reis cria a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo. Tal estrutura se mantém com o sucessor Jorge Bornhausen, fato que se repete também na gestão de Esperidião Amin.

238 **CORRESPONDÊNCIA DO MHES**. Jaraguá do Sul, 17 de abril de 1986. Of. nº 17/MU/86.

Secretaria e desta vez sem assinatura, os profissionais do museu da universidade afirmam que é possível acelerar o trabalho, iniciando a preparação da apresentação do acervo. Afirma-se, também, que “o ideal seria padronizar o tamanho das reproduções fotográficas e emoldurá-las” e que o “o momento é de começar a conscientizar a população para a necessidade da instalação da instituição museológica, que atenderá de imediato aos três setores: Educação, Cultura e Turismo”²³⁹.

Em setembro, O Correio do Povo já cumpria as sugestões do pessoal do Museu da UFSC, anunciando que “o Arquivo e Museu Histórico Municipal estão sendo ativados na Getúlio Vargas, junto ao galpão da Rede Ferroviária Federal. Os documentos e objetos estão em fase de catalogação, estando aberto o recebimento de novos documentos para o enriquecimento do acervo”²⁴⁰. Já no mês seguinte, o jornal dedica-se a explicar que o museólogo da UFSC, Gelsi José Coelho, apelidado de “Peninha”, teria ficado surpreso com o acervo da cidade:

Outra observação do experimentado museólogo relaciona-se ao trabalho do professor e historiador **Emílio da Silva**, “**ele próprio parte da história e patrimônio do município**”. A documentação escrita e visual de Emílio da Silva é algo inédito segundo Peninha, uma vez que oportuniza cultivar a memória histórica de Jaraguá do Sul através das fotos, desde os primórdios, à época em que aqui habitavam os botocudos até a história recente.²⁴¹

Em uma coluna do mesmo jornal, intitulada “Vitoriosa W.E.G.”, Abelardo F. Montenegro constata uma união entre administradores, empresários, profissionais liberais e operários em prol da “desenvolvimento [sic] de Jaraguá do Sul”. Observa o colunista, que existe um “interesse louvável de enaltecer o passado jaraguense, o que é atestado pelos esforços em prol do enriquecimento do Arquivo e Museu que guardara documentos e peças da história do município, destacando-se, nesse sentido, a inestimável contribuição do historiógrafo Emílio da Silva”²⁴². Nos anos da redemocratização do país, a imprensa torna a evidenciar novas articulações entre o velho setor privado e o poder público. O envelhecimento de Emílio incitava a sua imortalização e patrimonialização, que sob o manto do “mérito da cidade”, da memória social jaraguense, encobria a consagração do futuro patrono, das famílias tradicionais e do progresso industrial, a despeito da desigualdade social emergente.

No espectro nacional, o período da redemocratização também influenciou as instituições responsáveis pela cultura do país. Aquilo que era responsabilidade do órgão criado por Castelo Branco, em 1966, - o Conselho Federal de Cultura (CFC) – sofreu um esgotamento de forças ao longo do regime militar. No processo de abertura política, observa-se que no Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), a mudança de direção resultou em uma institucionalização sob forma

239 **CORRESPONDÊNCIA DO MHES**. Jaraguá do Sul, 30 de setembro de 1986.

240 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 13 e 19 de setembro, 1986, ed. n° 3.404, p.1.

241 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 04 a 10 de outubro, 1986, ed. n° 3.407, p. 3. Destaque meu.

242 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 13 a 10 de dezembro, 1986, ed. n° 3.417, p. 13.

de fusão com o IPHAN, em 1979. Como afirma Peregrino²⁴³, “com a criação do SPHAN e, simultaneamente, da Fundação Nacional Pró-Memória – fusão SPHAN/Pró-Memória –, as propostas do CNRC e do PCH reforçaram a fase moderna da instituição, num discurso que acompanha as mudanças na realidade da política brasileira”²⁴⁴. Sobre Aloísio Magalhães, apesar de identificar articulações com o conservadorismo, a autora afirma que o dinamismo do diretor permitiu “a inclusão da *pluralidade cultural* na agenda da oficial da cultura, caracterizando os novos rumos das políticas nesse setor”²⁴⁵. No caso jaraguense, a Pró-Memória dedicou-se, em primeiro lugar, a fazer levantamentos das casas em estilo enxaimel, inserindo a cidade no roteiros culturais de imigração alemã²⁴⁶.

No que diz respeito a continuidade do projeto memorialístico de Emílio da Silva, renovado, reatualizado ‘por novos agenciadores, percebe-se o empenho sazonal de um tradicional núcleo da imprensa nessa ação. Na semana da abertura do Museu Municipal, e antes mesmo de uma lei que deliberasse isto, o Correio do Povo já anunciava que a escolha do nome de Emílio da Silva para o museu era acertadíssima, uma “homenagem justa e merecida ao velho mestre, que tanto já fez pela comunidade”²⁴⁷. Em uma edição diferente, em texto do colunista Abelardo F. Montenegro, a campanha para divulgação do museu afirma a importância de cultivar a memória dos heróis, aqueles que representariam a pátria, sendo o museu o fator integrador da educação cívica do cidadão:

O Museu Municipal não ficará como “olimpó de fetiches embalsamados” exibidos à admiração dos ignorantes. Nem se respirará nele, apenas a “podridão sublime”. (...) Já se disse que homem que trata dos negócios públicos é servo, enquanto o que maneja o compasso da razão e o buril da história é rei. Emílio da Silva, justiça se lhe faça, tem sido um sacerdote ativo e eficiente do Vale do Itapocu.²⁴⁸

A diretoria do Museu Municipal Emílio da Silva estava nas mãos de Carlos Hoffmann, que supostamente ficara responsável pela primeira exposição no armazém da antiga Estação Ferroviária de Jaraguá do Sul, embora seja perceptível o agenciamento de outros profissionais de fora do município para tanto. A estação era um espaço de pouca luminosidade, circulação de ar e de muita umidade. Logicamente, um espaço não recomendável para abrigar um museu. Nas informações do livro do MHES, consta que esta primeira exposição, além de ser a perspectiva de Hoffmann sobre o acervo de Emílio da Silva, poderia ser considerada “ecclética”. Incluía objetos de ferramentaria, móveis, utensílios da colonização, representando “os campos econômico, político, religioso,

243 PEREGRINO, Miriane da Costa. **SPHAN/Pró-Memória**: abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio nacional. Revista Confluências Culturais, ed. 1, v. 1, 2012, p. 86-100.

244 Ibidem, p. 89.

245 Ibidem, p. 94.

246 “A arquiteta Maria da Graça Agostinho, informou ao ‘Correio do Povo’ que a Pró-Memória vem realizando levantamentos em várias cidades de Santa Catarina de descendência germânica, estando Jaraguá do Sul integrada nos roteiros culturais de imigração onde se observa significativo patrimônio constituído primordialmente de casas enxaimel (...)” (**CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 25 a 31 de julho, 1987, ed. n° 3.447, p. 16).

247 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 29 de Julho a 4 de Agosto, 1987, ed. n° 3.452, p. 3.

248 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 12 a 18 de setembro, ed. n° 3.454, 1987, p. 12.

folclórico, arquitetônico e cultural de Jaraguá do Sul”²⁴⁹, sendo o principal acervo expositivo as fotografias em painéis.

Nas correspondências referentes ao ano de 1987, consta um recibo assinado por Gelsi José Coelho, que recebeu Cr\$ 1,380,00, por seus serviços prestados para a implantação da instituição no município²⁵⁰. Seus serviços de museólogos foram sempre mediados pela da Secretaria de Cultura, na pessoa de Balduino Raulino. Isso se deve ao modo improvisado com que as coisas foram feitas para a inauguração, uma vez que esta lacuna do profissional museólogo era preenchida com apoio da UFSC. Perto da inauguração, Gelci, conhecido por “Peninha”, aconselhava ao secretário da cultura que se inspirasse no catálogo do Museu Municipal de Caxias do Sul. Insistia em uma visita àquele museu, “por achar muito semelhante o tipo de acervo lá encontrado, podendo atender também, nas áreas de conservação e utilização do material”²⁵¹. Assim como Jaraguá do Sul, o município gaúcho de Caxias do Sul é uma cidade que valoriza o trabalho do imigrantes (no caso italianos) e de indústria prevalente, tendo sua classe industrial fortemente representada na política.

Enquanto se exercitavam no governo de Santa Catarina os objetivos do “Rumo à nova sociedade catarinense”, plano do mandato de Pedro Ivo, defendia-se “o papel do governo como facilitador da preservação difusão do acervo cultural da sociedade, além de promotor e estimulador da produção e do desenvolvimento da cultura”²⁵². Paralelamente, o Ministério da Cultura empenhava-se para aproximar o poder central com o governo dos estados e municípios. Em 1987, ocorreu o **I Encontro Intermunicipal de Diretrizes Sócio-Culturais da Região Sul**, evento que almejava justamente essa aproximação e que enviou um convite direto para o prefeito Durval Vassel, em Jaraguá do Sul²⁵³.

O Museu Municipal Emílio da Silva abre suas portas em 20 de julho, de 1987, na comemoração dos 111 anos da cidade. Já no dia seguinte, seu acervo serviu de fonte de pesquisa para o Centro Educacional Evangélico da cidade, que resultaria na requisição de uma foto do Padre Alberto Jacobs, patrono do colégio. O centro educacional pedia para que fosse emprestada a fotografia para que realizassem uma cópia, uma vez que não tinham nenhum registro fotográfico de seu patrono²⁵⁴. No livro de Emílio da Silva, consta uma breve biografia deste padre, assim como sua fotografia que devia fazer parte do primeiro acervo de Silva. Os recortes e retratos colecionados,

249 CANUTO, 2010. p. 58.

250 **CORRESPONDÊNCIA DO MHES**. Jaraguá do Sul, 23 de junho de 1987.

251 **CORRESPONDÊNCIA DO MHES**. Jaraguá do Sul, 26 de junho de 1987.

252 OLIVEIRA, 2007, p. 83-84.

253 **CORRESPONDÊNCIA DO MHES**. Jaraguá do Sul, 14 de julho de 1987.

254 Carlos Hoffmann confirma o retorno da peça no dia 31 de agosto daquele ano. Ver em: **CORRESPONDÊNCIA DO MHES**. Jaraguá do Sul, 31 de agosto de 1987, Of. nº 119/87.

agora acondicionados e enaltecidos dentro de uma instituição municipal, tornaram-se evidências do passado da cidade e fontes de pesquisa legitimadas enquanto tais.

Pode-se imaginar um otimismo na cidade a partir da inauguração do museu, que contou com o apoio da Secretaria de Cultura da cidade, estava dentro da lógica no planejamento Estadual e foi inaugurado sem museólogos, mas construído com assessoria constante da equipe de museologia da UFSC. O museu já nasce com diretrizes e projetos particulares, como a “Escolinha de Bandoneon”, que tinha “o objetivo de manter este estilo musical e instrumental, que parece vivo desde os primórdios da colonização de Jaraguá do Sul”²⁵⁵. A escolinha estava integrada ao Projeto Pró-Memória, que foi estimulado pela política nacional, passando “a desenvolver uma série de ações voltadas para as instituições museológicas, criando um sistema estadual que passa a existir de fato, mas não de direito, uma vez que não chegou a ser oficializado por decreto”²⁵⁶.

Pesquisando no Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmockel, solicitei para a historiadora responsável os relatórios do museu municipal, assim como do atual museu histórico, onde recebi apenas algumas fichas de tombamento e, para o ano de 1988, uma ficha manuscrita que listava algumas doações. No que diz respeito a efetivos relatórios, nada constou. Quanto às fichas oficiais, todas as que recebi são referentes às doações do acervo de Emílio da Silva, num total de 20 doações, sendo todas elas fotografias já emolduradas. A descrição das fichas de tombamento do acervo reunido por Emílio são, evidentemente, aquelas ampliadas e emolduradas para a exposição fotográfica do Centenário. Todas as fotografias fichadas são declaradas como doadas pelo patrono do museu, “confeccionadas” em 1976 e recebidas por Carlos Hoffmann onze anos depois. A ficha contém um registro para o “autor” da fotografia, que é sempre desconhecido. Na parte do registro que informa como o doador adquiriu a peça, afirma-se em todas elas que foram doadas para Emílio da Silva. Nenhuma delas tem a fotografia descrita iconograficamente, impedindo a compreensão de sua representação e utilidade. Todas tem sua procedência referida a Jaraguá do Sul, e contém os mesmos traços de deterioração, como perfurações, rasuras, riscos à caneta, bem como manchas e amarelamento sobre a fotografia. Constam rachaduras e descascamento da tinta de molduras, provavelmente resultantes da somatória entre o descaso com o acervo no pós-centenário, a bricolagem que cerceou o trabalho de exposição inicial, a carência de especialistas e de políticas públicas, com a correspondente dependência do capital privado e a preservação da coleção e manutenção do museu.

Uma vez que a exposição de 1976 contava com um número muito maior do que 20 peças, manifesta-se uma lacuna de registros da circulação dos objetos, podendo as fichas não terem sido

255 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 29 de Julho a 4 de Agosto, 1987, ed. nº 3.452, p.3

256 OLIVEIRA, 2007, p. 86.

arquivadas ou as fotografias não terem sido expostas. No primeiro cenário, fica evidente o improvisado arquivístico e o descaso que recaiu sobre a trajetória do museu em disputas na partilha institucional. Quanto às chapas negativas das fotografias, foram doadas para o Arquivo Histórico da cidade. Não constam documentos que comprovem a doação ou os doadores, tanto quanto não existem datas de entrada para o acervo na instituição. O que me informaram foi que, em 1998, estas peças já estavam no Arquivo e, na necessidade de restaurar as chapas de vidro, convocaram uma reunião com representantes da empresa Duas Rodas, que patrocinou a restauração e novos envólucros para os negativos em vidro.

A ficha manuscrita registra uma doação de 15 itens, feita em 04 de maio, de 1988. A doadora, Adele Ellen Anderson Prodöhl²⁵⁷, com 65 anos, foi responsável por uma renovação no acervo do museu municipal, endossando a lógica da narrativa do passado jaraguense elaborada por Emílio da Silva em seu livro. Para além de objetos como um ferro de passar gola e punho de camisas²⁵⁸ e uma jarra de medicamentos²⁵⁹, registra-se sem muitos detalhes que foram doados fotografias do Esporte Clube Germânia; do navio que teria trazido os pais de Adele Prodöhl, vindo da Alemanha; fotos do respectivo desembarque, em 1913, no porto de São Francisco do Sul; uma foto de pessoas em frente a Ferroviária durante a Revolução de 1930; da Escola Jaraguá; de um carnaval de rua, em 1930; fotografias da antiga casa da doadora e uma foto do pioneiro Emílio Carlos Jourdan. O aceite da doação e sua respectiva exposição exprime uma continuidade com a proposta de Emílio da Silva, uma vez que ainda cultua os imigrantes europeus e reforça o papel heroico de Jourdan. Se imaginarmos o passado de Jaraguá do Sul sempre referenciando Jourdan, evoca-se o livro de Emílio e suas estratégias de consagração. Um exemplo dessa conexão, mais uma vez a partir de sua mãe biológica, seria este depoimento publicado em sua obra:

Na ocasião dos festejos da inauguração do Paço Municipal de Jaraguá do Sul ocorrida a 4 de outubro de 1941, o prefeito da época Tenente Leonidas Cabral Webster não deixou de convidar os filhos do fundador, o Cel. Rodolfo Jourdan e dona Helena Jourdan Ruiz, e daqui, duas pessoas que conviveram com a família do fundador, o velho canoieiro Calixto Borges, e a empregada da família Maria Umbelina da Silva, a qual referiu: nascida aos 3 de maio de 1856, na localidade da Rainha (Paraty), filha legítima de Manoel Silvestre da Silva e Bárbara Massaneiro da Silva. Casara-se com Alexandre Lopes – vulgo Angá – nascido em 1847 no Paraty. Seu marido trabalhava de canoieiro numa das chalanas, construídas no sertão, para o transporte da máquina a vapor, que funcionou movendo as duas possantes moendas de casa do Estabelecimento Jaraguá de Jourdan.²⁶⁰

257 Provável parente de Augusto Sylvio Prodöhl, acadêmico que prefaciou o livro de Emílio da Silva.

258 Consta que foi trazido por Heinrich Grapna, em 1910.

259 Registrado como pertencente a “velha farmácia Stein-has”.

260 SILVA, 1975, p.45.

Solicitando às atuais funcionárias do MHES os registros do antigo museu municipal, recebi um envelope pardo sem catalogação, intitulado “legendas do museu municipal”. A partir destas antigas legendas, referentes à exposição que durou até 1988, é possível perceber que o acervo do museu era muito maior do que a imagem débil refletida nos escassos registros acondicionados no arquivo histórico da cidade. Algumas das legendas informam doadores e procedência de artefatos que extrapolam as fronteiras de Jaraguá do Sul e até do Brasil. A abertura do museu e a campanha publicitária que demandava doações deram resultados, embora não se possa dizer precisamente se essas doações foram feitas para a exposição histórica de 1976 ou diretamente para o Museu Municipal Emílio da Silva. O que proponho metodologicamente para estas legendas é utilizar o corpo textual e descritivo de algumas imagens e peças, em primeiro lugar para reconstruir, na medida do possível, esta primeira exposição institucionalizada sob forma de museu. Portanto, buscar o estatuto testemunhal forjado sobre essas peças e fotografias. Em segundo momento, verificar nas fotografias que ainda permanecem no MHES expostas as suas semelhanças com as imagens descritas nas legendas antigas, buscando estabelecer o percurso trilhado pelo acervo de Emílio da Silva, norteado pelas novas legendas e pelos registros dos livros-tombo.

Durante o tempo que o museu municipal ficou aberto, entre 1987 e 1988, pode-se reconstruir imaginariamente uma exposição, com o auxílio das ditas legendas. A exposição do museu contava com objetos de famílias de Jaraguá do Sul, peças portadoras de uma historicidade secular, do começo ao fim do século XX. Nela, havia no mínimo três relógios de parede²⁶¹, com nenhuma descrição detalhada. Dois ventiladores alemães estiveram abrigados sob o mesmo teto, um deles doado por Linda Bornschein. Do outro não constatava doador, mas informava ser proveniente de Berlim. Máquinas de lavar roupa, uma das quais “utilizada e idealizada pelos imigrantes italianos de Timbó” e outra, doada por Walter Quast, trazida da Alemanha, “aproximadamente” em 1915. Objetos do dia-a-dia, representativos de costumes coloniais como bules, gamelas, espingardas “pica-pau”, e outros mais modernos, como máquinas de macarrão²⁶², lanternas, ferros de passar²⁶³, uma calculadora mecânica portátil, outra calculadora manual e diversas máquinas fotográficas²⁶⁴. Em uma das legendas de uma máquina fotográfica, observa-se que “a partir de 1920 o historiador Emílio da Silva, onde quer que se fizesse presente, registrava tudo o que via e julgava importante. A

261 Um deles foi doado por “Lui Wlleman”, nome com erros de datilografia. O segundo, em ordem estabelecida por mim e sem nenhum critério específico, vem pelo nome de “Arlindo Vretschmar. O terceiro, teria sido doado por Augusto Schmidt.

262 A legenda descreve: “Depois da massa pronta colocava-se dentro da máquina onde prensava-se saindo através de uma chapa de molde cilíndrico.”

263 A legenda descreve: “Colocavam-se brasa no seu interior para aquecimento, este tipo, era muito usado para engomar roupa. Ano 1930. Doador: Arthur Mohr”.

264 As máquinas fotográficas foram todas doadas por Emílio da Silva, perpetuando seu papel de fotógrafo do passado e evidenciando seu colecionismo peculiar.

ele devemos grande parte de possuímos um dos maiores acervos fotográficos de Santa Catarina”. Como doação de Emílio, consta também o conjunto “balança e pesos e cachimbo”²⁶⁵ e “Bolas de Bolão”, que doou junto com Oscar Eggert. Vale destacar as doações feitas pelo Secretário da Cultura, Balduino Raulino, que consistiam em carteiras escolares utilizadas em Jaraguá do Sul, a partir da década de 1920. Por meio dos objetos, auxiliados e ressignificados pela sua circulação, pelo estatuto instaurado no ato de estar no museu ou pela legenda que os nomeia, “os objetos materiais são pensados como um sistema de comunicação, meios simbólicos através dos quais indivíduos, grupos e categorias sociais emitem (e recebem) informações sobre seu status e sua posição na sociedade”²⁶⁶.

As legendas também são ótimos instrumentos para imaginar o repertório das imagens evocadas para a memória do povo jaraguense, e o que dele constitui, parodiando Paul Ricoeur, esquecimentos de reserva²⁶⁷. Enquanto remanescentes do passado do MHES, as fotos reaparecem, sendo resgatadas em novos arranjos, voltados a satisfazer os projetos do presente da instituição. Em um movimento contrário àquele elaborado no sucateamento dos registros do primeiro museu municipal, quase perdidos nos documentos da instituição e encontrados ao acaso, resgatar os subtextos das fotografias é, também, resgatar os discursos que as imagens expostas dispõem em enunciados e subtextos. A título de exemplo: havia na exposição, uma seção específica sobre as primeiras farmácias da cidade. As legendas descrevem a imagem da “primeira farmácia na Colônia Jaraguá, surgida em 1908”, onde aparece o farmacêutico biografado por Emílio da Silva, Georg Horst²⁶⁸. Outra fotografia exhibe o “laboratório” de Horst, com ele preparando medicamentos.

Outro conjunto de legendas, intitulado “Festejos”, exhibe imagens de um “Casamento típico”, sem detalhes. Ao lado, um “Grupo folclórico do Tirol Alemão” e um “Carnaval”, que “era muito mais parecido com uma festa junina, do que do Carnaval atual”. Esta foto do carnaval, muito provavelmente é a foto, doada em 1988, por Ellen Anderson Prodöhl. Além desta imagem do acervo Prodöhl, descrevem outra provável, agora de “Emílio Carlos Jourdan e a esposa Helena A. E. J. Caffier”²⁶⁹.

265 A legenda descreve, pautada no próprio conteúdo do livro de Emílio da Silva: “Balança para pesar drogas (medicamentos) e instrumentos cirúrgicos era indispensáveis no cotidiano de Eduardo Krisch, pois quando adentrava nas matas para medir terra pois longe do socorro médico obrigava-se a prestar os primeiros socorros. Ano 1891 e 1898. Cachimbo de uso pessoal do desbravador Eduardo Krisch”. Afirma-se, também, que ele doou, mas recebeu em guarda de Ricardo Bornschein.

266 GONÇALVES, 2007, p. 20.

267 Paul Ricoeur (2007, p. 449) elabora uma diferenciação entre um “esquecimento por apagamento dos rastros”, que seria definitivo e irreversível, e o “esquecimento de reserva”, que são memórias em estado de latência, em condição de resgate por meio da rememoração. A memória, antes virtualizada, torna-se ação e representação.

268 “Georg Horst adquiriu o terreno em 1907, de Domingos Rodrigues da Nova Jr. e construiu sua casa em estilo enxaimel e meio sobrado. Uma larga escada levava até uma ampla varanda por onde se alcançava a farmácia.” (SILVA, 2005, p. 187)

269 A legenda descreve: “Jourdan foi contratado para demarcar as terras da Princesa Isabel a 25.01.1876, após algumas tentativas malogradas de outros engenheiros. Em 11 de maio de 1876, ele entrega o relatório da medição. Também

Os colonos imigrantes também são descritos nas “imagens” textuais: em uma foto que “mostra os primeiros imigrantes húngares (sentados) e seus descendentes (em pé). Colonizaram a região do Alto Garibaldi entre 1891 e 1897. (Foto tirada em 25/07/1935)”. Consta uma fotografia de uma “Família típica de colonos imigrantes” e outra com “imigrantes de Jaraguá Alto”, supostamente “tirada em frente a escola do professor Wendelino Schmidt (próximo à atual Igreja Santa Cruz)”. Os “alemães”²⁷⁰, já evocados por meio de diversos objetos da Alemanha, são homenageados no passado jaraguense na fotografia de “Georg Wolf e família, natural de Schleswig-Holstein (Alemanha), vindo ao Brasil, em 1891. Um dos pioneiros em Jaraguazinho”. Um outro imigrante pioneiro, de família austríaca, também é lembrado, em duas fotografias diferentes: a primeira é Eduardo Krisch em frente a um “rancho de palha”²⁷¹ e a segunda é a imagem de sua equipe de trabalho. É de suma importância perceber que a descendência europeia dos imigrantes jaraguenses é sempre atestada por famílias e personagens específicos, geralmente de grande influência e capital no município.

Seguindo a lógica que definiu o museu municipal como eclético, que incluía diversos campos (econômico, político, religioso, folclórico), é possível deduzir algumas das exposições arranjadas para o museu. Foram descritas algumas fotografias de espaços de sociabilidade da cidade, como o “Salão Mielke”, que como afirma a legenda, foi “inaugurado em 1913 e demolido em 1943, notabilizou-se em sua época, pois em seu recinto, além de promoções sociais e cinematográficas, também os trabalhos forenses e eleitorais ali [sic] eram realizados”. Faziam parte da exposição, algumas fotografias do “Bar do Hotel Brasil”²⁷², “Grupo Café Moka” e, muito provavelmente, uma imagem de imigrantes bebendo, descrita como “Mantendo o costume”, onde a legenda continua explicando que essa prática foi trazida “da Europa pelos imigrantes, de saborear a gostosa cerveja, às vezes, extrapolando até os limites”.

Para além dos bares, cafés e festejos em casórios e carnavais, o Museu Municipal Emílio da Silva criava um passado de cultura musical para Jaraguá do Sul, que também servia para fundamentar e legitimar a trajetória da SCAR no município. Em um mesmo conjunto de fotos, as legendas descreveram a “Banda Lira Aurora”, que “foi fundada em 20 de maio de 1958 e composta, em sua maioria, por jovens de famílias de colonos do lugar”; a “Orquestra”, regida por Adélia Fischer e a “Jaraguá Jazz-Band”. Em outro arranjo fotográfico, rememora-se o conjunto

requer a recebe a concessão para colonização das terras.”

270 A legenda descreve: “Jaraguá do Sul foi povoado, em sua maior parte, por alemães, vindo de diversas regiões da Europa – Alemanha (Baixa Saxônia, Berlim, Pomerânia, etc.), Áustria e Hungria. Há, porém, italianos também que se fixaram em algumas regiões.”

271 Afirma a legenda: “Erguido por Krisch quando dos trabalhos de engenharia e topografia para a abertura da estrada Itapocu – Hansa. Em 1881, Jourdan o convidou para ser o administrador do ‘Estabelecimento Jaraguá’.”

272 Afirmava a legenda: “Importante local de encontros sociais. Pessoas importantes da época ali se reuniam para bebemoram e trocaram ideais sobre política, economia, etc.”

“Starke Lunge”, extinto com a Primeira Guerra Mundial, em 1914. Ao lado, fotografias com violino e um bandônion²⁷³, além do registro de outra banda musical, composta por “João Graxa Gonçalves e José Emmendorfer²⁷⁴”.

Como registro representativo do campo religioso da cidade e evidência de sua íntima relação com a história do setor educacional na sociedade jaraguense, as legendas evocam a memória de instituições como a “Escola Jaraguá Central”²⁷⁵, de cunho evangélico; o “Colégio São Luiz”²⁷⁶ e a imagem das “Irmãs Divina Providência” com um grupo de alunos, representando o ensino católico. Em outra legenda é descrito o conjunto de três fotografias onde estão registradas a “Escola e Capela Na Barra do Rio Cerro”²⁷⁷, a “Escola Alemã”²⁷⁸ e a “Escola e Capela Jaraguá Alto”. A “Igreja Evangélica de Confissão Luterana” tem registro fotográfico de sua inauguração, em 1935; de seus sinos e deus pastores pioneiros: o Pastor Albert Schneider e o Pastor Herman Weidner. Já para a “Capela Santa Emília”, expuseram uma foto da missa de lançamento da pedra fundamental, outra do preparo do altar para a missa e a imagem da capela pronta. Como representante da instituição embrionária, elegeram a imagem de Padre Pedro Franken²⁷⁹.

No trabalho de evidenciar de uma forma progressista o desenvolvimento do “Estabelecimento Jaraguá” até a constituição do município de Jaraguá do Sul, os objetos rústicos da colônia são consumidos como símbolos do árduo trabalho dos ancestrais, ao mesmo tempo que atestam o mérito de tal esforço, ao desembocar no presente que observa. A própria estação ferroviária que abrigava o museu, é um marco específico para o crescimento econômico da região. Contudo, são as fotografias que tornam o espaço de enormes construções, de trens, pontes e grandes paisagens redutíveis ao ponto de caberem todas, como signos, em uma única parede expositiva.

273 As legendas explicam que “A música é algo característico do imigrante que veio a Jaraguá, e era muito cultivada. Dentre os instrumentos mais populares da época pode-se citar o violino e bandônion. E esta tradição ia de pai para filho (foto)”.

274 O pai de José Emmendorfer, Sebastian Emmendorfer consta no livro de Emílio da Silva como pioneiro de segunda fase e imigrante alemão. Na obra, lê-se que “Sebastian, nascido em Neuthard – Baden no sul da Alemanha, aos 19 de março de 1814, filho de Wilhelin Emmendorfer e Magdalena Emmendorfer. Seus ancestrais ressaltam do século XVII.” (SILVA, 2005, p. 106). No caso de José, Emílio da Silva o descreve como “um dos destacados pioneiros, que erigiu um dos primeiros prédios assobradados na zona central da vila de Jaraguá, e o propulsor de renome imourredouro” (SILVA, 2005, p. 109).

275 Afirma a legenda: “Inauguração da primeira escola particular evangélica. Seu primeiro mestre foi Revdo. Ferdinando Schluzen, pastor da Comunidade Evangélica Jaraguá Central. Foi fundada em 1907 e é precursora do Centro Educacional Evangélico.”

276 Afirma a legenda: “Fundado em 1919 pelas irmãs da Divina Providência, mais tarde passou para os Irmãos Maristas a sua direção”. No texto, a data de 1919 é circulada a lápis, com uma flecha e um ponto de interrogação que insinuam que a data poderia ser 1912.

277 Afirma a legenda: “construída por italianos tirolezes em 01.01.1900. As aulas eram ministradas em italiano.”

278 Afirma a legenda: “Fundada em 1902. Os seus professores vinham de fora com a finalidade específica de lecionar”.

279 Afirma a legenda: “No começo a comunidade católica era atendida pelos franciscanos de Rodeio e pelos padres da Paróquia de Joinville. Os primeiros padras que aqui moraram foram Pe. Pedro Franken e Pe. Henrique Meller, aqui chegando em 1911.”

Como evidenciam as legendas, o museu municipal expôs um conjunto de fotografias sobre a ferrovia²⁸⁰ da cidade. A primeira foi nomeada “No tempo da ‘Maria Fumaça’”, a segunda retratava a “inauguração da nova estação”, ao lado daquela que representava a “Estação antiga”. Ainda, constava uma fotografia da “chegada do trem com passageiros”. A trajetória dos usos sociais das coisas até sua inserção no museu, é a própria afirmação de sua utilidade reatualizada, uma vez como transporte, por exemplo, e em seguida, na condição de objeto semióforo com efeito legitimador. Como atestam as legendas, foram expostas as fotografias de carroças, que “puxadas por cavalos, eram, no começo da colonização, o único meio de transporte disponível para transportar todo tipo de mercadorias por terra”. A representação da carroça marca o tempo e o progresso, onde as temporalidades se comparam e resultam no fascínio pela mudança, que é narrada como mérito de personagens específicos. No conjunto de fotografias de carroças, constavam algumas “transportando toras”, “carreteando pranchões” e “levando leite”. Lembraram-se, também, do “trole”, que “marcou época em Jaraguá do sul”²⁸¹. O contato com estas fotografias, em sua condição de conector material entre o visível e o intangível²⁸², altera a realidade do observador, uma vez que atesta um passado inteligível, cronológico, progressista e nomeado.

As pontes da cidade estiveram representadas da mesma forma, alinhadas com a narrativa do progresso edificado no Vale do Itapocú. Seguindo as legendas, afirma-se que elas “fazem parte do contexto e dos rumos que a história e o desenvolvimento de Jaraguá do Sul tomaram nas diferentes épocas, por localizar-se às margens de dois rios, o Itapocu e o Jaraguá”. Três fotos da “primeira ponte metálica²⁸³” foram exibidas, ilustrando o início das obras, sua inauguração e a ponte pronta e coberta. Em outro conjunto de fotos, foram exibidas a “Ponte sobre o rio Jaraguá”²⁸⁴, a “Ponte da

280 A única legenda informativa deste conjunto, afirma: “A construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, extensão Rio Negro – São Francisco, iniciou em 1905, e foi fator importante no desenvolvimento de Jaraguá do Sul. A primeira locomotiva veio em 1907 para testar a ponte sobre o rio Itapocu.”

281 A legenda continua: No começo era privilégio de poucos. Depois tornou-se um veículo de passeio bastante popular. Também foi usado como taxi até o início da década de sessenta.

282 “Mas ver-se-á também que, exactamente por causa da sua função, são considerados objetos preciosos, e que portanto sempre se tentou reintroduzi-los neste circuito para trocá-los por valores de uso, por coisas; por este motivo devem ser submetidos a uma protecção especial. Constata-se então que os objectos não podem assegurar a comunicação entre os dois mundos sem serem expostos ao olhar dos seus respectivos habitantes. Só se esta condição for satisfeita é que se tornam intermediários entre aqueles que olham e o mundo que representam.” (POMIAN, 1984, p. 66).

283 Afirma a legenda: “Construída sobre o rio Itapocu, foi inaugurada em março de 1913, e serviu durante 52 anos. O pilar central da mesma ainda se encontra no local, pouco abaixo da atual ponte Abdon Batista.”

284 Afirma a legenda: “Ligar Jaraguá a Blumenau, via Pomerode, era tão importante quando a ligação a Joinville. Mas outro rio caudaloso, o Jaraguá, precisava ser transposto. A primeira ponte, de madeira, foi construída em 1908 e quebrou com o peso das carroças. A segunda, metálica, construída em 1916, quebrou com o peso de dois gipões.”

via férrea” e uma “ponte pênsil”²⁸⁵. Lembrado pelas obras que resultaram nas duas pontes metálicas da cidade, havia no museu a foto do político Abdon Batista²⁸⁶.

Contudo, como bem lembra a própria narrativa das legendas, antes das pontes, a travessia era feita por meio de balsas e canoas²⁸⁷. Foram expostas três fotos de portos: uma do “Porto Sertão do Itapocu”²⁸⁸, e duas do “Porto Czerniewicz”, sendo a foto “b”, da travessia por uma balsa; e a foto “c”, por uma canoa. Os primórdios do transporte – passando dos troles e canoas, intermediados pelas pontes e ferrovias – são sucedidos, dentro do fenômeno da indústria, pelos “Primeiros Carros”²⁸⁹. Ainda nesta seção da mobilidade urbana e rural, apareceram três fotografias de antigos carros. A primeira legenda é intitulada “Passeando num carro Ford”, a segunda “Carro atolado” e a terceira “Transportando bebidas”²⁹⁰.

No fim do trabalho auxiliado pelas legendas, ainda vale ressaltar as fotografias que registraram a edificação da Prefeitura de Jaraguá do Sul. Foram quatro fotografias, que seguem em ordem de desenvolvimento: a) início das obras; b) construção em andamento; c) inauguração em 04.10.1941; d) inauguração da herma a Emílio C. Jourdan. A maioria dessas fotografias – descritas pelas legendas e permitindo reconstituir o acervo do Museu Municipal – foi de doações de Emílio da Silva. Evidentemente, nem todas as peças pertenceram ao seu acervo particular, e dificilmente se poderia ter certeza de que todas integraram a exposição fotográfica do centenário. Contudo, é possível verificar exatamente quais fotos descritas pelas legendas foram parte do acervo de Emílio da Silva, uma vez que elas, antes mesmo do centenário e do museu, ilustraram seu livro sobre Jaraguá do Sul. Estas serão apontadas adiante, na análise da edificação do atual MHES.

Quanto à trajetória do Museu Municipal Emílio da Silva, registra-se no Correio do Povo que, em 1988, foi fechado temporariamente. A notícia é de que “ele será reaberto nos próximos dias, com a exposição de objetos antigos doados pelas famílias jaraguenses, que vem recebendo restauração e limpeza”²⁹¹. No mesmo ano em que esta instituição fecha, são inaugurados dois

285 Afirma a legenda: “As pontes penseis surgiram para substituir as canoas e facilitar a travessia dos pedestres nos diversos pontos dos rios que cortavam a cidade. Hoje há inúmeras.”

286 A legenda de seu retrato afirma: “Foi médico de formação e político por vocação. Quando havia necessidade de atendimento médico, os moradores de Jaraguá tinham de deslocar-se até Joinville. Como político, proporcionou o melhoramento das vidas de acesso de Joinville e Blumenau a Jaraguá, construindo duas pontes de ferro, uma sobre o rio Itapocu e a outra sobre o rio Itapocuzinho, facilitando o deslocamento por via terrestre.”

287 Uma legenda intitulada “A Canoa”, afirma: “Meio de transporte muito usado no começo da colonização de Jaraguá, que para transpor o rio de uma margem à outra, quer para ir e vir a Barra Velha, pois as estradas da época não passavam de picadas em precárias condições de traficabilidades.”

288 Afirma a legenda: “Utilizado, a partir de 1877, para o transporte de equipamentos industriais e máquinas destinadas aos empreendimentos no ‘Estabelecimento Jaraguá’”.

289 Como afirma a legenda: “Possuir um carro de passeio ou de carga era privilégio de poucos nos anos trinta. Mas, às vezes, ao lado da alegria de possuir um, vinham sérios incômodos, principalmente em época de chuva, quando se formavam grandes atoleiros.”

290 Afirma a legenda: “Poder substituir as carroças por uma camionete para transportar as mercadorias era sinal de progresso. Na foto Max Wilhelm com sua camionete.”

291 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 12 a 18 de março, 1988, ed. nº 3.478, p.2

museus da Malwee, iniciativa que foi saudada pelo Correio do Povo²⁹². No livro do MHES, afirma-se que o fechamento foi devido à “precariedade do antigo galpão da Rede Ferroviária, que não dispunha de ventilação adequada”²⁹³, embora o testemunho de Alcioni Canuto dê outros contornos para essa narrativa:

O Hoffman saiu [do Museu Municipal Emílio da Silva] por uma situação de questão política. Onde ele organiza a Miss Jaraguá e cria um estresse na época, porque as pessoas acusavam ele de não ter sido leal na questão dos votos da eleição dessa rainha e ele acabou discutindo, e deixa todo esse acervo à deriva. Isso foi bastante preocupante, porque isso estava dentro da estação ferroviária, onde é hoje a biblioteca, e ficou por muito tempo fechado. Várias pessoas tiveram acesso lá dentro. Inclusive o “seo” Emílio da Silva, que quando queria ser muito saudosista, ia lá e ficava brincando. Brincando, não. Pesquisando, restaurando. Ele não tinha nenhum tipo de capacidade técnica para isso, então ele fez muitas interferências inadequadas, erradas. Quando eu cheguei, já peguei essa situação toda.²⁹⁴

Carlos Hoffmann deixa o Museu Municipal, para em seguida trabalhar nos projetos de museu da Malwee, transformando direta ou indiretamente o acervo de Emílio da Silva em uma coleção dispersa. A dúvida sobre se houve transferência “direta” ou “indireta” de objetos e documentos do acervo para os museus da Malwee repousa justamente na incerteza a respeito do modo e a abrangência de sua atuação como mediador. Sabe-se que um pilão pertencente a Emílio Carlos Jourdan, que fez parte da exposição do centenário e do acervo do Museu Municipal Emílio da Silva, está exposto em um dos museus do Parque Malwee. Rompe-se a identidade entre propriedade e posse da coleção e, além de tudo, a gestão exclusiva e singular do museu municipal, que até então detinha o monopólio da narrativa sobre o passado jaraguaense. Daí existirem boatos, como os que narram o desaparecimento da ficha de filiação ao Partido Integralista de Emílio da Silva, que teria sido doada para o museu da Malwee, fato não confirmado pela museóloga responsável²⁹⁵.

O acervo utilizado para a exposição fotográfica do Centenário, por mais de uma década, esteve na condição de “memória cumulativa”, que “pertencem ao indivíduo, mas constituem uma reserva que – por vários motivos, sejam eles quais forem – em certo momento deixa de estar disponível para resgate”²⁹⁶. Em determinado momento, que neste caso remete a 1986, essa memória cumulativa é o “pano de fundo” para a seletividade e a funcionalidade da memória ativada por

292 “MALWEE – serão inaugurados segunda-feira, às 11h, no Parque Malwee, dois museus, iniciativa que vem enriquecer a arte e a cultura local. Um exemplo a ser seguido. Ao Sr. Wander Weege, extensivos a família Malwee, os parabéns.” (**CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 14 a 20 de maio, 1988, d. n° 3.487, p. 2.)

293 CANUTO, 2010, p. 59.

294 CANUTO, Alcioni. Entrevista concedida a Gabriel Simon Machado e doada ao LAMAP. (UFSC), 2019, p. 3.

295 Quando visitei o museu, a museóloga estava desenvolvendo o processo de arrolamento do acervo e não tinha certeza da existência do documento. Tampouco a existência pôde ser certificada até o fim desta pesquisa. Assim como no Museu Municipal e no MHES, os registros desses museus do Parque Malwee, são inexistentes ou incompletos.

296 ASSMANN, 2011, p. 148.

ocasião do nascimento da primeira instituição museológica de Jaraguá do Sul, arregimentando e conectando elementos dispersos ao ponto “em que tornam disponível para si uma construção do que seria seu passado”²⁹⁷ social. Isso implica na atualização do projeto de 1976, com marcas de novos agentes, mas com a mesma função legitimadora. Como afirma Aleida Assmann, a memória funcional, cuja função é da ordem da legitimação, como numa “aliança entre dominação e memória”, “manifesta-se positivamente no surgimento de formas elaboradas do saber histórico, sobretudo na forma de genealogias, já que o poder dominante tem necessidade de explicitar sua própria origem”²⁹⁸. Para além de reivindicar o passado, os dominadores garantem o futuro na veneração e preservação de suas memórias, narrativas e monumentos. Contudo, como lembra a autora, “ela tem duração equivalente à do poder que a apoia”²⁹⁹.

A continuidade do projeto de comemoração do progresso industrial e a necessidade de demarcação das fronteiras identitárias do município, como processo de legitimação em referência a um passado autêntico com “espécies populares e públicas de confirmação e verificação”³⁰⁰, pode ser parcialmente compreendida à luz do prosseguimento de ondas migratórias na cidade, do declínio do sustento rural perante o trabalho fabril e de insatisfações que começam a surgir nas fábricas. Como afirma Schörner, “é a partir da segunda metade da década de 1980 que se eleva consideravelmente a absorção da força de trabalho procedente da agricultura por parte das fábricas localizadas em Jaraguá do Sul”³⁰¹. O surgimento da classe de “colonos-operários” e a diferenciação entre o “trabalhador jaraguaense” e os “de fora”, endossa o mito do trabalhador alemão e requer da indústria uma tutela na cultura e no lazer, como nas atividades recreativas, que “têm como função aproximar o trabalhador da fábrica, dentro da ideia de domesticar a fábrica e industrializar o domicílio”³⁰². A retórica da ancestralidade vem como dívida do presente, ou continuidade da tradição, uma vez que os pioneiros exerceram o “trabalho duro para dominar a natureza e construir uma nova vida”, de forma que o trabalho é motivo de orgulho e salvação.

Da mesma forma que Emílio da Silva lança mão da distinção auferida por falar e escrever em alemão, a “Kabokler Wirtschaft”³⁰³ – o diferencial para positivar o trabalho alemão, que aos poucos era constituído como narrativa central da identidade jaraguaense. A biografia de ilustres

297 Ibidem, p. 150.

298 Ibidem, p. 151.

299 Idem, p. 151.

300 APPADURAI, 2008, p.66

301 SSCHÖRNER, 2000, p. 94.

302 Ibidem, p. 107.

303 “Diante disso os alemães vão cunhar a expressão ‘Kabokler Wirtschaft’ (‘desordem cabocla’), termo pejorativo que se refere às condições de vida dos caboclos. Nesta expressão está clara a dualidade atraso/progresso, a dicotomia entre o caboclo atrasado e o alemão trabalhador. O teuto-brasileiro constrói o progresso através do seu trabalho, seja na agricultura ou na indústria, ao passo que os caboclos são aproveitadores. Assim, amor e dedicação ao trabalho, a habilidade de realizar, a identificação das pessoas com seu trabalho (Tüchtigkeit) são decorrentes da ‘germanidade’”. (SCHÖRNER, 2000, p. 147)

pioneiros alemães já estava pronta no livro de Emílio, ganhando grande espaço dentro da narrativa da exposição fotográfica do centenário e do Museu Municipal. Não é por acaso que a década de 1980 situa, ao mesmo tempo, o auge do investimento na cultura da cidade (sempre tutelada pelo setor industrial) e o epicentro das raras greves³⁰⁴ nas fábricas jaraguenses. Seria, de fato, um índice da relação convergente entre esses diversos impasses identitários e conflitos de classe, com o surgimento da maior festa municipal de veneração à cultura teuto-brasileira: a Schützenfest, inaugurada em 1989.

304 Ocorreu uma greve em 1986 na cidade de Jaraguá do sul. Já em 1989, a greve atingiria justamente a WEG, que “começou a fazer pressões de toda ordem: cortou o vale alimentação e a assistência social dos que estavam em greve, ao mesmo tempo que começou a oferecer dinheiro para que os trabalhadores voltassem ao trabalho” (SCHORNER, 2000, p. 95.)

Capítulo 3: Novos enquadramentos da memória: uma coleção dispersa

O colecionismo de Emílio da Silva, iniciado na década de 1920, deu fundamento para que no momento oportuno, o patrono do MHES pudesse produzir sua obra historiográfica sobre o passado de Jaraguá do Sul e transformasse a coleção num acervo da primeira instituição museológica do município. Como visto, esta obra, publicada em 1975, foi uma das estratégias de negociação da identidade de seu autor para legitimar-se como membro da comunidade, tornando a obra que conta a história do município uma autobiografia. Seu livro é composto por testemunhos recolhidos por Emílio, ilustrado com sua coleção de fotografias e elaborado de forma que, mesmo que por meios humildes, Emílio da Silva esteja relacionado intimamente com o passado e Jaraguá do Sul. Certamente não foi um trabalho completamente arbitrário, pois todo “trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites”³⁰⁵, não podendo ser simplesmente uma ficção. Como afirma Michel Pollak, “o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história”³⁰⁶, com o objetivo de manter ou modificar as fronteiras sociais da identidade e do pertencimento. O projeto de memória de Silva, como visto neste trabalho, foi reconhecido, consagrado e monumentalizado: “além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais”³⁰⁷. Neste caso, ao solidificar-se em um museu, a memória enquadrada pela exposição produz efeitos na comunidade jaraguense. Nesse sentido, “estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função”³⁰⁸. Ainda, daqui em diante será possível verificar os novos enquadramentos e os novos “profissionais do enquadramento” da memória solidificada no Museu Municipal e, posteriormente, no Museu Histórico Emílio da Silva.

O fechamento do “Museu Municipal Emílio da Silva”, em 1988, relega o acervo do museu e, junto com ele, a antiga coleção de Silva à escuridão da estação ferroviária desativada, por mais de um ano. Não teria sido a primeira vez que a coleção de fotografias de Silva foi abandonada, pois passara mais de uma década no Pavilhão Agropecuário após a exposição fotográfica do Centenário. O jornal *Correio do Povo*, que havia feito campanhas em prol do museu, endossando e divulgando o projeto de Emílio da Silva desde 1976, não tardou a criticar as portas fechadas da instituição. Em 1989, Ferdinando Piske, colunista do jornal e ex-combatente da FEB em Jaraguá do Sul, denunciava o descaso com a situação do Museu Municipal acusando a prefeitura de “ter esquecido

305 POLLAK, 1992, p.9

306 Idem.

307 Ibidem, p. 10.

308 Ibidem, p. 9.

de reconhecer o invejável valor moral e espiritual desse homem simples”³⁰⁹ que teria sido Emílio da Silva. Na edição seguinte, Piske parece acreditar que sua crítica havia gerado resultados, afirmando que o museu “vai ser reaberto, segundo garantiu o Sr. Balduino Raulino, ex-Secretário da Educação e Cultura, que continua desempenhando as funções cumulativamente a de Vereador”³¹⁰. Enquanto o museu permanecia fechado, notícias de sua possível reabertura continuaram sendo publicadas, demonstrando que a repentina e precoce saída de Carlos Hoffmann da direção havia desequilibrado a administração do museu. Anuncia-se, inclusive, a possível contratação de um museólogo e taxidermista para retomar os trabalhos³¹¹, embora isso nunca tenha se consolidado.

Em 1990, Sadi Benito Lenzi assume a chefia da Divisão de Cultura e Turismo de Jaraguá do Sul, durante o mandato do prefeito Ivo Konell (PMDB). É interessante destacar que o período em que o museu permanece fechado coincide com mudanças na máquina administrativa do poder público, reordenada pelas eleições. Algo muito similar aconteceu após o encerramento de Centenário, quando o fim do mandato do prefeito estabeleceu um hiato na atenção à cultura e, especificamente, na continuidade e na manutenção do projeto memorialístico de Emílio da Silva. Nas palavras de uma edição do *Correio do Povo* daquele ano, lê-se que “projetos importantes como a reativação do Museu Municipal Emílio da Silva, a restauração das casas em enxaimel, no interior do município como parte integrante do Roteiro da Imigração no Sul do País, e a continuidade dos preparativos à 2ª Schutzenfest”³¹² constituíam os objetivos centrais da Secretaria de Cultura. Mesmo com a anunciada continuidade do museu, o diretor Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul, Egon L. Jangnow, escreveu no *Correio do Povo* o seguinte apelo:

Aquele que, porventura, quiser pesquisar o passado de nossa terra e da nossa gente, terá uma grande surpresa, Não que o passado não tivesse sido valoroso, belo e digno. Mas porque foi e continua sendo pisado pelos pés do indiferentismo, desprezo e omissão de muitos. Ser filho desta: terra – pisada pela primeira vez por colonizadores em 1876, tendo; em pouco mais de um século de trabalho e suor, chegado a ser a terceira potência econômica do Estado – deve ser motivo de orgulho. ‘Grandeza pelo trabalho’ foi e é o lema do povo de Jaraguá do Sul. E o progresso, que muito nos orgulha, aqui está! Mas há um lado que nos entristece, humilha e envergonha diante dos demais. É, o descaso com que a maioria trata o nosso passado de lutas e de glórias. A nossa cultura, as tradições de nossos antepassados e a nossa história têm sido muito maltratadas. E muita coisa valiosíssima já se perdeu no tempo para sempre. Há exemplos que entristecem e revoltam. Jaraguá do Sul já perdeu muito de sua história: prédios típicos tombaram, locais históricos não foram preservados, documentos não foram conservados e tradições se perderam. E se cada um de nós fizer a sua parte, se não nos omitirmos, nossos filhos não precisarão conviver com a vergonha de terem um passado perdido no tempo, de não terem sua história para contar. Mas estará preservado nos

309 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 17 a 23 de junho, 1989, ed. nº 3.544, p. 9.

310 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 24 a 30 de junho, 1989, ed. nº 3.545, p. 9.

311 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 5 a 11 de agosto, 1989, Ed. nº 3.551, p. 16.

312 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 21 a 27 de abril, 1990, ed. nº 3.584, p. 3

museus e arquivos históricos, na arquitetura dos prédios, na cultura e nas tradições – rico legado de nossos antepassados –, e na história particular de cada um.³¹³

As preocupações de Jangnow podem ser explicadas de duas formas: além de demonstrar sua sensibilidade com a preservação da memória da cidade, o diretor do Arquivo Histórico seria prejudicado com o fechamento do museu, pois o Arquivo e o Museu Municipal funcionavam no mesmo prédio desde 1989. As incertezas impressas nas páginas do Correio do Povo sobre o Museu Municipal Emílio da Silva começaram a mudar com a chegada de Alcioni Macedo Canuto para assumir a direção do museu e iniciar uma nova fase na trajetória da instituição. A nova diretora, licenciada em Ciências Sociais e especializada em História e Geografia Econômica, foi anunciada na edição Nº 3589 do Correio do Povo. A matéria intitulada “Dia Mundial do Museu é resgatado no município” afirmava que haveria para o dia 22 de maio de 1990 a reabertura solene do Museu Municipal Emílio da Silva, com a exibição do “acervo de mais de 700 fotografias – a maioria tiradas pelo próprio Emílio da Silva”³¹⁴. Enquanto o projeto de Silva começa a ser revitalizado, sabemos pela mesma matéria que o Museu da Malwee comemora seu segundo aniversário em pleno funcionamento nas mãos de Carlos Hoffmann³¹⁵.

O espaço da antiga ferroviária foi reformado para garantir o acondicionamento seguro dos documentos do Arquivo Histórico e do acervo do Museu Municipal. Uma nova administração já havia sido anunciada no nome de Canuto, pessoa que com o apoio de Balduino Raulino começaria um extenso trabalho de conscientização sobre o valor dos museus pelas escolas da cidade. Nas palavras de Egon Jangnow, as campanhas eram “uma forma de desatrelar a abertura e manutenção o Museu – e também do Arquivo Histórico – da vontade política dos governantes”³¹⁶. Adiante, verificaremos essas estratégias de valorização do museu, visando a sua continuidade, assim como o valor atribuído ao acervo de Emílio da Silva na direção organizada por Alcioni Canuto, valor que determinou os rumos da coleção no processo de constituição do “Museu Histórico Emílio da Silva”, em 2001. Assim como a festa de Centenário de Jaraguá do Sul representa uma das ativações dos registros de Silva, permeada de ressignificações implicadas nas intervenções de novos personagens na vida social da coleção, as duas gestões do Museu Municipal também são momentos específicos a circulação desse acervo. Analisar a nova gestão do museu pressupõe, além de verificar as novas diretrizes e a reconfiguração da “vocação” da instituição, “compreender as dinâmicas de circulação, comunicação e apropriação dos bens culturais, que, por princípio retórico, sempre envolvem mudanças em seus sentidos”³¹⁷.

313 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 12 a 18 de maio, 1990, ed. nº 3.588, p. 2.

314 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 19 a 25 de maio, 1990, ed. nº 3589, p. 8.

315 De acordo com o jornal, nos dois anos de existência do Museu, mais de 20.000 pessoas o teriam visitado. Idem.

316 CANUTO, 2010, p. 50.

317 GOMES; HANSEN, 2016, p. 13.

3.1 A segunda fase do Museu Municipal Emílio da Silva

Em abril de 1990, antes da reabertura do Museu Municipal no mês de maio, a coleção de fotografias de Emílio da Silva seria usada em uma campanha de conscientização na comunidade escolar jaraguaense sobre a importância dos museus. A ideia surgiu a com parceria firmada entre Egon Jangnow, responsável pela organização do Arquivo Histórico, e Alcioni Canuto, a nova diretora do Museu Municipal. Nascida na cidade de Urubici, em 1959, Canuto mudou-se para Jaraguá do Sul acompanhando seu marido que havia sido transferido para o município. Apesar de ser graduada em Ciências Sociais e atuar como diretora de escola em Jaraguá do Sul, Alcioni conta que foi convidada pelo vereador e presidente da Fundação Cultural de Jaraguá, Balduino Raulino, para organizar a nova fase do Museu Municipal Emílio da Silva. Em um entrevista para esta pesquisa, Canuto afirma que Raulino “era uma pessoa extremamente sensível para as questões culturais”³¹⁸, sendo responsável por disponibilizar recursos para buscar apoio técnico em Florianópolis e Curitiba para a reabertura do museu, além de providenciar cursos de especialização em museologia para a nova diretora. Recordando suas primeiras ações na diretoria do museu, Canuto explica a proposta de Raulino para a instituição da seguinte forma:

Ele sempre pensou que o museu podia ser um braço da escola. Museu e educação, mesmo. Então, que esse laço com a escola, com a educação, fosse muito estreito. Onde as crianças pudessem visitá-lo, que tivesse isso dentro de sua agenda. Sua proposta curricular era visita ao museu, de várias maneiras. Tanto que, no começo, até para poder entender o museu, a gente vai fazer um trabalho nas escolas, construindo a história da própria escola. Depois nós retornamos ao museu, como é um espaço maior, com uma história mais elaborada.³¹⁹

Em abril daquele ano, a primeira parceria entre o museu e a rede de escolas da cidade começaria no projeto “Assim se faz um Museu”. A história do projeto foi incluída no livro do MHES, em que Egon Jangnow escreve um texto apresentando algumas de suas características. Jangnow conta que, ao lado de Alcioni Canuto, juntos reuniram “uma pequena amostra de objetos, fotografias e documentos, dentro de duas pequenas vitrines que podiam ser transportadas com facilidade para vários locais”³²⁰. Expuseram “painéis fotográficos da princesa Isabel, do fundador do então ‘Estabelecimento Jaraguá’, coronel Emílio Carlos Jourdan, dos primeiros imigrantes e do primeiro comerciante, Georg Czerniewicz”³²¹, em diversas escolas do município, afirmando que aqueles objetos constituíam fragmentos da história da cidade. Em seguida, incitaram os estudantes e professores a buscarem “em suas próprias casas outros fragmentos dessa história”³²². A parte final do

318 CANUTO, Alcioni. Entrevista concedida a Gabriel Simon Machado e doada ao LAMAP. (UFSC), 2019, p. 2.

319 Idem, p. 4.

320 CANUTO, 2010, p. 50.

321 Ibidem, p. 59

322 Ibidem, p. 50.

projeto “culminava com uma exposição na própria escola”³²³, podendo os participantes doarem ou não os objetos para o Museu Municipal. Percebe-se um apelo à ancestralidade da comunidade escolar em relação à história de Jaraguá do Sul, buscando convencer o público da importância da preservação de sua memória coletiva. Ao mesmo tempo, o projeto fundamenta-se na valorização da cultura material da cidade, afirmando que “aquelas coisas ‘velhas’ e abandonadas, jogadas num canto e desprezadas, na verdade era [sic] a sua história”³²⁴. Contudo, é pressuposto no projeto que a preservação da memória depende de sua institucionalização, ou seja, da criação de museus e arquivos históricos e do juízo daqueles agenciadores da memória histórica do município.

As exposições itinerantes fizeram parte da vida social da coleção de Emílio da Silva, parcialmente retirada do museu e reatualizada por Canuto e Jangnow. O sentido atribuído àquelas fotos não divergia do projeto de memória coletiva de Silva, reforçando aquilo que era vital para seu projeto autobiográfico: as fotografias eram evidência legítima que atestava a continuidade de determinados legados com a história cidade, à qual todos, como moradores de Jaraguá do Sul, pertenciam. Aos que não eram nascidos na cidade ou não conseguiam se identificar com a narrativa da história jaraguense, restava admirar ao trabalho dos que tornaram possível o desenvolvimento da cidade que habitavam. Ao que tudo indica, tais exposições focavam principalmente os personagens que tinham sido destacados na obra historiográfica de Silva, incluindo aqueles que, indiretamente, conectavam Emílio da Silva com a história de Jaraguá do Sul. Com 90 anos de idade, Silva já era reconhecido como historiador da cidade e havia conquistado respeito e reconhecimento na comunidade jaraguense. Seu projeto de memória fora consagrado e estava estabelecido, necessitando somente da continuidade de investimentos para garantir sua permanência. A partir da sua reabertura, em 1990, do museu, este começaria gradativamente a se desvincular da vigilância de Emílio da Silva sobre o acervo, abrindo espaço para a interferência de sua família e dos novos profissionais da instituição.

Como afirma Gonçalves, compreender “o deslocamento dos objetos ao longo das fronteiras que delimitam esses contextos [de significação] é em grande parte entender a própria dinâmica da vida social e cultural, seus conflitos, ambiguidades e paradoxos, assim como seus efeitos na subjetividade individual e coletiva”³²⁵. As exposições itinerantes implementadas pela nova diretora do Museu Municipal não faziam parte somente de uma campanha visando a divulgação e preservação da instituição, mas de um processo de expansão do acervo e de redefinição e critérios de aquisição. Alcioni Canuto recorda que, por lecionar história, compreendia a importância da preservação da memória, mas pouco poderia contribuir para as necessidades técnicas da instituição.

323 Idem.

324 Idem.

325 GONÇALVES, 2007, p. 15.

Lembrando dos resultados de seu projeto “Assim se faz um Museu”, Canuto se percebe também como uma colecionadora dentro da instituição:

Professora de história, né? Então se tinha toda uma preocupação com a questão da preservação da história. Mas eu não tinha técnica, não sabia nada da questão técnica museológica. E o Balduino, Secretário da Educação, foi o grande responsável por esse museu. Foi ele que viabilizou todos os meus cursos. Ele me capacitou de todas as formas. Eu fiz curso em vários locais. Ele mandava vir pessoas de fora para orientação. Aí que eu fui conhecer o que seria um acervo. E fui, também, ao longo dessa caminhada, interpretando o que seria a vocação desse museu, com pequeno acervo. Eu acabo também colecionando: “Ah, era antigo?”, trazia para o museu. Cometendo alguns pecados, que não faria mais se tivesse tido o esclarecimento necessário pra isso³²⁶.

Os pecados aos quais se refere Canuto podem ser explicados pela continuidade do ecletismo no acervo do museu que começava a receber novas doações. A diretora afirma que acabou “fazendo uma coleção violenta”³²⁷ de objetos antigos que geralmente não se encaixavam com a proposta do museu³²⁸. Esta proposta, na verdade, sempre estivera pouco explícita e guiada por uma seleção dentro narrativa do livro de Silva, tratando da colonização do município a partir de determinados personagens: os “pioneiros” que tornaram-se industriais, geralmente alemães ou teuto-brasileiros.

Quanto à capacitação de Canuto, as correspondências do MHES, datando a década de 1990, evidenciam uma verdadeira procura por cursos, informações e suporte por parte da diretora. Por exemplo, em julho daquele ano, a Fundação Nacional Pró-Memória, em resposta a Canuto, recomenda que a diretora do museu consulte o pessoal técnico do Instituto Nacional de Fotografia para conseguir assessoria na conservação/restauração de fotografias³²⁹. Um outro caso foi do Museu de Antropologia da UFSC, em que a pessoa do diretor, como resposta à diretora do Museu Municipal Emílio da Silva, afirma não poder disponibilizar cursos ou estágios em museologia, devido à cortes orçamentários. Com medida possível, convida Canuto a visitar o museu da universidade e recomenda-lhe o contato com a Fundação Catarinense de Cultura³³⁰. Em seguida, é possível verificar uma carta da Fundação Catarinense de Cultura confirmando que enviou o formulário para cadastramento do Museu Municipal Emílio da Silva ao sistema da Fundação, para que a instituição recebesse informações, apoio técnico e cursos de especialização³³¹. No mês de junho, uma carta da Fundação Cultural de Joinville comprova a inscrição de Alcioni Canuto no

326 CANUTO, Alcioni. Entrevista concedida a Gabriel Simon Machado e doada ao LAMAP. (UFSC), 2019, p. 3

327 Idem.

328 Explicando o problema das doações, Canuto afirma: “Peças que não tinham importância para a história de Jaraguá do Sul, porque eram antigas e as pessoas meio que faziam assim: ‘Não quero mais em casa essa bateadeira aqui, vou mandar para o museu’. E aí a gente acabou fazendo uma coleção violenta e depois a gente teve uma outra situação. Tivemos que fazer descarte até. É bem complicado, porque é patrimônio da cidade.” CANUTO, Alcioni. Entrevista concedida a Gabriel Simon Machado e doada ao LAMAP (UFSC), 2019, p.3.

329 CORRESPONDÊNCIA DO MHES. Jaraguá do Sul, 31 de julho de 1990.

330 CORRESPONDÊNCIA DO MHES. Jaraguá do Sul, 26 de junho 1990.

331 Idem.

curso “Introdução à Arqueologia Pré-Histórica Brasileira”³³². Na mesma carta a diretora do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) convida Canuto para outro curso sobre museologia, ministrado pela Museóloga do Museu de Arqueologia da USP, Prof^a Maria Cristina de Oliveira Bruno. Os cursos de especialização, financiados pela Secretaria da Cultura, foram fundamentais para que a diretora do museu pudesse refletir sobre a “vocação” da instituição. Refletir sobre a vocação do museu significava determinar uma política de acervo, de tratamento e ordenamento do acervo existente e às novas aquisições, atribuindo uma organização que imprimisse sentidos nos objetos e criasse uma narrativa expográfica inteligível e comunicativa:

Alguns objetos também foram adquiridos porque tinha toda uma importância histórica. Outras peças, da ocasião do Centenário, uma concha que pertenceu ao engenho de Emílio Carlos Jourdan, foi parar na Malwee. Não sei por que razão. Era pra estar dentro do Museu Histórico. A gente vai trabalhando em cima dessa vocação: Museu Histórico. Porque ele era “Museu Emílio da Silva”, não era nem museu histórico. A gente vai tomar ciência de que todo o acervo era de cunho histórico pra Jaraguá do Sul. Mais tarde a gente vai fazer os nichos temáticos, porque essa questão das pessoas fazendo a história, seus espaços. A gente procurou dar essa característica pro Museu, hoje, Museu [Histórico] Emílio da Silva.³³³

Desde a inauguração do museu, em 1987, ainda na breve gestão de Carlos Hoffmann, o acervo vinha sendo incrementado por novas doações de objetos antigos e fotografias referentes ao tempo da colonização jaraguaense, utilizados nas exposições para narrar desde os primórdios do “Estabelecimento Jaraguá” ao presente industrializado e moderno de Jaraguá do Sul. Dentro do autodidatismo que inicialmente ditou as atividades do museu, apesar do ecletismo de Hoffmann, a narrativa de Emílio da Silva ainda permanecia como norte para a expografia. Além disso, sua coleção de fotografias permanecia como a parte principal do acervo da instituição. A segunda fase do Museu Municipal, na gestão de Alcioni Canuto, também lançou mão das fotografias de Silva para organizar sua exposição. As fotografias seriam fundamentais para que os objetos do museu pudessem ser organizados a partir de temas:

Todo o trabalho que o Carlos tinha feito, até quando eu entrei, ele tinha sido praticamente desfeito. Mas já tinha um trabalho feito pelo Carlos com as fotos, e o museu já estava com uma porção de quadros pendentes em correntes. Uma exposição assim, tinha alguns artefatos indígenas, muito aleatório. Uma máquina de costura antiga, uma canoa que era do “seo” Amadeus Mahfud, de pescar no rio, umas peças assim. E depois é que eu fui pegando essas fotos, fazendo uma releitura, uma nova interpretação temática. Eu continuo com a proposta o Carlos, até por uma questão financeira. [...] Depois fizemos vitrines, por uma questão de preservação dos objetos, umas coisinhas assim. Isso tudo história da estação ferroviária³³⁴.

332 **CORRESPONDÊNCIA DO MHES**. Jaraguá do Sul, 22 de junho de 1990.

333 **CANUTO**, Alcioni. Entrevista concedida a Gabriel Simon Machado e doada ao LAMAP. (UFSC), 2019, p. 3-4.

334 *Ibidem*, p. 5.

A consagração de Emílio da Silva como historiador da cidade e a valorização de sua obra historiográfica é manifestada na continuidade de sua narrativa na expografia do museu, ainda que atualizada por Canuto. De acordo com a ex-diretora do MHES, sob suas ordens, a equipe de trabalho classificou os objetos do acervo observando as fotografias e reunindo-as em categorias como “indústria”, “educação”, “cultura”, “carnaval” e “folclore”³³⁵. A reabertura do Museu Municipal Emílio da Silva, no dia 22 de maio de 1990, é descrita por Cauto como uma exposição fotográfica, que dava sentido ao ordenamento de objetos como máquinas de costura, ferros de passar roupa, bicicletas, troles, máquinas fotográficas, varas de pescar, televisores, moedas, instrumentos de trabalho rural, balanças do antigo comércio e outros objetos³³⁶ que davam tridimensionalidade às representações evocadas nas fotografias. Um exemplo disso fica evidente consultando o livro-tombo do MHES, em que é registrado a doação de uma “Canoa de Madeira” feita pelo “Clube de Tiro, Caça e Pesca ‘Marechal Rondon’”, muito provavelmente na pessoa de Amadeus Mahfud, em 1990. É possível imaginar que essa canoa tenha sido exposta próxima ou abaixo daquele conjunto de fotografias sobre os meios de transporte nos primórdios de Jaraguá do Sul, analisado no capítulo anterior. É interessante que, em resposta a um pedido de Alcioni Canuto, a diretora geral do Museu Histórico Nacional enviou, em outubro daquele ano, textos básicos de pesquisa utilizados para elaboração das legendas que figuram na exposição e outros textos de apoio usados para explicar o processo de manipulação dos remédios homeopáticos. Na carta enviada ao Museu Municipal Emílio da Silva³³⁷ é descrita a construção cenográfica de uma farmácia do século XIX, descrevendo a disposição dos objetos que podiam sugerir as etapas do processo de manipulação e o uso das peças. Estas informações e materiais, muito provavelmente, devem ter sido úteis para organizar uma exposição farmacêutica, pautada nas fotografias do laboratório de Georg Horst, doadas por Emílio da Silva.

O capital simbólico adquirido por Emílio da Silva, isto é, aquilo que é “geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc.”³³⁸, continuava rendendo-lhe homenagens no município. Em julho

335 Ibidem, p. 4.

336 No Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel consta um inventário do Museu Municipal Emílio da Silva, datado de 26/02/1990. Nele constam os seguintes objetos: cuia de chimarrão (01), pote branco de porcelana (01), cadeiras (03), cangas de boi (02), máquinas de costura manual (05), máquinas de costura pé (02), ferros de passar roupas (04), máquinas de lavar roupas (02), banco de carroça (01), bicicleta (01), máquina de macarrão (01), desnatadeira (01), pilão (01), gamela (01), trole (01), armário (01), lápis de pedra (18), banco (01), televisor (01), rádio (01), carteira escolar (01), serras manuais (03), prensas de charuto (02), varas de pescar (03), arado (01), cachimbo (01), pilão de condimentos (01), material lítico – machadinha, bule (01), máquinas fotográficas (02), relógios de parede (02), relógio de bolso (01), lampião (06), máquinas calculadora (03), cacos de cerâmica indígena, máquinas de datilografia (03), quadros de fotografias (299), fóssil de peixe petrificado (01), cítara com partículas (01), balanças (03), caneta pena (01), painéis de ferro (02), lousa de pedra (01), lanterna (01), chaleiras de ferro (03), moedas (136), cédulas (08), machadinha (01), enchô (01), martelo para ferrar cavalos (01), tarrachas para fazer rochas (01). O documento é assinado por Alcioni Canuto.

337 **CORRESPONDÊNCIA DO MHES**. Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 1990.

338 BOURDIEU, 1989, p. 134-135.

de 1990, a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Jaraguá do Sul organizou um encontro no “Centro Empresarial” para a apresentação de painéis sobre a história da cidade. Coordenado por Alcioni Canuto e Egon Jangnow, “o encontro contou com a presença dos intelectuais da cidade, professores e interessados na História de Jaraguá do Sul e integrou as comemorações da passagem do 114º aniversário de fundação”³³⁹. Em uma matéria do *Correio do Povo* publicada naquele mês, lê-se que, em primeiro lugar, foi homenageado o “Prof. Emílio da Silva, patrono do Museu Municipal, que desenvolveu assuntos ligados aos primórdios de Jaraguá do Sul”³⁴⁰. Ao lado deste, estiveram José Alberto Barbosa, Padre Aluizio Boeing, Joaquim Piazero (ex-prefeito e parente de pioneiros da colonização biografados por Silva), Eugênio Victor Schmöckel, Professora Elvira Rocha e Roland Janssen, “que [no evento] se estendeu sobre as tradições dos antepassados, especialmente a italiana e germânica, com seus costumes, sociedades de tiro e festas cívicas, civis e religiosas”³⁴¹.

A nova fase do Museu Municipal manteve a narrativa e o acervo de Emílio da Silva como protagonistas, mas, articulando as escolas de ensino básico da cidade para frequentar o museu, expandiu seu público e adquiriu visitação frequente. Com 90 anos de idade, Silva exercia controle sobre a instituição. Esse poder, legitimado pelo estatuto de colecionador, emanava de ter-se consagrado, com a ajuda do filho e dos amigos influentes, como uma espécie de homem-memória: ao mesmo tempo testemunha da história, not rio (que é quem registra a história da cidade) e narrador oficial de Jaraguá. A institucionalização da coleção não impediu Emílio de continuar a figurar como o “dono” e autor do acervo do museu. Isso implicou determinadas negociações e conciliações entre as convicções, expectativas e estratégias de Emílio, o projeto educacional de Balduíno Raulino e as ideias de Alcioni Canuto para o museu. Questionada sobre a influência de cada um desses personagens nas diretrizes do museu, Canuto recorda o seguinte:

O “seo” Emílio era a pessoa mais respeitada que tinha na época. Ele não me aceitava, por ser mulher. Porque eu não teria a capacidade intelectual para fazer tal trabalho. Foi uma luta ferrenha de conquista do “seo” Emílio, dizendo: “Olha, eu sei fazer, eu quero fazer, eu vou fazer”. Ele foi muito resistente, muito resistente. Até que a gente acabou ficando amigos, e eu tive uma abertura maior para poder entender o “seo” Emílio, num sentido de que ele era um colecionador excêntrico e que tinha cuidado de parte da história, se sentia responsável. O Balduíno, no caso, era o suporte financeiro, estrutural, logístico que ele podia dar, porque ele era Secretário de Educação e Cultura³⁴².

Vale lembrar que Raulino, temporariamente trabalhando apenas como vereador naquele momento, voltaria atuar como Secretário da Cultura apenas em 1993, embora tenha sido

339 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 04 a 10 de agosto, 1990, n  3.6000, p. 8.

340 *Idem*.

341 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 04 a 10 de agosto, 1990, n  3.600, p. 8.

342 CANUTO, Alcioni. Entrevista concedida a Gabriel Simon Machado e doada ao LAMAP. (UFSC), 2019, p.4.

responsável pela contratação e por diversos suportes técnicos para a nova diretora, na década de 1990. Contornando a posição discriminatória de Emílio da Silva por questões de gênero, Canuto conseguiu conquistar a confiança do patrono e pôde efetivar seus projetos para o Museu Municipal. Como um “braço da escola”, o museu continuou recebendo muitos estudantes e professores, gerando uma situação que demandava a criação de materiais didáticos para auxiliar as visitas pedagógicas. Em 1991, Alcioni Canuto, Egon Jangnow e a professora Eliza Dienfenthäler, responsável pela “Ação Educativa do Museu Emílio da Silva”, publicaram o livro “Crescendo com a nossa história”. Trata-se de uma obra sobre as características geográficas e históricas de Jaraguá do Sul, posteriormente reeditada e ilustrada com a presença do personagem “Vovô Emílio”, um velhinho que conta a história da cidade sempre com sua câmera fotográfica alçada no ombro. Ainda naquele ano, as celebrações do aniversário de 115 anos da cidade, comemorado no “Dia do Colono”, resultaram na criação do primeiro anexo do Museu Municipal³⁴³: a “Casa do Colonizador”, situada na antiga Rua Joinville, atual rua Waldemar Grubba. O projeto deste espaço cultural foi justificado pela afirmação de que “após um ano de reabertura do Museu Municipal constatou-se o fascínio que o acervo exerce sobre os visitantes, principalmente sobre os descendentes de imigrantes, que emocionavam-se ao verem objetos relacionados à sua vida ali preservados”³⁴⁴. Para que se pudesse explorar mais profundamente o acervo do museu, em articulação com o ensino de história, os objetivos principais daquele projeto eram: 1) homenagear e valorizar o trabalho dos colonizadores, 2) criar um centro histórico específico do colonizador, 3) contextualizar o acervo existente, relacionando com a colonização³⁴⁵ e 4) “viabilizar a suplementação do 4º ano do ensino fundamental no projeto que integra o livro ‘Crescendo com a nossa História’”³⁴⁶. A Casa do Colonizador foi instalada em uma casa de tipo enxaimel, que servia para consulta de informações turísticas da cidade. Neste espaço, foram expostos objetos como gamelas, pilões, bules, chaleiras, penicos, camas, ferramentas agrícolas e de carpintaria³⁴⁷. Os objetos do acervo, ressignificados como indicadores étnicos para representar os costumes dos colonos, são diretamente conectados à história de imigrantes alemães e seus descendentes teuto-brasileiros, uma vez que as peças recriam os costumes coloniais num edifício símbolo da arquitetura germânica: a casa de construção enxaimel.

343 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 20 a 26 de julho de 1991, nº 3.648, p. 1.

344 **Projeto Casa do Colonizador**. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel, documentos do Museu Municipal Emílio da Silva.

345 **Projeto Casa do Colonizador**. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel, documentos do Museu Municipal Emílio da Silva.

346 CANUTO, 2010, p. 185.

347 **Projeto Casa do Colonizador**. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel, documentos do Museu Municipal Emílio da Silva.

É importante destacar que, dentro da narrativa elaborada por Emílio da Silva sobre o passado de Jaraguá do Sul, o patrono do museu afirmava seu pertencimento legítimo na cidade pela conexão entre seus humildes parentes e o fundador Jourdan, sem alterar substancialmente sua condição subalterna de homem negro e filho de uma escrava liberta. Emílio da Silva, que carregava o mesmo nome do “pioneiro” Emílio Carlos Jourdan, figurou um mediador de classes exaltando o papel dos “pioneiros” ancestrais de famílias teuto-brasileiras “tradicionais” do comércio e da indústria, donas de grande capital econômico e político. Portanto, a consagração e o capital simbólico adquirido se manifestaram em toda plenitude no reconhecimento de seu papel de historiador e patrono do museu. A narrativa de exaltação ao progresso industrial fez parte do Centenário de Jaraguá do Sul e da primeira fase do Museu Municipal. No trabalho de Canuto houve continuidade desta proposta, sendo atualizada com maior incentivo para a proliferação destes ensinamentos na educação básica do município. Para o setor comercial e industrial, registrar e reproduzir o legado dos “pioneiros”, organizar de forma inteligível (e parcial) o processo de colonização e o desenvolvimento da indústria, do comércio, da trajetória e atuação dos teuto-brasileiros no processo de modernização da região legitimava sua posição e facilitava a regulação e o controle das relações de trabalho. De acordo com Schörner, durante a década de 1990, as empresas de Jaraguá do Sul investiram na educação, no treinamento e na qualificação de seus trabalhadores³⁴⁸, aplicando um “conteúdo muito mais ideológico do que técnico, à medida que veicula a ideia de cooperação e parceria com a empresa, propalando o discurso da necessidade e do crescimento recíproco”³⁴⁹. A seleção dos trabalhadores passava, sobretudo, pela preferência por jaraguenses, ou seja, trabalhadores que nasceram ali e poderiam se identificar com a história da cidade. Estes, chamados de “crus”, tinham preferência “posto que assim é mais fácil a empresa inculcar-lhes a sua filosofia, a sua cultura, seus métodos de trabalho e as metas a serem atingidas. Os de ‘fora’ não são bons operários porque não tem a capacidade de se dedicarem incondicionalmente ao trabalho”³⁵⁰, como aqueles que herdaram o trabalho dos pioneiros da fundação de Jaraguá do Sul.

Em 1994, o prefeito Durval Vassel recebeu uma carta com a oferta de um acervo para o Museu Municipal. Esta carta, revisada e analisada por Balduino Raulino, foi enviada por um colecionador de Piraquara (PR), chamado João Luis Channe, que negociava o acervo de seu museu desativado, composto por documentos, fotografias, louças, armas brancas, material religioso, quepes, capacetes, bandeiras, uniformes do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar, Guarda

348 Schörner (2000, p. 153) afirma que “uma fábrica produtora de motores elétricos investiu, em 1995, 3,5% (mais de 2 milhões de dólares) de seu faturamento em treinamento, envolvendo 5.710 dos seus quase 8 mil empregados”.

349 SCHÖRNER, 2000, p. 154.

350 SCHÖRNER, 2000, p. 154.

Civil, referentes às duas guerras mundiais, às revoluções de 1930 e 1932, assim como à Revolução Federalista e à oficiais do Batalhão de Suez³⁵¹. Como indica a carta, o museu particular desativado ficava na casa do colecionador. Este, ficou sabendo da intenção da prefeitura de montar um Museu Histórico em Jaraguá do Sul, e considerou-a como uma oportunidade de liberar o espaço da sua casa, uma vez que suas coleções já estavam encaixotadas e em risco de deterioração. De acordo com Alcioni Canuto, o Secretário da Cultura, Balduino Raulino, teria sido convencido por Emílio da Silva a adquirir o acervo³⁵², de forma que a compra dos objetos ocorreria ainda naquele ano. O Correio do Povo divulgou o único relatório de atividades do Museu Municipal encontrado durante esta pesquisa, onde ficam evidentes, de uma só vez, a atuação conjunta entre escola e museu, o prestígio de Emílio da Silva e o anúncio das novas coleções para o museu:

O Museu exerceu sistematicamente durante o ano, atividades educativo-pedagógicas [sic], com atendimento e informações específicas para clientela de escolares em geral e mais pormenorizadas aos estudantes de 3ª série, no ensino da história de Jaraguá do Sul. Está atuando também no Projeto Integrado de Estudos Sociais com a revisão do livro “Crescendo Com a nossa História”. [...] Outra exposição temporária que está sendo realizada durante o mês de novembro, é a do acervo do Sr. Emílio da Silva e [sic] que consta de fotos, documentos, certidões, livros e outros objetos. Por ocasião da abertura da exposição, no dia 1/11, foi organizada, uma homenagem ao Patrono do Museu, Sr. Emílio da Silva, pela passagem dos seus 94 anos. [...] Ordenadamente tem ampliado a sua coleção e mais recentemente incorporou ao seu acervo aproximadamente 5000 peças adquiridas do extinto Museu Comendador João Luiz Channe, onde se encontram peças variadas, inclusive documentos, fotografias, uniformes militares, armas brancas e material religioso entre outros. Para o ano de 1995, o museu está preparando um grande projeto museológico e museográfico que inclui reformas no prédio e reorganização dos espaços, tendo em vista a saída do Arquivo Histórico e também a incorporação e exposição das novas peças adquiridas recentemente³⁵³.

No segundo mês do ano seguinte, em 1995, o Museu Municipal Emílio da Silva fecha suas portas novamente. O museu ainda estava dentro da antiga estação ferroviária, um prédio antigo e pouco ventilado, situado em uma cidade de altos índices de umidade. A somatória dessas condições gerava risco para os documentos e objetos do Arquivo Histórico e do Museu Municipal. Além disso, a chegada do novo acervo de Piraquara, anunciado em número superior a cinco mil peças³⁵⁴, exigia não somente sua catalogação, tombamento e registro, mas demandava um exercício reflexivo sobre o sentido que seria atribuído àqueles objetos e de que forma ele poderia ser inserido dentro da narrativa já estabelecida dentro da museografia da instituição. Aparentemente, a decisão de incorporar a coleção comprada de João Channe ao acervo não passou pela técnica do museu, de forma que a gestora atuou como agente passivo nesse processo. Emílio da Silva, como monumento

351 **CORRESPONDÊNCIA DO MHES**. Jaraguá do Sul, 12 de agosto de 1994.

352 CANUTO, Alcioni. Entrevista concedida a Gabriel Simon Machado e doada ao LAMAP. (UFSC), 2019, p. 5.

353 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 23 de dezembro de 1994, nº 3.917, p. 9.

354 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do sul, 18 de fevereiro de 1995, nº 3.930, p. 7

vivo da cidade, agregava ainda mais crédito como testemunha da história de Jaraguá do Sul no passar dos anos. Recordando este período conturbado de sua gestão no museu, Alcioni Canuto pouco comenta sobre as condições precárias do prédio, chamando atenção principalmente sobre as responsabilidades ligadas à gestão do novo acervo:

Porque tem uma situação muito caótica que vai acontecer quando eu estou dentro do museu, que foi o fato da aquisição de um colecionador de Piraquara, no Paraná, sobre a Segunda Guerra Mundial. Havia uma cobrança muito grande da sociedade, com a questão dos integralistas... integralistas não, desculpa. Dos expedicionários, da força expedicionária brasileira em Jaraguá do Sul. Que era o maior contingente representativo em termos de comparação à população no estado de Santa Catarina. Essas pessoas tinham uma certa idade nessa época e queriam ser representados, ou eternizado sua história no espaço. E não existia. Apareceu um Colecionador, “seo” João Channe, oferecendo essa coleção em Piraquara. Eu, muito imatura, sem nenhum preparo técnico adequado, Balduino também empolgado nessa questão de fazer esse museu do expedicionário, ele adquiriu esse acervo que era imenso. Na sua grande maioria ele era de indumentárias. Ele vem pra dentro do museu de uma forma tão caótica, que eu fui obrigada a fechar as portas do museu. E aí o museu ficou por muito tempo fechado, só pra que eu tentasse acudir o que havia chego dentro de caixas. Foi um caminhão de caixas de fardas. Isso criou um problema seríssimo, porque nós não tínhamos condições técnicas para conservação de acervo têxtil. Não tínhamos nada e tínhamos que fazer uma exposição, tínhamos que abrir o museu, tínhamos que dar, no caso, uma resposta para a sociedade pela aquisição desse acervo, que foi tão divulgado na época. E o que é que fizemos? Nós estávamos... isso tudo ainda história do Emílio Silva, sabe? O “seo” Emílio Silva era vivo, estava super empolgado em abrir caixa, achar espada do exército, era capacete, eram coisas da primeira guerra, da segunda guerra, acervo nazista, acervo da Forças Aliadas. Terrível. Terrível.

O museu, como espaço de disputa das memórias ligadas ao período da 2ª Guerra Mundial e do Estado Novo, demonstra uma mescla entre a FEB e o integralismo, evidenciando uma linha de sutil continuidade entre memória política e memória biográfica, entre o celebrável em voz alta – a FEB – e o subterrâneo – a militância integralista. A confusão de palavras, este lapso da memória que confunde “os integralistas” com “os expedicionários”, pode ser compreendido à luz da relação entre Canuto, Emílio da Silva e, neste caso, o ex-expedicionário Ferdinando Piske. No ano de 1976, no contexto do Centenário de Jaraguá do Sul, foi fundado o “Núcleo Jaraguá do Sul da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB)”. De acordo com Wilson de Oliveira Neto, “a ANVFEB surgiu a partir da fundação do Clube dos Veteranos da Campanha da Itália, na cidade do Rio de Janeiro, em 1963. No ano de 1969, seu nome mudou para Associação dos Veteranos da FEB – AVFEB”³⁵⁵. Em Jaraguá do Sul, a diretoria do núcleo municipal era composta inicialmente “somente por ex-combatentes, entre os quais se destacou o Capitão Ferdinando

355 OLIVEIRA NETO, Wilson de. **MEMÓRIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL: O MUSEU DO EXPEDICIONÁRIO EM JARAGUÁ DO SUL, SANTA CATARINA (1996 –1997)**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 15., 2016, Curitiba. Anais... . Curitiba: Ufpr, 2016. p. 1 - 13.

Piske³⁵⁶. As hipóteses centrais dos trabalhos de Oliveira Neto, brevemente analisadas neste trabalho, fundamentam-se no trabalho de memória como estratégia de reinserção social dos veteranos na sociedade e na reivindicação deste grupo de veteranos pela valorização da memória de sua luta cívica pela nação, que no caso da região do Vale do Itapocu³⁵⁷, envolve a complexidade dos conflitos étnicos durante a Segunda Guerra Mundial. No desenvolvimento de sua argumentação, o autor destaca trabalhos que “não negam os conflitos entre autoridades públicas e comunidades teuto-brasileiras, porém destacam o esforço de guerra, as operações militares e o envolvimento de diversos ‘teuto-brasileiros’ com a Força Expedicionária Brasileira –FEB”³⁵⁸. Entre as obras citadas estão um outro trabalho de Wilson de Oliveira Neto³⁵⁹ e a obra de Dennilson de Oliveira³⁶⁰.

Oliveira Neto afirma que Ferdinando Piske, ou “o Capitão Piske, como também era conhecido, foi um dos principais ‘agentes da memória’ acerca da FEB em Santa Catarina. Ele foi autor de livros de memórias sobre a Campanha da Itália, além de inúmeros artigos publicados em jornais locais”³⁶¹. Um dos livros de Piske, “Anotações no Front Italiano” (1984), é uma obra de caráter autobiográfico. Utilizando os relatos de Ferdinando Piske, a equipe do museu elaborou, em 1995, uma exposição itinerante chamada “50 anos de término da II Guerra Mundial”³⁶². Trata-se de uma lógica muito similar à dos trabalhos elaborados no museu a partir da obra autobiográfica de Emílio da Silva. Além disso, Piske foi um dos maiores defensores da continuidade do Museu Municipal Emílio da Silva em edições do Correio do Povo, já analisadas anteriormente neste trabalho. A “cobrança da sociedade” citada na fala de Canuto provavelmente refere-se, veladamente, à pressão da Núcleo da ANVFEB, articulada com a influência e o capital social de Piske, seja como ex-veterano ou como assíduo colunista no jornal Correio do Povo. Como Ferdinando Piske sempre defendeu publicamente a causa de Emílio da Silva, não seria estranho supor uma reciprocidade nesta relação. A cobrança dos “integralistas” e dos “expedicionários” poderia, portanto, confundir-se na memória de Alcioni Canuto dessa forma. Questionada sobre o interesse de Silva na aquisição do novo acervo do museu, repleto de objetos referentes à Segunda Guerra, Canuto recorda o seguinte:

356 OLIVEIRA NETO, Wilson de. **O nordeste catarinense no contexto da Segunda Guerra Mundial: história e musealização do passado**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. Anais... . Florianópolis: Ufsc, 2015. p. 1.

357 Região que abrange Barra Velha, São João do Itaperiú, Massaranduba, Guarimirim, Schroeder, Jaraguá do Sul e Corupá.

358 NETO, op. cit, p. 2.

359 OLIVEIRA NETO, W. **O 13º Batalhão de Caçadores em “tempo de guerra” (1942 –1945)**. Revista UNIVILLE: edição comemorativa de 10 anos do Ciclo de Debates sobre História Regional, Joinville, v. 12, n. 1, p. 92 –103, jun. 2007

360 OLIVEIRA, D. **Os soldados alemães de Vargas**. Curitiba: Juruá editora, 2008. Sem objetivar uma análise exaustiva dos trabalhos de Oliveira Neto, resgato apenas algumas informações pertinentes para entender a conexão entre o Museu Municipal, Emílio da Silva, Ferdinando Piske e Alcioni Canuto.

361 OLIVEIRA NETO, 2016, p. 7.

362 CANUTO, 2010, p. 62.

Ele [Emílio da Silva] tinha toda a passagem dele dentro do integralismo. Ele sempre foi um militante e a história da Segunda Guerra está muito ligada com a história de Jaraguá do Sul. Intrinsecamente ligada, digamos. Porque fugiram da guerra os alemães e os nossos alemães, aqui, foram lutar contra os irmãos alemães na Alemanha, na Itália, no fronte. Então tinha toda uma questão muito traumática e que despertava curiosidade do “seo” Emílio. Nós estávamos restaurando a estação onde é hoje o terminal rodoviário e fizemos ali o Museu do Expedicionário, que foi um momento para Jaraguá do Sul, muito importante. Veio o Ministro de Guerra, na época. Veio o “seo” Emílio que fez um discurso de inauguração, foi tudo uma pompa.³⁶³

Como “homem semióforo”³⁶⁴ que representa o que é maior na celebração cívica da cidade, isto é, o homem abnegado que dentro do integralismo lutou por um projeto nacionalista na década de 1930 e dedicou parte substancial de sua vida para registrar e preservar a memória dos “heróis civilizadores” de Jaraguá do Sul, não seria incoerente a atitude de Emílio da Silva de dedicar um espaço para a memória daqueles que serviram a nação brasileira durante seu período bélico. Sobre essa questão, ainda é possível afirmar que, como a maior parte do contingente integralista de Jaraguá do Sul era composta por famílias de imigrantes ou de seus descendentes, refletir sobre conflito identitário dos “teuto-brasileiros” perseguidos pelo Estado Novo na campanha de nacionalização e enviados à guerra para lutar contra alemães, implica também pensar na possível incidência de integralistas (ou filhos de integralistas) enviados para os campos de batalha, inclusive como forma de retaliação. Consultando algumas fichas de filiação a AIB no Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel, foram identificados as inscrições dos veteranos Arnoldo Hornbug³⁶⁵, Alvin Borchardt³⁶⁶ e Alfredo Millnitz³⁶⁷, por exemplo. A hipótese de retaliação é reforçada pelo fato de que o Secretário na Junta de Alistamento Militar (1939) e fundador do Centro de Reservistas de Jaraguá do Sul (1941)³⁶⁸, foi justamente Artur Muller (UDN), personagem denunciado no jornal “Tempos Novos”, por coagir o intendente da época, Tenente Herbster, a perseguir uma lista de suspeitos “totalitários ou simpatizantes”³⁶⁹. O jornal em questão, mesmo que criado em 1947, “era um semanário nacionalista da linha de Plínio Salgado”³⁷⁰. Não obstante, as afirmações de Canuto sobre a relação de Emílio da Silva com a memória emanada daqueles objetos do novo acervo fazem sentido, dada sua intensa relação com o integralismo e a conexão de sua adesão ao movimento com seu desejo por reconhecimento na sociedade jaraguaense.

363 CANUTO, Alcioni. Entrevista concedida a Gabriel Simon Machado e doada ao LAMAP. (UFSC), 2019, p.5.

364 POMIAM, 1984, p. 73.

365 Ficha de filiação AIB. Jaraguá do Sul: nº 1529. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.

366 Ficha de filiação AIB. Jaraguá do Sul, nº 1515. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.

367 Ficha de filiação AIB. Jaraguá do Sul, nº 69. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.

368 SCHMÖCKEL, Eugênio Victor. **Artur Müller**: no centenário de seu nascimento. Jaraguá do Sul: Gráfica e Editora CP, 1995, 46 p.

369 **Tempos Novos**. Jaraguá do Sul 06 nov. 1947, p. 3-4.

370 FERNANDES, Mário Luiz. **Origens da imprensa em municípios catarinenses**. Florianópolis: Adjori/SC, 2009, p. 69

No ano seguinte, em 1996, seria inaugurado o “Museu do Expedicionário”, como “anexo II” do Museu Municipal, comportando a totalidade do acervo de João Channe. O espaço do Museu Municipal não daria conta de expor tamanha quantidade de itens coleção, que foi realocada para o prédio, então desocupado e recém-reformado prédio do Terminal Urbano da cidade. O prefeito da época, Durval Vasel, que tomou medidas rápidas e efetiva para acondicionar a nova exposição museológica da cidade, era filho do expedicionário Carlos Frederico Vasel³⁷¹. Com o trabalho técnico de Alcioni Canuto, o “Museu do Expedicionário” foi organizado e inaugurado no aniversário de 120 anos de Jaraguá do Sul, no dia 25 de julho. Não existem registros ou descrições da expografia do museu, nem mesmo fotografias ou legendas guardadas, como no caso do Museu Municipal. Contudo, é possível ler em uma matéria do Correio do Povo³⁷² que na inauguração do “Museu do Expedicionário”, compareceram o Secretário da Cultura, Esporte e Lazer, Balduino Raulino e o prefeito Durval Vasel. Representando as Forças Armadas, a inauguração também contou com a presença do Ministro do Exército, General Zenildo Zoroastro de Lucena “e sua esposa Maria Edith Jourdan de Lucena, bisneta do fundador, engenheiro e coronel Emílio Carlos Jourdan”³⁷³. Apesar do jornal não citar a presença de Emílio da Silva, Alcioni Canuto recorda que o patrono do museu estava na inauguração, proferindo um longo discurso:

Eu posso até ter lembrança, mas ele[Emílio da Silva] ficou quase 60 minutos falando. Então, na verdade ele traz toda uma, o “seu” Emílio, adorava o microfone, então ele traz toda a história da Segunda Guerra e coloca isso muito claro que, bem crítico, bem maduro, nessa questão dos alemães que tinha buscado isso aqui como terra tem que voltar para defender uma nova pátria. E na verdade, tem toda aquela questão do nacionalismo, um conflito muito grande amadurecendo, arredondando na cabeça das pessoas, tratando isso como fato histórico.³⁷⁴

Apesar de Canuto não recordar com precisão o teor das palavras proferidas por Silva, a situação de seu discurso é simbólica. Manifesta a sensibilidade do patrono do Museu Municipal perante aquele período entre 1942 e 1945. Sua identificação com o tempo referencial da homenagem aos veteranos pode ser compreendida tanto por estar relacionada com sua época de atuação política na cidade, quanto pela identidade fraturada que alguns veteranos experienciaram: enquanto descendentes de alemães, lutaram contra a terra de seus ancestrais pela pátria que os perseguiu durante a campanha de nacionalização de Vargas. Ainda a respeito dessa condição ambivalente, em um livro de memórias de outro veterano jaraguense, Anselmo Bertoldi, é possível encontrar relatos desse conflito identitário, como este em que o autor recorda a dor da despedida depois da convocação para a guerra, acrescentando a seguir que o “sofrimento era bem mais forte

371 Ver: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/218-Durval_Vasel> ultimo acesso em 02/06/2019

372 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 10 e 11 de agosto de 1996, Ed.4.058

373 Idem.

374 CANUTO, Alcioni. Entrevista concedida a Gabriel Simon Machado e doada ao LAMAP. (UFSC), 2019, p.6.

porque sabia-se que nossos parentes e amigos, descendentes de alemães e italianos eram perseguidos por causa da língua que falavam, sendo na Europa nossos inimigos³⁷⁵. Emílio da Silva, como vimos, certamente compreendia o conflito pessoal de estar dividido entre uma identidade brasileira e outra germânica.

Os problemas estruturais do Museu Municipal ainda acometiam o acervo da instituição, tornando imprescindível a aquisição de um novo prédio para a continuidade dos trabalhos. Em 1997, o novo prefeito eleito, Geraldo Werninghaus (PFL), um dos fundadores da empresa WEG, começa seu mandato em Jaraguá do Sul. No diz respeito à administração da Cultura jaraguense no mandato de Werninghaus, destaca-se o processo de desmonte do “Museu do Expedicionário” para a restauração da função anterior daquele prédio, que retornou a ser um Terminal Urbano. De acordo com Oliveira Neto, o novo museu “funcionou até 1997, quando foi desativado, junto com o Museu Histórico Emílio Silva, na época, localizado na antiga estação ferroviária de Jaraguá do Sul. A mudança de gestão municipal e a contenção de gastos são indicadas como as razões para o fechamento dos museus³⁷⁶. Em 1998, o Correio do Povo noticia ampliações para o Museu da Malwee³⁷⁷. Em contrapartida, naquele mesmo ano ocorre o fechamento definitivo do Museu Municipal Emílio da Silva no prédio da antiga ferroviária, transformado em depósito para acervo³⁷⁸.

3.2. O Museu Histórico Emílio da Silva

Em 1999, no dia 3 de julho, Emílio da Silva faleceu devido a complicação de uma infecção. Já muito idoso e debilitado, Silva deixara sua casa para viver no asilo “Lar das Flores”, em meados de 1990. Como não poderia ser diferente, foi homenageado pelo Correio do Povo na semana de sua morte, em uma matéria que descrevia o patrono do museu como “homem organizado, desde os tempos de criança”, que “pacientemente catalogou no seu cérebro os acontecimentos que ocorriam ao seu redor³⁷⁹. O jornal resgata a autobiografia de Emílio, citando a relação de sua mãe, Maria Umbelina da Silva, com o fundador da cidade, Emílio Carlos Jourdan. Ainda na matéria, são lembrados os esforços de Emílio da Silva para publicar sua obra historiográfica (e autobiográfica), apontando que, “como era complicado lidar com nome estrangeiros, o livro passou pelas mãos deste articulista [Eugênio Victor Schmöckel, autor da matéria] e do capitão Ferdinando Piske³⁸⁰”. O

375 BERTOLDI, Anselmo. Um soldado desarmado. Joinville: Letradágua, 2011. p. 16.

376 OLIVEIRA NETO, 2015, p. 6

377 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 20 de novembro de 1998, N°4.172, p. 10

378 CANUTO, 2010, p. 62.

379 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 7 de julho de 1999, n° 4.204 , p. 8

380 Idem.

Museu Municipal permanecia fechado devido à presença de fungos e umidade no prédio da antiga ferroviária. Contudo, o acervo do museu permanecia depositado no local onde que aguardava a reforma do novo prédio que serviria para abrigá-lo. De acordo com Oliveira neto, “durante o mandato do prefeito Geraldo Werninghaus, surgiu a ideia de um único museu histórico, que deveria ser instalado no antigo prédio da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Praça Ângelo Piazero, no Centro da cidade”³⁸¹. Esta narrativa é reforçada na obra de José Alberto Barbosa, em que o autor afirma que o prefeito “Sr. Geraldo Werninghaus, um dos fundadores e principais Diretores da WEG, pessoa muito ligada a Emílio da Silva e com profunda admiração pela cultura”³⁸², decidiu que o museu “fosse instalado definitivamente no Paço Municipal”³⁸³. De acordo com o livro da história do MHES,

A ideia de que o prédio sediaría o Museu Emílio da Silva foi anunciada em julho de 1999, pelo então prefeito Irineu Pasold, o sucessor de Werninghaus após sua trágica morte, tendo como forte justificativa a utilização de um patrimônio arquitetônico da cidade para integrar com o acervo do Museu, tornando-se um grande espaço da memória jaraguaense.³⁸⁴

O edifício da antiga prefeitura foi construído em 1941, na gestão do interventor Tenente Leônidas Cabral Herbster³⁸⁵. O prédio, com referências arquitetônicas de “*art déco*”, é composto por “três blocos colocados em primeiro plano, interligados por outros dois, ligeiramente recuados em relação ao plano da fachada”³⁸⁶. Esta, além de ser “perfeitamente simétrica, desenvolvendo-se em torno do bloco central do edifício”³⁸⁷, é composta pela inicial do sobrenome do interventor Herbster. No alto do prédio, nas colunas da porta de entrada, é possível observar no lado direito e no esquerdo a letra “H”. As duas colunas se unem por uma viga de concreto, formando um terceiro H. O prédio, enfatizando em sua estrutura o poder do acesso principal, atravessando a inicial do sobrenome do interventor, sugere a imponência de que se revestia o poder público na época.

Quanto ao *art déco* na arquitetura, difundida no Brasil entre 1930 e 1950, a estética inspirava-se na modernidade das máquinas, incitando o ordenamento social por sua geometria perfeccionista de fachadas simétricas, demonstrada “na frequente simplificação geometrizar de seus elementos decorativos e na diversificação e atualização de suas fontes de influência ornamental”³⁸⁸. De acordo com Telma de Barros Correia, o cenário arquitetônico brasileiro, entre as décadas de 1930 e 1940, carregava as marcas do *art déco* em suas edificações “como expressão de

381 OLIVEIRA NETO, 2015, p. 6.

382 BARBOSA, 2011, p. 825

383 Idem.

384 CANUTO, 2011, p. 89.

385 Nomeado ao cargo por Nereu Ramos, em 1938.

386 CANUTO, op. cit., p. 91

387 Idem.

388 CORREIA, Telma de Barros. **Art Déco e indústria**. Brasil, década de 1930 e 1940, 2008, p. 50

modernidade, posição que seria ocupada pela arquitetura moderna”³⁸⁹. A autora busca relacionar a estética do *art déco* em construções no Brasil com a legitimação do progresso industrial e sua difusão e aceitação “por parte de industriais, muitos dos quais o mobilizaram na construção de instalações fabris”³⁹⁰. Reforçando a hipótese que relaciona *art déco* e a industrialização brasileira, Francisco José Peralta afirma tratar-se de um estilo industrial³⁹¹ que é “reflexo e mesmo protagonista das transformações deflagradas pelo processo de industrialização, apresentando-se como uma possibilidade e expressão artística adequada aos novos métodos de produção de mercadorias”³⁹². Nesse sentido, é compreensível que, com a desativação do prédio da prefeitura e a demanda do Museu Municipal, se conceba aquele espaço, símbolo do poder do Estado Novo, como novo local para o museu. Além de Emílio da Silva ter trabalhado naquele edifício, no setor de estatísticas da cidade, a arquitetura do prédio reforça a narrativa do museu que exalta o progresso industrial da região. Representa, ao mesmo tempo, o projeto nacionalista de Vargas que guarda similaridade não negligenciável é com o projeto de nação proposto pelo movimento integralista. Portanto, são muitas as conexões possíveis entre aquele prédio e a narrativa elaborada por Emílio da Silva sobre o passado de Jaraguá do Sul.

Em campanha para garantir um espaço adequado para o Museu Municipal, futuro Museu Histórico Emílio da Silva, Alcioni Canuto recorda que disputava o espaço do prédio da prefeitura com a Câmara de Vereadores e com a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). Em depoimento sobre este processo, a ex-diretora do museu nos conta o seguinte:

Eu queria muito que o museu saísse da estação ferroviária e tivesse um espaço nobre, que eu pudesse desenvolver meu sonho de nichos temáticos. Em vários espaços, as pessoas pudessem refletir sobre aquilo. Aí, tinha assim: a câmara de vereadores queria ir para lá, o CDL queria ir para lá, todo mundo queria o prédio da prefeitura. E eu me apropriei do prédio da prefeitura para fazer uma exposição. Pedi licença para a prefeitura para fazer uma exposição sobre Cândido Portinari. Tinha uma exposição itinerante no Brasil, que era sobre as impressões de jato de tinta, que na época eram o máximo da fidelidade da pigmentação das cores da arte para a réplica. Eu peguei e chamei um pessoal da museologia lá de Florianópolis. Me desculpa, mas não consigo lembrar o nome. Eu lembro da Betinha, que era uma das pessoas que me apoiaram. Eu digo: “Vamos levar essa exposição para Jaraguá”. E que eu vou fazer um “auê”, já vou dizer que aquilo é o museu. Estrategicamente ou sabiamente, ou sorrateiramente. O que é que aconteceu? O prefeito pediu para eu fazer um discurso na inauguração. Eu convidei ele. No discurso, eu coloquei assim: “esse prédio está sendo pensado, está sendo elaborado para o futuro Museu Emílio da Silva”. Irineu Passold, era o prefeito.³⁹³

389 Ibidem, p. 52.

390 Ibidem, p. 55.

391 PERALTA, Francisco José. **A arquitetura art-déco no governo Vargas**: a construção de uma identidade nacional. Maringá, 2005, p. 95.

392 Ibidem, p. 127.

393 CANUTO, Alcioni. Entrevista concedida a Gabriel Simon Machado e doada ao LAMAP. (UFSC), 2019, p. 7.

O testemunho de Canuto revela, acima de tudo, a compreensão que a ex-diretora tem de sua participação como decisiva e imprescindível para a evolução da instituição. Além disso, demonstra a articulação do capital simbólico que a Canuto teria adquirido no reconhecimento do sucesso de seu trabalho entre 1990 e 1998. Seja pela influência de Alcioni Canuto ou pelo compromisso do vice-prefeito Irineu Passold de continuar os anseios do falecido prefeito Werninghaus, sediar o Museu Emílio da Silva foi a ocupação decidida para o prédio da antiga prefeitura. A “vocação” da instituição, tão improvisada e eclética nos seus primórdios, é definida pela Lei 2.826³⁹⁴, de 30 de maio de 2001, “que altera a denominação do Museu Municipal para Museu Histórico de Jaraguá do Sul Emílio da Silva”³⁹⁵. Contudo, o prédio “novo”, apesar de suprir a antiga deficiência de espaço que o museu tinha na estação ferroviária, demandava inúmeros reparos. Em 2001, assume a presidência da Funda o Cultural de Jaraguá do Sul o personagem Sidnei Marcelo Lopes, que tinha entre seus planos de a o “a restaura o do prédio da antiga Prefeitura e reestrutura o do Museu Histórico de Jaraguá do Sul Emílio da Silva em sua nova sede”³⁹⁶.

No dia 19 de novembro de 2001, foi inaugurado o Museu Histórico Emílio da Silva. Na edição Correio do povo daquela semana, l -se que a inaugura o contou com a presença do então Governador do Estado, Esperidião Amin e de Eggon João da Silva, filho de Emílio e proprietário da WEG. Ainda na matéria, afirma-se que “a História do Município, que poderá ser conferida através dos cerca de 20 nichos temáticos que integram o museu, que passa a funcionar no prédio da antiga Prefeitura”³⁹⁷. Em entrevista para a matéria, Alcioni Canuto afirma que, com exce o do espaço dedicado para Emílio da Silva e   história da educa o na cidade, todos os outros nichos temáticos não terão caráter permanente³⁹⁸. Apesar de que o MHES tenha sido local de diversas exposi es temporárias, Canuto não pôde alcanç r suas expectativas de manter apenas duas exposi es fixas no museu. O MHES contava com 16 salas temáticas e uma para exposi es temporárias, distribuídas no andar térreo, superior e sótão do museu. São elas: a sala da Educa o, Expedicionários da II Guerra Mundial, Meios de Transporte, Câmara de Vereadores e Fórum, Farmácia, S t o, Gabinete do prefeito, Sala de A o Educativa, Patrono, Coloniza o, Espaço Religioso, Tiro ao Alvo – Schützenfest, Som e Imagem, Costura, Comércio, Marcenaria e Sala de Exposi es Temporárias. Em recorda o do processo de constru o do novo museu, a ex-diretora da institui o lembra que almejava a constru o de nichos temáticos divididos entre as salas do prédio reformado, dando continuidade ao esquema organizativo do Museu Municipal. O acervo do museu já era volumoso,

394 Ver <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/jaragua-do-sul/lei-ordinaria/2001/283/2826/lei-ordinaria-n-2826-2001-altera-a-denominacao-do-museu-municipal?q=Museu+Hist%C3%B3rico+2001>> Visitado em 05/06/2019.

395 CANUTO, 2010, p. 92.

396 Ibidem, 98.

397 **CORREIO DO POVO.**, Jaraguá do Sul, 20 de novembro de 2001, p. 7.

398 Idem.

mas ainda necessitou de complemento para que os nichos pudessem representar adequadamente o cenário pretendido pela diretora e evocado pelas fotografias de Emílio da Silva:

Assim: eu precisava fazer um nicho temático sobre educação, mas eu não tinha uma carteira escolar. Tinha uma, que fazia parte do acervo antigo. Mas eu não tinha aquelas cadeiras onde duas pessoas sentavam, eu não tinha objetos que faziam parte. Aí, eu ia para as escolas do interior, escolinhas que estavam fechando, que ainda tinham aquelas carteiras, que eu ouvi dizer que tinha. Eu também fazia... tinha um jornalzinho que, sempre quando eu podia mandar mensagem, pelo Correio do Povo. [Também] o próprio Jornal do Vale, que era o nosso apoiador fundamental dentro do museu. A gente buscava: “Ah, outra pessoa tem isso”, vamos lá ver se ela doa para o museu. Então, as coisas foram acontecendo. Por exemplo, o do Fórum, aquela parte do Fórum que hoje está exposta lá, ele estava na câmara de vereadores. Quando eles reformularam a câmara de vereadores, aquele mobiliário do Fórum eu fui resgatar: “Não, esse mobiliário não pode ser qualquer coisa”³⁹⁹.

Apesar de durante a pesquisa não se ter podido localizar nenhuma edição do “Jornal do Vale”, é evidente que o Correio do Povo figurou como aliado nas campanhas relacionadas ao projeto de memória de Emílio da Silva. Alcioni Canuto esteve à frente das procuras de objetos, embora sempre auxiliada por uma equipe de profissionais. Ao lado de Canuto, por exemplo, estava Ademir Pfiffer, na época responsável pelo Arquivo Histórico. Outra companheira de equipe foi Eliza Ressel Diefenthaler, responsável por coordenar a “Ação Educativa” do Museu, que será vista posteriormente.

Levando em consideração os limites estabelecidos na natureza desta pesquisa, não é possível um aprofundamento detalhado das condições de doação de todos os objetos que compõe as diversas coleções no acervo do MHES. Consta, por exemplo, que a instituição reuniu, aproximadamente, 5.000 peças desde sua inauguração na década de 1980. Portanto, as salas temáticas do MHES serão analisadas com enfoque na distribuição dos objetos e fotografias doadas por Emílio da Silva, observado sua ressignificação e combinação com o espaço e os outros objetos da exposição. Algumas destas salas podem ser reconstituídas textualmente a partir da descrição de algumas fotografias das salas, que constam no livro da história do MHES. Esta pesquisa também conta com registros feitos durante meu trabalho de campo no museu, que se resume a algumas visitas, conversas e fotografias das exposições. Com poucas exceções, a disposição das fotografias e dos objetos do acervo permanece quase inalterada desde de 2001, como me foi informado durante a pesquisa. Para verificar se as fotografias expostas são da coleção particular de Emílio da Silva, comparo as imagens expostas com aquelas que constam na obra autobiográfica de Silva, publicada em 1975. Além disso, o livro-tombo do MHES serviu de fonte para averiguar as datas de entrada

399 CANUTO, Alcioni. Entrevista concedida a Gabriel Simon Machado e doada ao LAMAP. (UFSC), 2019, p. 7.

das doações de Emílio da Silva, uma vez que existe uma parte substancial do seu acervo doada pelos herdeiros após sua morte.

Seguindo as instruções que um dos guias do MHES oferece aos visitantes que buscam conhecer o percurso expositivo da instituição, a visita deveria começar pela “Praça Ângelo Piazero”, onde o edifício da antiga prefeitura foi construído. No centro da praça, rodeada por palmeiras e jardins, encontra-se a Herma do fundador de Jaraguá do Sul, Coronel Emílio Carlos Jourdan. O episódio da inauguração deste monumento ao pioneiro fundador é registrado no livro de Emílio da Silva, em que se descreve que “em setembro de 1941 o sr. Honorato Tomelin, então diretor do ‘Correio do Povo’ e [o] prefeito municipal Tte. Leonidas Cabral Herbster distribuíram listas para angariar fundos pró-Herma do Cel Emílio Carlos Jourdan. O busto, foi encomendado ao Escultor Fritz Alt que o fundiu em bronze”⁴⁰⁰. De acordo com Emílio da Silva, a inauguração, tanto da Herma quanto do Paço Municipal, “realizou-se com a presença de Sua Excia. O Dr. Nereu Ramos”⁴⁰¹. Se retornamos ao início da obra de Silva em que o autor biografava sua mãe biológica, é possível encontrar referências a participação dela nos festejos de inauguração da prefeitura. Juntamente ao lado dos filhos de Jourdan, Maria Umbelina da Silva, empregada do dito fundador, foi convidada para participar da abertura do novo prédio municipal⁴⁰².

Próximo à Herma de Jourdan, no lado esquerdo da praça, encontra-se a efígie de Ângelo Piazero. Embora tenha sido inaugurada em 2004, o monumento reproduz o rosto de um dos sucessores de Jourdan na continuidade da colonização das terras jaraguenses. A efígie tem como modelo uma fotografia reproduzida no livro de Emílio da Silva⁴⁰³, ou seja, referente à sua coleção particular de fotos. A família Piazero, nome de destaque na história jaraguense, veio da província de Trento, na época sob o domínio do império austro-húngaro. Ângelo Piazero esteve ao lado de Jourdan nas iniciativas de colonização, sendo que, em 1907, “formou sociedade com Cezar Pereira de Souza e Francisco Tavares Sobrinho. Juntos, adquiriram a concessão da Colônia Jaraguá”⁴⁰⁴. Ainda, Piazero foi o responsável pela doação do terreno onde foi construído o Paço Municipal, motivo maior de sua homenagem na praça central. É importante destacar que seus filhos Affonso

400 SILVA, Emílio da. **Jaraguá do Sul: a povoação do Vale do Itapocu**. Jaraguá do Sul: Ed. do autor, 2005, p.324.

401 Ibidem, p. 325.

402 Ibidem, p. 47.

403 SILVA, 1975, p. 218.

404 CANUTO, 2010, p. 111.

Piazero⁴⁰⁵, Lino Piazero⁴⁰⁶, Julio Piazero⁴⁰⁷, Silvio Piazero⁴⁰⁸, Silvino Piazero⁴⁰⁹ e Hilário Piazero⁴¹⁰ foram integralistas, como atestam suas fichas de inscrição no núcleo integralista de Jaraguá do Sul.

No lado oposto ao monumento de Ângelo Piazero, encontra-se o “Marco Zero” de Jaraguá do Sul. A implantação deste monumento – “marcador do ponto de partida para as medidas de distância entre localidades do interior e o centro da cidade”⁴¹¹ – foi feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1941. Naquele ano, através da Lei Municipal nº 552⁴¹² instituiu-se este marco a partir do trabalho de Emílio da Silva como agente de estatística do município. Dois anos depois da inauguração do MHES, em 2003, o Marco Zero foi revitalizado e ornamentado com um monumento em formato de Rosa dos Ventos. No livro da história do MHES, lê-se que “a revitalização do Marco Zero, com a criação da Rosa dos Ventos, foi uma sugestão dada pelo escrivão de Justiça Amadeus Mahfud”⁴¹³. O monumento ainda é ornamentado com os “símbolos do município, sendo: Bandeira, Brasão e Hino de Jaraguá do Sul, homenageando os autores dos mesmos, os senhores Eugênio Victor Schmöckel, Moacyr Silva (Cilo), Rudolfo Francisco Hufenüsler e Alceste Berri”⁴¹⁴. Cada um destes símbolos cívicos foram registrados e descritos no livro de Emílio da Silva.

Por fim, próximo a entrada do Museu Histórico Emílio da Silva, é possível observar o “totem” da instituição. É importante lembrar que as reformas do prédio da antiga prefeitura consumiram quase todo o orçamento previsto para o museu. Em busca de uma “peça de certa beleza estética, que provocasse estranhamento e muitos questionamentos”, Alcioni Canuto destinou-se, acompanhada da arquiteta responsável pela reforma do museu, até o um ferro velho da cidade⁴¹⁵. Juntas, conseguiram a doação do objeto escolhido. Trata-se de um cilindro enferrujado e sem eixo, usado originalmente para beneficiar arroz. Sobre ele, foi inserida a palavra “MUSEU”, em metal brilhante, criando um contraste entre antigo e moderno. É um objeto curioso, que muito se assemelha com um míssil ou armamento similar. Escrevendo sobre isso no livro da história do MHES, Canuto afirma que “somente em novembro de 2001 é que foi identificado como peça que pertenceu a Indústrias Reunidas, atual Duas Rodas, quando exercia uma função na secagem dos grãos do arroz”⁴¹⁶.

405Ficha de filiação AIB. Jaraguá do Sul: nº 18. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.

406Ficha de filiação AIB. Jaraguá do Sul: nº 579. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.

407Ficha de filiação AIB. Jaraguá do Sul: nº 20. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.

408Ficha de filiação AIB. Jaraguá do Sul: nº 16. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.

409Ficha de filiação AIB. Jaraguá do Sul: nº 338. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.

410Ficha de filiação AIB. Jaraguá do Sul: nº 339. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.

411 CANUTO, 2010,p. 108.

412 Idem.

413 Idem.

414 Idem.

415 Ibidem, p. 107.

416 Idem.

Ao adentrar o MHES, à esquerda estão pregados em fileiras na parede os retratos de todos os prefeitos de Jaraguá do Sul, compondo a “Galeria de Prefeitos”. O andar térreo da instituição expusera as coleções da “Sala do Patrono”, “Gabinete do Prefeito”, “Sala dos Expedicionários”, “Sala da Colonização”, “Espaço Religioso”, “Sala da Marcenaria”, “Sala dos Meios de Transporte”, “Sala Som e Imagem” e a “Sala da Educação”. De acordo com livro da história do MHES, a Sala da Educação “visa mostrar a trajetória, a memória e a materialidade da Escola jaraguense”⁴¹⁷. A exposição reproduz a organização tradicional de escolas, com uma mesa de docente, carteiras e cadeiras escolares direcionadas à lousa do professor. Algumas das carteiras são duplas, usuais em escolas brasileiras entre 1930 e 1940. Representando a concepção de uma educação cívica nas escolas da cidade, uma bandeira do Brasil ficava ao lado do quadro-negro. Com exceção das carteiras duplas, o referencial temporal dos objetos fica encoberto, a menos que se recorre ao auxílio das fotografias que elaboram uma narrativa progressista sobre a evolução das instituições educativas do município.

Nas paredes desta exposição é possível observar diversas fotografias em preto e branco, sendo uma delas reconhecível na obra autobiográfica e historiográfica de Emílio da Silva. Trata-se de registro fotográfico do Professor Wendelin Schmidt, da Comunidade Católica de Santa Cruz (Garibaldi), no ano de 1937, reunido com pais e alunos, em frente a capela/escola. No livro de Silva, a fotografia ilustra sua narrativa sobre esta comunidade escolar⁴¹⁸, em que o autor registra o esforço de “pobres colonos, privados de todo o conforto quer material quer moral, no meio a mil perigos”⁴¹⁹, endossando o mito do heroico e desbravador trabalho dos pioneiros. Na exposição, constam outras fotografias, como a da Escola Alemã, fundada em 1902; uma fotografia, sem legenda, de crianças em um parquinho escolar, ampliada em um grande painel; um grupo de crianças em frente a um pequeno rancho de madeira, legendada como “Uma Escola Rural instalada no interior do empreendimento da Colônia Jaraguá, no início do século XX”.

A sala temática dedicada aos expedicionários da 2ª Guerra Mundial não existe mais dentro do MHES. De acordo com Oliveira neto, “as exposições foram organizadas pela museóloga Alcioni Macedo Canuto, em parceria com o curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da antiga UNERJ (atual Católica de Santa Catarina)”⁴²⁰. A exposição, que se utilizou da coleção de Piraquara e foi inaugurada na presença de veterano Ferdinando Piske, permaneceu no MHES por sete anos. Por ocasião da “gestão do prefeito Moacir Antonio Bertoldi (2005 –2008), foi retomado o debate sobre a criação de um museu específico acerca da memória e da história da Segunda Guerra Mundial

417 CANUTO, 2010, p. 126.

418 SILVA, 1975, p. 227.

419 Idem.

420 OLIVEIRA NETO, 2016, p. 6.

e da Força Expedicionária Brasileira”⁴²¹. Em negociações entre a prefeitura e a ANVFEB, aproveitando a reforma da Estação Ferroviária, foi criado o Museu da paz, em Jaraguá do Sul.

Em busca da influência da obra de Emílio da Silva na expografia do MHES, a “Sala Som e Imagem” figura um exemplo interessante. Desde a gestão de Carlos Hoffman no Museu Municipal, a instituição já rememorava a cultura artística da cidade, manifestada não somente nas fotografias de Silva, mas também em projetos como a escolinha de Bandoneon. Contudo, o livro de Silva registra conjuntos musicais jaraguenses desde 1908, que inspiraram-se em “excepcionais festejos com a participação de bandas de música e desfiles de marinheiros da Marinha de Guerra do Império Germânico”⁴²². Figuras como Artur Muller e o comerciante Johan Gottlieb Stein são exemplos de fundadores de grupos e bandas na cidade, que disseminavam e reforçavam uma tradição cultural teuto-brasileira no município. No livro da história do MHES, lê-se que “o colonizador, que veio para estas terras a partir do final do século XIX, trouxe os seus valores, a sua cultura e seu modo de vida. A cultura musical foi um dos conhecimentos eruditos e populares trazidos por eles”⁴²³. No conjunto dessas informações, percebe-se que a narrativa do museu, aliada ao enquadramento de Silva, reforçam o mito do imigrante alemão civilizador.

Quanto à sua expografia, a “Sala Som e Imagem” tem uma de suas paredes coberta por rádios antigos sobre prateleiras de madeira. Alguns televisores estão expostos em pequenos balcões, enquanto no outro lado da sala ficam expostos uma sequência de pianos e órgãos antigos. Acima destes instrumentos, pendurados na parede, estão alguns instrumentos de sopro. No centro da sala, permanecia um piano mais moderno e polido. No fundo, como é possível observar em uma fotografia do livro do MHES⁴²⁴, constavam diversas filmadoras, equipamentos de estúdio fotográfico e máquinas fotográficas. Estes equipamentos, responsáveis pela parte da “Imagem” na exposição, pertenceram à Ângelo Piazero⁴²⁵. Os objetos são ressignificados e situados temporalmente pelas fotografias, todas em preto e branco, penduradas por toda a sala. A “Jazz Band Jaraguá” aparece em uma fotografia, assim como a “Banda da Sociedade Artística (SCAR)”, composta por Joaquim Piazero, Wener Voigt, Fernando Springmann, Iara Fischer, Ingeburg Marquadt Hasse, Walter Hertel, Romeu Bastos, Ricardo Bornschein, Francisco Fischer, Adélia Piazero Fischer, Geraldo Harnack, João Amaral e Emílio da Silva. A participação do patrono do museu em uma das bandas da cidade reforça o subliminar caráter autobiográfico de seu projeto de memória, onde a maioria das instituições e núcleos de sociabilidade fizeram parte da vida de Silva. Inclusive, uma das fotografia expostas na “Sala Imagem e Som” registra um grupo de homens e

421 Ibidem, p. 7.

422 SILVA, 2005, p. 227

423 CANUTO, 2010, p. 137.

424 Idem.

425 Idem.

mulheres, alinhados com seus instrumentos de sopro. A legenda revela que a foto é da “Banda Música ‘Lyra da Aurora1’”, a qual tem sua trajetória registrada no livro de Silva, ilustrado pela mesma foto⁴²⁶ do museu.

Em relação a “Sala dos Meios de Transporte” e a “Sala da Marcenaria” que dividem o espaço de um mesmo salão, pode-se identificar a atualização das primeiras expografias do Museu Municipal pelas mãos de Alcioni Canuto. Como visto no segundo e no início deste terceiro capítulo, os meios de transporte doados para a instituição atuaram como semióforos, que estabelecem os termos de uma experiência moderno no tempo⁴²⁷, transformam a realidade do presente pela visualização de um passado evolutivo e progressista. Talvez estas duas exposições, dos transportes e da marcenaria, sejam as que mais volume ocupam do espaço na expografia. As salas, pensadas de forma que os objetos volumosos pudessem ser observados em meio à circulação dos visitantes (em geral, turmas de estudantes do ensino básico), comportam bicicletas suspensas por cabos, uma canoa, carroças e trolés na área dos transportes. Na exposição da marcenaria, observa-se uma grande bancada de marceneiro, uma plantadeira e várias ferramentas coloniais para serrar, triturar, martelar etc.

A justificativa que consta no livro do MHES para a proposta da “Sala dos Meios de Transporte” é norteada pela “reflexão dos aspectos históricos e evolutivos dos meios de transporte que impulsionaram a expansão do empreendimento colonial no vale do Itapocu”⁴²⁸, articulando os objetos com um conjunto de fotografias que “revelam o cotidiano e a importância dos meios de transporte presentes na vida do colonizador”⁴²⁹. Entre as fotografias, consta a imagem de um homem não identificado ao lado de um “Carro Ford Bigode”, de 1930; assim como uma fotografia com a inscrição “revolução de 30”, em que se observa a concentração de pessoas em frente ao prédio da Rede Ferroviária; a imagem da inauguração de uma ponte metálica, em 1913; e outra da construção do pilar da ponte metálica “Senador Abdon Batista”, em 1912. Apesar de a maioria destas imagens terem, possivelmente, feito parte do acervo particular de Emílio da Silva, e desde o festejo do Centenário jaraguense estarem em circulação pública, apenas uma das fotografias dos meios de transporte foi encontrada em seu livro. Trata-se de uma imagem que retrata seis mulheres em uma balsa, acompanhadas de Curt Vassel. Este personagem biografado na obra de Emílio da Silva, foi responsável por conduzir a balsa que dava acesso ao comércio de Jorge Czerniewicz. Quanto à exposição da “Sala da Marcenaria”, identifiquei apenas uma foto, a qual não consta no livro de Silva. Sobre esta, a legenda do museu afirma: “Marcenaria de Bertoldo Hort, localizada na

426 SILVA, 1975, p. 352.

427 HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Autentética, 2013.

428 CANUTO, 2011., p. 127

429 Idem.

Estrada Nova (metalúrgica Menegotti). A partir da década de 20, fabricava vários tipos de móveis para os moradores das colônias Bananal, Schroderstrasse, Massaranduba, Jaraguá e Hansa Humbold”. Na fotografia observam-se algumas crianças trabalhando e varrendo o chão do estabelecimento, questão ignorada na explicação da legenda.

Ainda no térreo do MHES, o corredor que dá acesso às outras exposições também foi aproveitado. Em um dos corredores constava uma coleção de artefatos indígenas, relegada a uma estante sem iluminação. Adiante, em uma vitrine, encontra-se aquilo que, no livro da história do MHES, é chamado de “Espaço Religioso”. Este, é composto por diversos objetos litúrgicos da igreja católica e evangélica, contando com retratos de pastores e breves explicações em legendas sobre os usos dos objetos. Próxima à vitrine, estavam expostas fotos de igrejas, como a foto da Capela Santa Emília. Apesar desta fotografia não constar no livro de Emílio da Silva, o autor dedicou parte substancial de seu livro para tratar de líderes religiosos e de algumas instituições religiosas, como a Comunidade Evangélica de Rio Cerro, a Comunidade Evangélica Luterana de Rio da Luz, a Capela Nossa Senhora do Rosário. Entre os líderes religiosos biografados por Emílio da Silva estão, por exemplo, o Padre Carlos Boergeshausen, Padre Hilário Busarello, o Pastor Evangélico Ferdinand Schlüzen. Contudo, apesar de preponderância da religião Católica e Evangélica, lê-se no livro do MHES que, a partir da exposição deste “espaço religioso”, buscava-se representar “os princípios religiosos [que] foram difundidos em casa recanto da Colônia Jaraguá, através do pluralismo e tolerância religiosa, encontrada aqui e cultivada pelos colonizadores”⁴³⁰

No final de seu livro, Emílio da Silva aborda brevemente a “Sociedade dos Atiradores ‘germanea’”, descrevendo de forma sucinta suas transformações desde sua fundação, em 1906, até seu novo registro, em 1956, em que passou “a funcionar em seu novo salão no atual acervo da Sociedade ‘Atlético Baependi’”⁴³¹. Como afirma Sidnei Marcelo Lopes, “em 1912, o distrito Jaraguá contava com uma população de aproximadamente 8.000 habitantes. Segundo estatística feita por um relatório paroquial da época, 2.000 pessoas falavam português, 1.000 pessoas falavam italiano, 500 pessoas falavam português e 4.500 pessoas falavam alemão”⁴³². Durante o período do Estado Novo, no contexto da campanha de nacionalização, “as Sociedades de Caça e Tiro do município sofreram as consequências desta repressão, e necessitaram mudar de nomes e costumes”⁴³³. Como exemplo, temos o caso a Sociedade Desportiva Recreativo Tiro ao Alvo Massaranduba, que com o início da Segunda Guerra Mundial “ficou fechada de 1942 até 1946,

430 CANUTO, 2010, p. 134.

431 SILVA, 1975, p. 371.

432 LOPES, Sidnei Marcelo. **O lazer e a Cultura Germânica em Jaraguá do Sul**. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Recreação Lazer e Animação Sócio Cultural) - Universidade Estadual de Londrina, 1998.p. 30.

433 Ibidem, p. 34-35.

sendo recolhidos seus documentos (atas, estatutos, textos em alemão)”⁴³⁴. Vale lembrar que Emílio da Silva, além de registrar existência esta prática de lazer nos primórdios de Jaraguá do Sul, foi diretor esportivo e guarda de esporte da Sociedade Esportiva e Recreativa Vieirense⁴³⁵.

Dentro deste contexto de perseguição e repressão é que encontramos o referente da memória exaltada na exposição “Tiro ao Alvo – Schützenfest”, situada ao lado do “Espaço Religioso” do MHES. Em vitrines expositivas, estavam abrigadas as bandeiras de todas sociedades de atiradores, troféus e panfletos das edições anuais da Schützenfest. No livro do MHES, os autores explicam que a exposição permite “conhecer a ritualística de busca de Rei e Rainha, numa tradicional festa de tiro ao alvo, organizada nas sociedades dos atiradores”⁴³⁶. Nesse sentido, a monumentalização da tradição germânica na cultura da cidade representa a remissão do trauma da campanha de nacionalização. De acordo com Michel Pollak, “memória e identidade podem perfeitamente serem negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essência de uma pessoa ou de um grupo”⁴³⁷. Portanto, o prédio do museu, símbolo do nacionalismo e do poder de Vargas, torna-se instrumento de exaltação dos costumes locais que haviam sido reprimidos pelo Estado como “alienígenas”, de forma que “grupos da sociedade local (re)negociaram elementos que se constituiriam em emblemáticos na narratividade das comemorações, priorizando elementos ligados a um passado de imigração”⁴³⁸. O pioneirismo dos imigrantes e o mito do trabalhador alemão, tornaram-se símbolos do civismo, do patriotismo e do progresso oriundo do trabalho.

Entre as fotografias no corredor térreo constava uma foto panorâmica da cidade, enquanto colônia e distrito de Joinville, em 1931; uma fotografia do centro de Jaraguá no ano de 1951; do morro do hospital São José; outra panorâmica da cidade em 1930, com a legenda afirmando que o município “estava em ritmo de crescimento e aos poucos revelou sua pujança para a conquista da emancipação política”. Em sequência cronológica e progressista, aparece outra foto aérea, agora de 1960: de forma semelhante à foto anterior, a legenda afirma que “Jaraguá do Sul apresentava um perfil econômico equilibrado rumo à industrialização”. As fotos panorâmicas seguintes apresentam-se em cores, como sinal do desenvolvimento tecnológico no tempo observado na exposição. É curioso que, verificando o livro-tombo do MHES, a descrição de algumas dessas fotografias incluem o ano de 1976, isto é, fizeram parte da exposição histórica do Centenário de Jaraguá do Sul e pertenciam à coleção de Emílio da Silva. Contudo, uma vez que os registros do museu nunca foram feitos adequadamente, o livro-tombo se baseou em etiquetas e em fichas improvisadas após a inauguração do MHES. Isto resultou em registros que afirmam que a procedência das fotografias é a

434 KITA, Silvia Regina Toassi. **Festas de Rei: Königfest**. Jaraguá do Sul: ACSTVI, 2000, p. 39.

435 Ibidem, p. 91.

436 CANUTO, 2010, p. 134.

437 POLLAK, 1992, p. 204.

438 SILVA, 2004, p. 192.

Fundação Cultura da cidade, e não Emílio da Silva. Da mesma forma, apesar de que a descrição do objeto tombado seja “Quadro de fotografia aérea (1976)”, a data de entrada dele é registrada como 2001. Portanto, no caso das fotos neste corredor, algumas não constam doador, outras são registradas como doação da Fundação Cultural. Situação similar acontece com as datas: a maioria é de 2001 e o restante não consta data de entrada.

Talvez a exposição mais emblemática no MHES seja a “Sala do Patrono”, dedicada a Emílio da Silva. A sala é montada como representação do quarto de dormir de Silva, composta por seu mobiliário particular. Ali, encontra-se uma vitrine com instrumentos de trabalho, pincéis, canetas de pena, régua, alicates, tesouras e outras ferramentas dos diversos ofícios que compuseram sua trajetória de vida. A vitrine permanece trancada, condicionando o visitante a observar os objetos através de seu próprio reflexo nas vitrines, forçando a visão em busca de reconhecer as coleções de óculos, notas de Cruzados, alguns livros e uma vasta coleção de revistas “Reader’s Digest” de Emílio da Silva. O quarto é composto por uma cama de solteiro de madeira, uma cadeira de balanço, uma mesa branca com cadeiras de descanso, uma mesa-de-cabeceira, um baú, um guarda-roupas e uma antiga cadeira de criança. Constam ainda uma cristaleira com diversas porcelanas, prateleiras com objetos domésticos coloniais, uma vitrine especial para o livro de Emílio da Silva e outra para um contra-baixo, que pertenceu ao patrono.

O projeto autobiográfico de Silva já estava concretizado e monumentalizado desde o Museu Municipal. Seu projeto de memória esteve fundamentado em sua coleção particular de fotografias, embora não seja possível reduzir seu acervo pessoal apenas à intervenção de seu dono. Pode-se pensar neste projeto de memória como “um projeto coletivo, no qual se sobrepõem várias subjetividades, afastando-se da sedutora imagem de expressão fiel e autêntica da subjetividade de seu titular”⁴³⁹. Além de receber de terceiros algumas fotografias, sua coleção esteve influenciada por diversos agenciadores desde o Centenário, passando pelo Museu Municipal e desembocando no Museu Histórico. Não obstante, sua morte determinou que a continuidade de investimentos na memória que Silva criou, garantindo sua permanência na disputa de narrativas na cidade, seja agenciada pelos herdeiros de seu legado. Nesse sentido, a empresa WEG e a família Silva tem uma relação interseccional na influência do museu. Sobre isso, Alcioni Canuto recorda que:

Olha, nós temos um personagem obscuro nessa história, que foi sempre uma... a neta do Emílio Silva. A Denise Silva, casada com o Décio Silva. Décio, filho do “seo” Eggon João da Silva, que é um dos donos da WEG. O “E” da WEG. Por o museu levar o nome do “seo” Emílio, então a Denise nos deu sempre um suporte, um apoio: buscar não deixar fechar. Entra prefeito, sai um prefeito, quer destruir, quer fechar o museu: a Denise vai lá, interfere. Por ter toda essa influência, por ter uma representação que a WEG têm, em termos de Jaraguá, de Brasil, de Santa

439 HEYMANN, 1997, 48.

Catarina. Não teria de ser diferente. A gente sempre conseguiu apoio deles. Um pouco financeiro, um pouco de acervo. Porque o “seo” Emílio morre. Ele morre no Lar da Flores e ele manda parte daquele mobiliário, daquele acervo do “seo” Emílio vem. A família. No caso, a Denise. A Denise, a Tânia, filha do “seo” Eggon, trazem para o museu parte do acervo do “seo” Emílio Silva.⁴⁴⁰

Este testemunho reforça a análise que identificou, desde o Centenário de Jaraguá do Sul, o capital que foi instrumentalizado pela WEG, nas pessoas de Eggon João da Silva e Geraldo Werninghaus, para garantir o sucesso do projeto memorialístico de Emílio da Silva. Contudo, o agenciamento da família é expandido após a morte do patrono. Além do exemplo da “neta” de Emílio citada por Canuto, na “Sala do Patrono”, sobre uma mesa-de-cabeceira repousam uma bíblia e uma estátua de Jesus Cristo. Os objetos são explicados por uma legenda com o depoimento de Érica da Silva, filha de Emílio, que afirma o seguinte: “Católicos fervorosos [Emílio da Silva e sua esposa] amavam a Deus e nunca mostraram a mínima dúvida de sua existência”. Érica da Silva também foi responsável por escrever sobre a vida de seus pais no livro do MHES, no texto intitulado “A vida e a obra de um homem singular”⁴⁴¹. Ainda, na “Sala da Educação”, na atual expografia do MHES, está exposto um Atlas Geográfico que pertenceu a Emílio da Silva. No livro-tombo do museu, consta que a doação foi feita por Denise Silva, em 2001.

Durante o trabalho de campo desta pesquisa, verificou-se que a disposição de alguns móveis mudou entre 2001 e 2019, como o guarda-roupas que ficava na frente de uma janela na inauguração do Museu Histórico, que atualmente está contra uma das paredes da sala. Contudo, os objetos e fotografias ainda são os mesmos e seus significados não aparentam ter sido alterados por tais mudanças. Neste guarda-roupas, estão guardadas as vestimentas de Silva, seus ternos, boinas e casacos. Na porta do móvel, na parte de dentro, está pendurada um bordado com a imagem de um Papa, reforçando sua crença católica. Do lado de fora, estão penduradas várias bengalas do patrono, frequentemente usadas em seus últimos anos de vida. Ainda, exposto em uma vitrine, um Teodolito usado por Silva para medir terrenos pela cidade; uma bola de boliche, doada pelo patrono ainda no Museu Municipal, na gestão de Carlos Hoffmann. No quarto encontramos também uma gamela de madeira parece ter pertencido a Emílio da Silva, como afirma a legenda do objeto.

O quarto do patrono é repleto de fotografias dele e de sua família. Em uma delas, consta Emílio da Silva, sua esposa Magdalena Salomon, sua mãe adotiva Claesdina Lehmert e seus filhos, ainda pequenos. Nesta, Silva e seus filhos estão trajados com o uniforme integralista. No painel das fotografias aparece ainda, isolada dos outros retratos, a foto da mãe biológica de Silva, Maria Umbelina da Silva. Outra fotografia é a de Carlos Lehmert, seu filho e Emílio da Silva ao fundo em um cavalo; uma fotografia colorida de Emílio da Silva em seu aniversário de 90 anos com a

440 CANUTO, Alcioni. Entrevista concedida a Gabriel Simon Machado e doada ao LAMAP. (UFSC), 2019, p. 6.

441 CANUTO, 2010, p. 64-74.

família; Emílio da Silva brincando no chão com seus filhos.; autografando seu livro em algum festejo; Silva e suas crianças em uma carroça; Emílio com sua família sentada à mesa; assim como uma fotografia de Silva na Câmara de Vereadores, próximo do ex-prefeito Eugênio Strebe; além diversas fotografias do patrono mostrando seu livro, fotografado ao lado de suas fotografias e em seu local de trabalho. Nenhuma dessas fotografias constavam em sua obra, com exceção de uma foto em preto e branco, muito desgastada e ampliada, com uma inscrição que diz: “11ª Escola Pública Vila de Jaraguá 1907, Pf. Aurélia v. Walter”⁴⁴², onde Emílio da Silva estudou quando criança. A partir disso, poderíamos dizer que, na época em que Silva escreveu e publicou seu livro, o autor não tinha interesse em explicitar seu passado integralista. Contudo, com a publicação do livro de Schmöckel (1997) sobre o integralismo em Jaraguá do Sul, já citado previamente, foram publicadas algumas de suas fotos trajado como integralista. Como Emílio da Silva foi consultado para a elaboração deste trabalho, presume-se que, aos 97 anos, com seu projeto de memória consagrado, Silva não visse problema em registrar publicamente esta parte de sua vida, que àquela altura no Museu Histórico Emílio da Silva vinha sendo conectada à memória dos expedicionários “imigrantes” da FEB.

Praticamente no mesmo espaço que reside a “Sala do Patrono”, está a “Sala da Colonização”, que reúne, em sua maioria, um acervo sobre imigrantes húngaros. A coleção referente aos imigrantes está representada em algumas coisas da sala do patrono, em quadros pintados pela família Czerniewicz, na cadeira de criança e em objetos como gamelas, bacias e lamparinas. Na sala da colonização (e dos imigrantes) consta uma mala, legendada pelos dizeres em caixa-alta: “OS IMIGRANTES TROUXERAM NA BAGAGEM APENAS O QUE LHES ERA NECESSÁRIO: MUITA ESPERANÇA E SONHOS...”. Na exposição de 2001, havia um baú na sala do patrono. Atualmente, este baú fica na “Sala da Colonização”, deixando de representar o cotidiano de Silva e transformado em objeto da vida de imigrantes. É interessante observar esta intersecção entre aquilo que representaria a vida de Emílio da Silva e a história dos imigrantes europeus, elaborada na expografia de Alcioni Canuto e auxiliada por familiares de Silva.

É evidente que, em relação a vida de Emílio, valorizou-se mais sua família adotiva e imigrante do que sua mãe biológica, uma humilde escrava liberta. Ainda nesta sala, constam fotografias como um retrato da Princesa Isabel⁴⁴³; uma foto do casal Emílio Carlos Jourdan e sua esposa Helena Jourdan, que consta no livro de Silva⁴⁴⁴; outra de imigrantes húngaros reunidos pela

442 SILVA, 1975, p. 259.

443 No livro-tombo do museu, a fotografia não tem doador. A data de entrada é referente ao ano de 2001.

444 SILVA, op. cit., p. 29. A fotografia, apesar de constar no livro de Emílio da Silva, é registrada no livro-tombo como “sem registro” de doador, com data de entrada em 2001. Isso se deve ao fato de que, por boa parte da vida do museu, os registros nunca foram adequadamente feitos. Posteriormente à inauguração do MHES, alguns objetos foram registrados no livro-tombo a partir de alguns fichas de registro improvisadas.

visita do Cônsul Honorária da Hungria e uma foto da família Georg Wolf e sua família, as duas reproduzidas no livro de Emílio da Silva⁴⁴⁵. Por fim, vale constatar que, atualmente, neste mesmo espaço consta a exposição nomeada “Gabinete do Prefeito”. Durante esta pesquisa, não foi possível averiguar se na inauguração do MHES, em 2001, o espaço de homenagem ao edil era o mesmo que o do patrono e dos imigrantes. A exposição do gabinete, talvez a mais sucinta do MHES, consiste em cadeiras em torno de uma mesa com macheteria, utilizada no antigo gabinete da década de 1960. Máquinas de escrever, um cofre e algumas vitrines com livros são os objetos de destaque nesta exposição.

Em direção ao segundo andar do Museu Histórico Emílio da Silva, no final do primeiro lance de escadas existe uma janela. Sob a soleira interna desta janela, existe uma placa de madeira talhada com os dizeres “Tudo pelo Brazil”. À esquerda, na parede observa-se um retrato fotográfico de Getúlio Vargas, legendada com um informativo listando algumas medidas tomadas pelo governo na Era Vargas, como o direito de voto à mulher, a criação da CLT e o Ministério do Trabalho. Além disso, lê-se no informativo sobre a política nacionalista do período varguista, destacando a campanha pela nacionalização do petróleo. Nas palavras do informativo, “encontramos esta campanha nacionalista na frase **Tudo pelo Brazil**”. Como evidência de um equilíbrio na narrativa do museu entre a exaltação da germanidade na cultura jaraguense e a valorização do nacionalismo, não há menções à campanha de nacionalização e suas consequências nada cidade. No lado oposto, na parede esquerda do centro da escadaria, está a fotografia de Herman Schultze, russo emigrou para São Francisco do Sul. De acordo com a legenda, este teria sido responsável por construir a escadaria da antiga prefeitura.

No segundo andar, funciona a parte administrativa do MHES, o espaço da “Ação Educativa”, a sala de exposições temporárias “Amadeus Mahfud” e algumas salas temáticas. Uma delas, a “Sala da Câmara de Vereadores”, é um grande salão com assoalho de madeira, montado com antigas mesas da Câmara de Vereadores, cadeiras de Juri, testemunha, escrivão e um balcão de três peças com a imagem de uma balança talhada na madeira, no centro. A ideia da exposição era replicar a função original daquele espaço, inclusive na época em que Amadeus Mahfud trabalhou ali como escrivão. É por este motivo, aliado à constante participação de Mahfud em busca da consagração do projeto memorialístico e autobiográfico de Emílio da Silva, que a sala temática evoca a memória do escrivão: sobre o balcão da esquerda, protegida por uma vitrine repousa uma foto e a máquina de escrever de Amadeus Mahfud. Buscando reforçar a narrativa da expografia, a legenda dos objetos explica que a máquina, “Lexikon 80”, “foi um instrumento tecnológico que fez parte da vida intelectual do Sr. Amadeus Mahfud”.

445 Ibidem, p.120 e 123.

Em cima do balcão central, estão expostas medalhas e um brasão da república. No último balcão, à esquerda, repousa o retrato fotográfico de Ricardo Gruenwaldt, sem legenda alguma. Próximo a foto, está exposto e emoldurado o diploma que conferiu a Alvaro Severino Piazero (UDN) o título de Suplente de Vereador, em 1958. No fundo da sala estão as bandeiras do Estado de Santa Catarina, do Brasil e de Jaraguá do Sul. Ainda no fundo, estão duas cortinas verdes com as palavras “Sala de Jurados”, à direita, e “Sala de testemunhas”, à esquerda. Nas paredes da “Sala da Câmara de Vereadores”, observa-se um quadro com o hino da cidade feito à mão com caligrafia serifada, um com o Símbolo do Poder Legislativo Municipal e outro com um texto do jornalista Nilton Matheus. O texto, emabalado por frases poéticas sobre Jaraguá do Sul, afirma que “o município foi plantado em 25 de julho de 1876, pelos imigrantes alemães e, posteriormente, pelos italianos”. Na parede do lado oposto estão penduradas duas fotografias em preto e branco: a primeira é uma foto de alguns homens e uma mulher, trajados formalmente e sentados ao redor de uma mesa, quatro de cada lado. A legenda afirma ser uma sessão do legislativo, em 1976, presidida pelo Vereador José Carlos Neves. Esta fotografia consta no livro de Emílio da Silva, logo no início, onde o autor evidencia que estas pessoas evocadas na foto dividiam-se entre “Ala direita (Arena)” e “Ala esquerda (MDB)”. A segunda é uma fotografia de um julgamento, em que a legenda identifica todos os participantes, incluindo Amadeus Mahfud como escrivão.

A “Sala do Comércio” e a “Sala da Farmácia”, como no caso da marcenaria e dos meios de transporte, também dividem o espaço do mesmo salão. A primeira parte, referente ao comércio, representa a cultura material dos antigos estabelecimentos comerciais de Jaraguá do Sul, onde é possível observar um antigo balcão expositivo, ocupado com uma *bomboniere*, uma antiga máquina registradora, balanças e um cortador de papel para embalagens. Na parede ao lado do balcão comercial estão penduradas diversas fotografias, todas em preto e branco. Entre estas fotografias aparecem registros de homens reunidos em frente a um rancho, rodeados de ferramentas; assim como a fotografia de um canoeiro atravessando o rio em direção ao Estabelecimento de Georg Czerniewicz⁴⁴⁶, que consta no livro de Emílio da Silva; outra foto da travessia do rio, dessa vez com mulheres⁴⁴⁷; uma fotografia de homens bebendo em um estabelecimento, tratando-se do “Bar Emmendöerfer – 1913”, como afirma a legenda. Na obra de Emílio da Silva é possível encontrar ainda outras fotos desta exposição, como a foto de “Colonizadores reunidos em frente a uma casa de comércio, numa das localidades da Colônia Jaraguá”⁴⁴⁸. Esta, surge para ilustrar o final da breve biografia que Emílio da Silva escreveu sobre Bernardo Grubba, político, comerciante e industrial da cidade. Outra fotografia exposta que pertenceu a Silva, já registrada nas primeiras fichas do Museu

446 Livro Emílio p. 224. A fotografia aparece no final da biografia de Georg Czerniewicz.

447 A legenda da foto afirma: “Travessia de canoa. Ao fundo o Comércio de Jorge Czerniewicz”

448 Descrição da legenda. Livro do Emílio, p. 248

Municipal em 1987, é a de Eduardo Krisch. Este, um imigrante austríaco, foi um dos pioneiros ao lado de Jourdan, sendo naturalizado brasileiro em 1868. A fotografia⁴⁴⁹ é de Krisch com sua turma de trabalhadores, legendada no museu da seguinte forma: “Caçadores e/ou desbravadores da Colônia Jaraguá num época remota”.

A segunda parte, referente à “Sala da Farmácia” segue a mesma lógica organizacional: um balcão expositivo com balanças na parte inferior, um armário de remédios com nove gavetas, uma balança para pesar pessoas e recipientes farmacêuticos são utilizados para representar as antigas farmácias da cidade. Na explicação que consta no livro do MHES, afirma-se que “a história e a memória material da Saúde na Colônia Jaraguá são contadas a partir da primeira farmácia, instalada por Georg Horst, em 1908”⁴⁵⁰. Nas paredes desta exposição encontram-se fotos do laboratório de Horst, com o farmacêutico manipulando medicamentos; fotos da “Pharmacia Nova” do herdeiro Roberto Horst e outra que consta no livro de Emílio da Silva, que é a foto de Georg Horst em frente a sua “Pharmácia Estrella”⁴⁵¹. De acordo com Silva, “Georg Horst adquiriu o terreno em 1907, de Domingos Rodrigues da Nova Jr. e construiu sua casa em estilo enxaimel e meio sobrado”⁴⁵². Além destas fotografias, é importante ressaltar o retrato exposto de Franz Hornischer, um químico industrial emigrado da Alemanha. A mesma fotografia consta no livro de Silva, que conta a curiosa história deste homem que veio para Jaraguá em busca de clima tropical, “em razão de doença pulmonar, em estado grave”⁴⁵³. Como conta Silva, além de químico, Hornischer era filósofo-naturalista e nudista, que conseguiu se curar com uma dieta vegetariana, alimentando-se “de frutas nativas e fazia beberagem com ervas medicinais da região”⁴⁵⁴. Em 1931, foi encontrado assassinado em um crime nunca resolvido. Sua fotografia na exposição da “Sala da Farmácia” não contém legenda ou qualquer informativo.

Assim como a exposição sobre o comércio de Jaraguá do Sul está intimamente ligada com o desenvolvimento da indústria, celebrando um grupo seletivo de homens e famílias que investiram seu capital para expandir seus negócios, a “Sala da Costura” representa o setor têxtil da indústria jaraguaense, reproduzindo um cenário das primeiras alfaiatarias e casas de costura da cidade. Como afirma Schörner, “para se ter uma ideia da importância da cidade no contexto catarinense e nacional, basta mencionarmos que ela ostente hoje o título de Capital Sul Americana dos Motores Elétricos, da Malha e dos Chapéus”⁴⁵⁵. Na década de 2000, no setor vestuário, as duas maiores do

449 Emílio da Silva, p. 24.

450 CANUTO, 2010, p. 129.

451 SILVA, 1975, p. 261.

452 Idem.

453 Ibidem, p. 249.

454 Ibidem, p. 249.

455 SCHÖRNER, 2000, p. 69-70

município eram “a Marisol (com cerca de 3.500 trabalhadores e a Malhas Malwee (com 3.8000 trabalhadores. Ambas abriram suas portas na década de 60”⁴⁵⁶.

No livro do MHES, tratando da “Sala da Costura”, lê-se que “com a evolução da indústria têxtil, a mulher, além das tarefas domésticas, dedicou parte de seu tempo para o trabalho nas fábricas: assim ocorreu também em Jaraguá do Sul. Surgem, então, as mais diversas malharias, tornando-se Jaraguá do Sul um importante pólo têxtil catarinense”⁴⁵⁷. A própria instituição, tanto em suas exposições, quando em seus materiais informativos, endossa a naturalização de papéis de gênero em prol da indústria. Em Jaraguá do Sul as trabalhadoras do setor têxtil são divididas entre aquelas que ficam na fábrica e aquelas que permanecem em seu domicílio, como facções. De acordo com Schörner, na cidade “o trabalho a domicílio existe no setor têxtil e do vestuário (pequenas confecções e facções) e no setor metalúrgico (prestação de serviço de torno, solda e fresa, por exemplo)”⁴⁵⁸. As empresas justificam estas medidas como forma de criar empregos, “onde a industrialização de toda a sociedade é suficiente para apagar os problemas com a ‘ilegalidade’ em que ela convive”⁴⁵⁹.

A “Sala de Costura”, ao tempo que me foi inaugurada, era composta por pequenos balcões onde foram expostos máquinas de costura, ferros de passar roupa, mesas de trabalho, réguas e fitas para pedir o corte dos tecidos. Esta exposição foi muito alterada ao longo dos 18 anos de existência do MHES, tornando complexa a reconstituição de seus primeiros arranjos. No livro do MHES existe uma fotografia da exposição em que se observa, ao fundo, um painel com fotografias. Contudo, não é possível identificá-las. Atualmente, alguns dos objetos desta exposição foram distribuídos em outras salas e o aspecto central do discurso expográfico está na relação entre costura e indústria, que divide o espaço com fotografias e homenagens a outros tipos de empresas. Por exemplo, na mesma sala podemos observar fotografias de mulheres trabalhando na fábrica da WEG⁴⁶⁰, de eletromotores; uma foto de um operário trabalhando na queijaria de Wilhelm Weege e até uma fotografia de uma fábrica de charutos de Venâncio da Silva Porto. Este, fora biografado por Emílio da Silva, que usou a mesma foto da exposição em seu livro⁴⁶¹. É possível imaginar que algumas fotos da exposição atual sejam as mesmas de 2001, como uma fotografia da casa comercial de tecidos e armarinhos de Semer Mattar e a fotografia da indústria têxtil Jarita, mas seria necessário mais visitas, entrevistas e uma exaustiva análise do livro-tombo da instituição. Mesmo

456 Ibidem, p. 73.

457 CANUTO, op. cit., p. 138.

458 SCHÖRNER, 2000, p. 129

459 Idem.

460 A legenda afirma: “A marca WEG nasceu no Vale do Itapocu há mais de meio século. Atualmente, é geradora de milhares de postos de trabalho, proporcionando perspectivas sociais e culturais que atraem desde o modesto trabalhador ao cientista, com conhecimento de engenharia.”

461 SILVA, 1975, p.151.

os registros de tombamento são pouco-confiáveis, deixam a desejar no quesito das informações importantes relacionadas à reconstrução das exposições.

A “Sala de Exposições Temporárias” leva o nome do serventário da Justiça e amigo íntimo de Emílio da Silva, Amadeus Mahfud. Este, foi homenageado por sua participação e contribuição para a consagração do projeto memorialístico de Silva. No livro da história do MHES, obra que foi ideia de Mahfud, estão registradas algumas exposições temporárias. Em 2001, a sala abrigou a exposição “Um olhar brasileiro no verão húngaro de 2001”, que contou com a participação dos integrantes da Associação Húngara de Jaraguá do Sul. Outras exposições como “Ado, o arqueiro jaraguense na Copa de 70” e, em 2002, “Uma nação indígena”, organizada por estudantes da Escola Alberto Bauer⁴⁶². Ao que tudo indica, é um espaço disponibilizado para organizar eventos de cunho pedagógico, onde exploram-se temas facilmente relacionáveis com o ensino básico na cidade. Outro espaço dedicado para a ação pedagógica do museu é a sala da “Ação Educativa”. Seu propósito central é “proporcionar visitas guiadas, que são as monitorias, as quais recebem apoio de material impresso (gibis: ‘Uma história de surpresas’ e ‘Reminiscências de uma filha de colonizadores’, informativos e livros), audiovisual (CDs, Data Show), palestras (com professores e ex-pracinhas)”⁴⁶³.

O corredor superior, um espaço em linha reta, emula uma linha do tempo com diversas fotografias que testemunham o desenvolvimento urbano de Jaraguá do Sul penduradas. Além de algumas fotos aéreas do município, consta uma fotografia com alguns homens sentados em frente a um prédio. Nesta, a legenda explica: “os três primeiros acima da esquerda para direita: José Marcelino Muller, Eduardo Kallermann, Frans Fischer. Segunda Fila: Emílio Piazero, Irineu Vilela Veiga, José Pasqualini, Artur Muller, Leopoldo Janssen, Victor Rosemberg, Carlos Fritz Vogel, Angelo Rubini, João Raimundo. Sentados: Francisco Correa, Venâncio da Silva Porto, Heráclito C. Ribeiro, Henrique Piazero, Jorge Horst”. Esta fotografia está na obra de Silva, quando o autor registra a fundação do “Clube do Café Moka”⁴⁶⁴. Os nomes listados são os mesmos que se repetem por todo o museu, como “Muller”, “Piazero”, “Fischer” e “Vogel”. Inclusive, ainda nas fotografias do corredor, observa-se o retrato de Afonso Piazero⁴⁶⁵, filho de Ângelo Piazero⁴⁶⁶. Este, também tem sua fotografia exposta no corredor, ao lado de sua esposa, Constanza Piazero. A foto é do casal, mas no livro de Silva a esposa ficou fora do enquadramento, evidenciando sua perspectiva patriarcal da família e da história de Jaraguá do Sul. Outra fotografia que consta na exposição e no

462 CANUTO, 2010, p. 152.

463 Ibidem, p. 143.

464 SILVA, op. cit., p. 296.

465 Neste caso, é um retrato diferente do exposto no museu.

466 SILVA, op. cit., p. 2018.

livro de Silva, é a fotografia da Comunidade Luterana⁴⁶⁷, residente no prédio da Antiga Escola e Colégio Evangélico Jaraguá. As outras fotografias não foram encontradas na obra historiográfica do patrono do MHES. Entre elas estão registros do Grupo Escolar Abdon Batista, inaugurado em 1935; da Rua Emílio Carlos Jourdan, onde foi o início do 1º Semanário do Distrito de Jaraguá; do prédio da agência dos Correios, em meados de 1950; de Venâncio da Silva Porto, fundador do Jornal Correio do Povo, reunido em Família em frente a sua casa em enxaimel; da Rua Cel. Procópio Gomes de Oliveira recebendo calçamento e melhorias; da Casa Jorge Emmendörfer Hotel Werzenski e Igreja São Sebastião. Por último, destaco uma fotografia de algumas crianças trajadas de branco em frente a um prédio. Se o observador aproximar-se da foto e olhá-la com atenção, é possível identificar um Sigma em algumas camisetas. A legenda desta foto afirma ser um “movimento social e cultural, na rua Floriano Peixoto. O local é atual instalações [sic] da Relojoaria Seifert”.

Por fim, resta tratar do Sótão do MHES. Na inauguração do museu, o espaço estava revitalizado e organizado de forma a que os visitantes pudessem seguir por uma plataforma com várias maquetes da cidade, encontrando fotografias e reproduções de documentos em um cenário misterioso, ornamentado com teias de aranhas artificiais e luzes amareladas. Atualmente, o sótão do museu está interditado e desativado e não há registros específicos das fotografias que eram expostas naquele espaço. De acordo com o livro do MHES, o “que chama a atenção do visitante ao circular na passarela do sótão é o conjunto de fotografias, revelando que no passado, no local, funcionava o primeiro Arquivo Público do Município, onde se guardavam importantes documentos da história da cidade”⁴⁶⁸.

De acordo com Pollak, “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis”⁴⁶⁹. No caso do projeto de memória de Emílio da Silva, isto é, sua forma particular de enquadrar a história de Jaraguá do Sul a partir de sua própria biografia, registrando lugares, acontecimentos e personagens de sua escolha está subliminarmente presente nas expografias do MHES e constitui a “narrativa tácita”⁴⁷⁰ de seu acervo. A seleção de um passado específico, composto por diversos legados que legitimem o progresso industrial, o capital acumulado pelas famílias “tradicionais” da cidade, o controle das relações de trabalho nos termos dos patrões e, ao mesmo tempo, o pertencimento de Emílio da Silva, mantinha a coesão interna e defendia as fronteiras da identidade jaraguense. Com os investimentos que foram

467 Ibidem, p. 371.

468 CANUTO, 2010, p. 130.

469 POLLAK, 1989, p. 9

470 KETELAAR, 2001.

dados a este projeto de memória social no Centenário de Jaraguá do Sul e na inauguração do Museu Municipal, “essa mesma memória passou a trabalhar por si só, a influir na organização, nas gerações futuras de quadros; os investimentos do passado, por assim dizer, renderam juros”⁴⁷¹.

Os investimentos na memória da cultura germânica são evidentes na obra de Silva. Uma atenção especial a este ponto, o da germanidade, foi dada na gestão de Carlos Hoffmann, assim como no setor da cultura da cidade, que inaugurava a tradicional festa germânica da cidade: a Schützenfest, em 1989. No (r)enquadramento elaborado por Alcioni Canuto, os empresários, comerciantes e industriais pioneiros “inventados” por Silva continuaram presentes, assim como a maioria das exposições focam na trajetória de imigrantes germânicos, austro-húngaros e descendentes teuto-brasileiros. A narrativa do MHES não foi uma interpretação crítica ou reflexiva das relações de trabalho na cidade, mas trabalhou para naturalizá-las: apesar de existir um culto ao trabalho na cultura da cidade, isso não significa um culto ao trabalhador. Se, como afirma Pollak, “o trabalho de enquadramento da memória pode ser analisado em termos de investimento”⁴⁷², sobressai na história da memória jaraguense o patrocínio público a narrativas que investem os industriais empresários do poder de representar o *ethos* imigrante da valorização do trabalho. Esse patrocínio vem como contrapartida das inversões do setor empresarial e industrial da cidade em cultura. Com tais investimentos em cultura, que incluem museus empresariais – a exemplo do museu da Malwee – as elites econômicas revestem a história das empresas do conteúdo épico atribuído à saga imigrante na memória do município. Em outras palavras, o investimento converte a trajetória empresarial das organizações em bem cultural de interesse público.

O “multiculturalismo” da cidade é algo sem lugar nesse período do museu, onde artefatos indígenas e a cultura negra da cidade não constituem matéria de reflexão ou parcela significativa do acervo. Não são esquecidos os pioneiros comerciantes, os “vendedores” que investiram seu capital adquirido na venda dos produtos dos colonos em pequenas indústrias. Quanto à imagem de Emílio da Silva, seus pais adotivos são os realmente destacados, como evidência do valor dado ao “imigrante”. Consagrado como maior historiador da cidade, Emílio da Silva é representado mais como um imigrante pioneiro do que um “brasileiro”, filho de escrava liberta.

Como visto, coleção de fotografias de Silva foi fundamental para a organização do museu em salas temáticas. Da mesma forma, a narrativa sobre um determinado passado jaraguense presente em sua obra historiográfica foi utilizada, não sem recortes e seleções da diretora do museu, para construir a museografia do MHES. Contudo, após a descrição das coleções e suas respectivas

471 POLLAK, 1992, p. 206.

472 Idem.

disposições na instituição, é necessário compreender o “não-dito” das exposições e seus ocultamentos explícitos.

3.3. Ocultação do passado integralista

“A pena de morte para os responsáveis da rebelião <<verde>>, é o menor dos castigos!”⁴⁷³ – afirmava a manchete do *Correio do Povo*, em 21 de maio de 1938. Neste ano, a AIB era lançada à ilegalidade durante o regime de Getúlio Vargas. Em Jaraguá, o movimento que teve adesão de grande parte da cidade, elegendo vereadores e prefeito pela sigla integralista, agora era atacado pela imprensa aliada ao Estado Novo. Antes da conhecida tentativa de golpe integralista e do ataque ao palácio da presidência da república, em maio de 1938, o *Correio do Povo* denunciava “a sinistra conspiração integralista”, em que os adeptos da extinta associação estariam “em prontidão, pois iria rebentar a revolução integralista”⁴⁷⁴. A polícia jaraguense foi reforçada, “levando o fato ao conhecimento do ministro da Guerra, que mandou prender imediatamente os elementos pertencentes ao exército ligado a intentona”⁴⁷⁵. Na obra de Barbosa, lê-se que “pelo menos até 19 de abril de 1938, ou seja, até dias antes do levante, Emílio [da Silva] se encontrava preso em Florianópolis, provavelmente na sequência dos fatos da *Noite dos Tambores Silencioso* mas, também, como reprimenda governamental”⁴⁷⁶. Passo a passo, a estratégia de perseguição e de propaganda anti-integralista do Estado Novo transformava a imagem do movimento integralista em um símbolo de subversão, ilegal e equivalente ao fascismo italiano. Para Emílio da Silva, o integralismo serviu como seu primeiro grande passo em direção à integração e reconhecimento social pela comunidade jaraguense, figurando como liderança em um movimento com grande adesão por parte dos colonos alemães e teuto-brasileiros. Contudo, sua identidade de integralista haveria de ser negociada no contexto malsinado do movimento, convertendo sua experiência em uma memória subterrânea. De acordo com Pollak, na presença de uma “lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que [...] que compartilham essa mesma lembrança ‘comprometedora’, preferem, elas também, guardar silêncio”⁴⁷⁷. No caso jaraguense, essas lembranças reprimidas no espaço público “são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política”⁴⁷⁸. Vale ressaltar uma recordação compartilhada por Barbosa, na obra que biografou Emílio da Silva:

473 **CORREIO DO POVO**. Jaraguá do Sul, 21 de maio de 1938, nº 931, p. 1

474 **CORREIO DO POVO** Jaraguá do Sul, 26 de março de 1938, nº 924, p.1

475 Idem.

476 BARBOSA, 2011, p. 586.

477 POLLAK, 1989, p. 6

478 Ibidem, p. 8

Por toda parte membros [do partido integralista] trataram de queimar ou dar outro fim nos seus uniformes. O Sr. Vicente Siegel, sogro de meu filho Alexandre Dellagiustina Barbosa, contou-me em 23 de abril de 2007 a respeito de seu pai, o Sr. Antônio Siegel, que foi integralista. Nascido em Brusque em 12 de abril de 1907, Antônio entrou para os camisas-verdes ainda jovem. Diria mais tarde, aos filhos, que o Integralismo era muito bonito, assim parecendo com os escoteiros, sem política e maldades; e que só depois da tentativa do *Putsch* e com a perseguição getulista ele e outros abriram o olhos e percebera haver algo mais, subterraneamente, implicações que seus chefes não lhes haviam avisado. Ante as batidas policiais que se faziam, apressadamente ele e muitos outros queimaram seus uniformes, fazendo-o nas suas próprias casas, nos típicos fornos de lenha de então⁴⁷⁹.

Fica evidente o efeito da ilegalidade, da perseguição e da propaganda getulista sobre o integralismo no trabalho de memória do grupo. Como está no relato, “só depois da tentativa do *Putsch*” que o integralismo deixaria de ser algo “bonito” na cidade. A própria intelectualidade integralista, de Miguel Reale até Plínio Salgado, começaria a negociar os termos da memória integralista perante a vitória de Vargas sobre o movimento⁴⁸⁰. Como afirma Rogério Lustosa Victor, no pós-guerra “o esforço dos integralistas no processo de enquadramento passa a se dar, sobretudo, no sentido de ‘descolar’ o fascismo do integralismo, e jamais no de defender o fascismo. E assim, os integralistas foram se perdendo na temporalidade do vencedor e nuançando sua própria memória”⁴⁸¹. O autor defende que, sendo a identidade algo que constitui a partir do outro⁴⁸², o pertencimento integralista “não se fará a não ser a partir da rejeição, visto que, no amplo processo de construção da memória histórica, a percepção do integralismo se dá sempre baseada em expressões com significados pejorativos, especificamente no plano da associação ao fascismo”⁴⁸³. Apesar de ser objeto de diversas memórias, muitas vezes em disputa, “alguns pontos chave na memória integralista são mais ou menos comuns”⁴⁸⁴. De acordo com João Fábio Bertonha, o ponto central do trabalho de revitalização da memória integralista reside em “garantir que os integralistas não são fascistas e nunca tiveram nada a ver com o fascismo. Do mesmo modo, recusa-se a qualquer preço a ideia de que os integralistas queriam implantar uma ditadura no Brasil”⁴⁸⁵.

Em Jaraguá do Sul, uma determinada reserva ou silêncio quanto à memória do integralismo pode ser compreendida a partir da trajetória da coleção de Emílio da Silva. Como visto anteriormente, Silva tinha o hábito de fotografar a cidade, de enquadrar em sua perspectiva os momentos e personagens importantes da cidade. Como fotógrafo, foi responsável por fazer os

479 BARBOSA, op. cit., p. 593.

480 Ver SALGADO, Plínio. Discursos parlamentares (Perfis Parlamentares, 18). Sel. e int. de Gumercindo Rocha Dorea. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982, p. 512.

481 VICTOR, Rogério Lustosa. O integralismo nas águas do Lete. Dissertação de mestrado, UFG, 2005, p. 87.

482 POLLAK, 1989, p. 10. BOURDIEU, 1988, p. 117.

483 VICTOR, op. cit., p. 83.

484 BERTONHA, João Fábio. **A construção da memória através de um acervo pessoal: o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP)**. Patrimônio e Memória, v. 3, n. 1, 2007, p. 113.

485 Idem.

retratos fotográficos dos membros do núcleo integralista da cidade, para que pudessem preencher suas respectivas fichas de filiação. É de se imaginar que ao estar presente nas marchas e reuniões do movimento na cidade, Silva os teria fotografado. É evidente que o patrono do museu tinha orgulho e realmente registrou a história do movimento em fotos, a exemplo de suas próprias fotos expostas no MHES. Estas, contudo, permaneceram em sua casa e em poder de sua família até 2001. Não há indícios de terem sido expostas no Centenário de Jaraguá do Sul ou no Museu Municipal. Quando questionada sobre a existência de uma possível coleção integralista no acervo do museu, Alcioni Canuto recorda o seguinte:

Essa é uma questão bem... O maior acervo de integralismo está dentro do Arquivo Histórico, que são as fichas. Esse é o nosso mais importante acervo. Eu tive algumas coisas do museu que, digamos, na época do fechamento... assim, essa questão do integralismo é muito interessante, porque ela... as pessoas tinham medo de falar sobre integralismo. O próprio “seo” Emílio, uma reserva toda. A única coisa que eu tinha mesmo, do integralismo, era uma camisa verde com o Sigma. Essa era a única peça, além do acervo fotográfico. Eu não tinha mais nada. E também acho que também já não tinha mais⁴⁸⁶.

Durante meu trabalho de campo no MHES, encontrei esta camisa na parte administrativa do museu. O uniforme integralista de Emílio da Silva continua encaixotado e reservado. Não há documentação produzida sobre ele, não deu entrada no livro-tombo e jamais foi exposta. A ex-diretora do MHES, Alcioni Canuto, não soube explicar exatamente porque a vestimenta teria sido doada sem a intenção de expô-la, mas recorda que Emílio da Silva, ainda durante a segunda fase do Museu Municipal, não tinha interesse em exaltar seu passado integralista:

O “seo” Emílio da Silva não gostava de expor a situação integralista dele, por uma reserva dele, que ele não... como é que ele dizia? “Eu não gosto, dona Alcioni”. Ele me chamava de “gorda”. “Eu não gosto, gorda. De expôr a minha vida de integralista”. Ele tinha um receio que ainda pudesse sofrer perseguição, sabe? E que isso fosse afetar, por exemplo, a própria imagem dos filhos, que são empresários bem sucedidos. Ele tinha essa ressalva toda, que é cultura de época mesmo⁴⁸⁷.

Por uma vontade de Emílio da Silva, seu projeto memorialístico previa que seu passado integralista ficasse para trás como um “esquecimento de reserva”, para usar a expressão de Paul Ricoeur. Suas estratégias para adquirir reconhecimento e conquistar um lugar junto à comunidade o retiraram da via política, como na época do integralismo, para fazê-lo ingressar em sua vida de intelectual. É compreensível sua reserva quanto ao passado integralista ainda na década de 1960, quando começa a produzir sua obra: tratava-se do início da empresa WEG, e seu filho ainda não tinha adquirido a influência necessária para garantir o sucesso dos anseios do pai. Nesse sentido,

486 CANUTO, Alcioni. Entrevista concedida a Gabriel Simon Machado e doada ao LAMAP. (UFSC), 2019, p. 10.

487 Ibidem, p. 11.

vale questionar: porque dentro do MHES, em 2001, a sala de Emílio da Silva exhibe suas fotografias trajado com uniforme integralista?

Por muito tempo, a memória do integralismo, incompatível com a memória nacional, permaneceu subterrânea. No caso de Silva, suas memórias permaneceram reservadas e transmitidas apenas para a família. A circulação reservada dessa memória seria quebrada em 1997, quando Emílio da Silva encontra em Eugênio Victor Schmöckel uma pessoa para escutá-lo. Schmöckel foi responsável pelo primeiro trabalho que reivindicava um revisionismo histórico para a memória integralista de Jaraguá do Sul. Como afirma Pollak, “distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado”⁴⁸⁸. No contexto da produção da obra de Schmöckel, “O integralismo: O ‘Estado Novo’ - 60 anos, A ‘Noite dos Tambores Silenciosos’ e o assassinato de Ricardo Gruenwaldt”, Emílio da Silva já tinha adquirido o reconhecimento como narrador e testemunha da história jaraguense e estava consagrado como patrono do primeiro museu da cidade. Em 1997, Silva disponibiliza algumas fotografias do movimento integralista e seu testemunho para o trabalho de Schmöckel. Já nas primeiras páginas da obra, aparece um retrato de Emílio da Silva, trajado de integralista e com um bigode ao estilo Plínio Salgado, legendada da seguinte forma: “Emílio da Silva, prócer integralista do núcleo local, autor junto com outros do 2º Livro de Jaraguá do Sul – Um Capítulo da Povoação do Vale do Itapocu, nascido em 01-11-1900, ainda vivo, a quem se deve grande parte da matéria fotográfica da época”⁴⁸⁹. A obra, em sua totalidade, tenta dissociar o integralismo de seus tons anti-semitas e fascistas, aprofundando-se nas perseguições que os integralistas jaraguenses sofreram. A publicação desta obra, quatro anos antes da inauguração do MHES, permitiu que a família da Silva expusesse suas fotos na sala que leva seu nome no museu. Contudo, é possível perceber nas outras salas da instituição as reverberações do silenciamento da memória integralista de Jaraguá do Sul.

O exemplo maior disso é o esquecimento da camisa que fazia parte do uniforme integralista de Silva, que tendo chegado ao museu antes de 2001, nunca foi exposta e permanece escondida na sala de administração do museu. Durante minhas visitas ao museu, em 2019, a atual diretora e a equipe do museu não sabiam dizer como chegou ali e a quem pertencia aquela vestimenta. Isso só foi possível descobrir pelo testemunho de Alcioni Canuto, quem conviveu por anos com Emílio da Silva. Outro exemplo do ocultamento do passado integralista da cidade está na “Sala da Câmara de Vereadores e Fórum”: como visto, observa-se naquela sala, tanto em 2001 quanto em 2019, o retrato de Ricardo Gruenwaldt. Consultando o livro de Schmöckel, encontramos a mesma fotografia de

488 POLLAK, 1989, p. 8.

489 SCHMÖCKEL, 1997, p. 2.

Gruenwaldt⁴⁹⁰, mas, diferente do enquadramento que lhe foi dada na exposição do MHES, ali é possível observar que sua roupa é, na verdade, um uniforme integralista. O retrato exposto nunca foi legendado, sendo exposto como uma homenagem e uma memória estabelecida, mas silenciosa e sem contexto que esclareça os desinformados. Sem que se possa reconhecer seu uniforme, a explicação possível para esse retrato naquele espaço referir ao período em que Ricardo Gruenwaldt atuou como Presidente da Câmara Municipal. Por fim, resta ressaltar uma fotografia exposta no corredor superior do MHES. Esta é o registro de várias crianças, algumas trajadas com uniforme integralista, em frente a antiga sede central do Núcleo Integralista de Jaraguá do Sul. A legenda da fotografia afirma ser um “movimento social e cultural”, localizado na Rua Floriano Peixoto, onde agora existe a “Relojoaria Seifert”. No livro de Schmöckel, uma fotografia da sede central da AIB evidencia que o núcleo integralista residia justamente onde existe esta mesma relojoaria⁴⁹¹.



Foto de Ricardo Gruenwaldt no livro de Eugênio Victor Schmöckel (1997, p.70)



Foto de Ricardo Gruenwaldt no MHES, enquadrada de forma que seu uniforme não seja reconhecido. Foto minha.

490 Ibidem, p. 70.

491 Ibidem, p. 74.



Fotografia de Integralistas em frente ao sede central do Núcleo jaraguense, encontrada no livro de Eugênio Victor Schmöckel (1997, p. 74)



Figura 1: Fotografia de crianças próximas à sede central do Núcleo Integralista de Jaraguá exposta no MHES, onde com dificuldade se observa o "Sigma" em suas vestes. Foto minha.



Versão ampliada da fotografia no MHES de crianças em frente ao Núcleo Integralista de Jaraguá do Sul. Foto minha.

Emílio da Silva, acima de tudo, representa no MHES o “mestre” da história jaraguense. Na conciliação entre os interesses do setor privado e o poder público, a função pedagógica do museu gira em torno da imagem humilde, legalista, cívica, ordeira, desinteressada e abnegada da vida de Emílio da Silva. A ilegalidade do integralismo e a reverberação do trabalho de contrapropaganda feita sobre o movimento haveria de ser suavizada, silenciada e até ocultada nas exposições do museu, para que fosse possível tornar Silva um homem-semióforo. Portanto, é uma narrativa construída por sua família e por Alcioni Canuto. A valorização da condição de “caboclo” de Emílio da Silva, assim como era possível dentro do integralismo e como foi estabelecida na sua narrativa autobiográfica, não é manifestada no MHES. Seria essa, talvez, a maior ressignificação de sua obra e coleção, em sua circulação e seus usos dentro da instituição.

Conclusão

Como visto, a primeira instituição museológica de Jaraguá do Sul foi o resultado dos esforços de Emílio da Silva para consagrar seu projeto memorialístico, desenvolvido sob a forma de uma obra autobiográfica e, ao mesmo tempo, historiográfica sobre Jaraguá do Sul. Como um homem negro, filho de uma escrava liberta, nascido em uma colônia de população predominantemente germânica ou teuto-brasileira, adotado e criado por um imigrante austro-húngaro, Emílio da Silva procurava formas de negociar sua identidade repartida e batalhava pelo seu reconhecimento na comunidade jaraguense. Além de atuar como mediador cultural, trabalhando como professor dos filhos dos colonos alemães, Silva aderiu ao movimento integralista em busca de pertencimento. O movimento lhe rendeu ascensão social e determinado reconhecimento entre os colonos, que em sua grande maioria fizeram parte da AIB em Jaraguá do Sul. A ilegalidade do movimento e sua respectiva extinção relegaram à Silva um período de silêncio no âmbito político e para a memória do movimento.

Na década de 1960, aposentado e na esteira da ascensão econômica de seu filho, Eggon João da Silva, proprietário da empresa WEG, Emílio da Silva instrumentalizou sua coleção de fotografias e buscou testemunhas para produzir sua obra sobre o passado de Jaraguá do Sul, visando lançá-la nos festejos do Centenário jaraguense, em 1976. Convertendo o capital econômico de seu filho, Silva conseguiu a consagrar sua obra e sua coleção, como evidências de um passado ao qual ele fazia parte integralmente. No Centenário, sua coleção tornou-se acervo para uma exposição que visava legitimar o progresso industrial da cidade, ao passo que a desigualdade social emergente crescia. Sob novos regimes de valor, durante a ditadura militar, é que a coleção de Silva seria consagrada como evidência de um passado real, enquadrado a partir dos afetos e dos interesses de Emílio da Silva. Este, biografou diversos industriais, comerciantes e famílias de importantes empresários da atual Jaraguá do Sul. Dessa forma, seu trabalho foi, talvez, o primeiro investimento na valorização da memória e do legado dos imigrantes alemães e seus descendentes teuto-brasileiros.

A continuidade do seu projeto e a estabilidade de seu capital simbólico, adquirido em 1976, demandaram de Emílio da Silva novas articulações e novos agenciamentos. Em 1987, o primeiro museu da cidade é inaugurado com a coleção de Silva sendo seu principal acervo. Sua obra autobiográfica constituía o norte das primeiras exposições, valorizando os mesmos personagens no livro e na expografia. A segunda fase do museu, com novos agentes e novos enquadramentos da memória jaraguense, ainda valorizavam a narrativa elaborada por Silva. A legitimidade da indústria permaneceu na museografia, como sintoma da influência da WEG e do setor privado na cultura

jaraguense. A terceira fase do museu, ou seja, a inauguração do Museu Histórico Emílio da Silva, acontece após a morte do patrono. Nesse momento, percebe-se o investimento na continuidade de seu legado a partir da perspectiva da família. A memória social reconhecida e monumentalizada já trabalhava sozinha neste ponto, influenciando a organização do museu, que continuou norteada pela obra de Silva. Nesse sentido, o projeto de Emílio da Silva tornou-se parte substancial daquilo que poderia ser chamado de “memória oficial” de Jaraguá do Sul, em uma narrativa que valoriza-se determinados pioneiros, que justificam o capital acumulado por algumas famílias e empresas. Para que o patrono pudesse representar o ordeiro patriotismo jaraguense, seu passado integralista foi suavizado e, em algumas exposições do MHES, ocultado em prol de sua imagem como professor e historiador. Trata-se, portanto, da fórmula do equilíbrio entre lembrar e esquecer na memória jaraguense, em busca de uma memória coletiva que funcione para a ordem pública e às necessidades da indústria local. Buscando na trajetória e na institucionalização da coleção de Emílio da Silva, sempre articulada com sua obra historiográfica, percebe-se que a autobiografia que valoriza a sociodisséia de Silva é a narrativa tácita do museu que conta a história do desenvolvimento da cidade.

Contudo, os limites da pesquisa evidenciaram alguns pontos importantes a serem aprofundados em pesquisas vindouras: a relação entre integralismo e a memória dos expedicionários, fundamentada na hipótese de possível retaliação ao enviar ex-milicianos para 2º Guerra; os conflitos étnicos entre “brasileiros” e imigrantes em Jaraguá do Sul; a intersecção entre o trauma da campanha de nacionalização com as perseguições e assassinatos políticos contra os integralistas e os resultados; a abrangência da tutela industrial na cultura jaraguense e, sobretudo, a continuidade dos trabalhos no MHES, que demandam aprofundamento nas diversas gestões da instituição e as mudanças que implicaram na instituição, entre 2001 e 2019.

Fontes

Jornais:

CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul, 13 a 10 de dezembro, 1986, ed. nº 3.417.
CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul, 04 a 10 de outubro, 1986, ed. nº 3.407.
CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul, 13 e 19 de setembro, 1986, ed. nº 3.404.
CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul, 25 a 31 de julho, 1987, ed. nº 3.447.
CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul, 29 de Julho a 4 de Agosto, 1987, ed. nº 3. 452.
CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul, 12 a 18 de setembro, ed. nº 3.454, 1987.
CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul, 17 a 23 de junho, ed. nº 3.544.
CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul, 24 a 30 de junho, ed. nº 3.545, p. 9.
CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul 5 a 11 de agosto, Ed. nº 3.551, p. 16.
CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul 21 a 27 de abril, ed. nº 3.584, p. 3
CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul 12 a 18 de maio, ed. nº 3.588, p. 2.
CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul, 04 a 10 de agosto, 1990, nº 3.600, p. 8.
CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul, 20 a 26 de julho de 1991, nº 3.648, p. 1.
CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul, 19 a 25 de maio, 1990, ed. nº 3589, p. 8.
CORREIO DO POVO. Jaraguá do sul, 18 de fevereiro de 1995, nº 3.930, p. 7
CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul, 23 de dezembro de 1994, nº 3.917, p. 9.
CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul, 20 de novembro de 1998, Nº4.172, p. 10
CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul, 7 de julho de 1999, nº 4.204.
CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul, 20 de novembro de 2001.
CORREIO DO POVO Jaraguá do Sul, 26 de março de 1938, nº 924.
CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul, 21 de maio de 1938, nº 931.

A GAZETA. Jaraguá do Sul, 26 set. 1975.
A GAZETA. Jaraguá do Sul, 06 jun. 1975.
A GAZETA. Jaraguá do Sul, 25 abr. 1975.
A GAZETA. Jaraguá do Sul, 30 jan. 1976
A GAZETA. Jaraguá do Sul, 14 abr. 1976
A GAZETA. Jaraguá do Sul, 23 abr. 1976.

Tempos Novos. Jaraguá do Sul, 06 nov. 1947.

Entrevistas:

SILVA, Eggon João da. **Registros de História Oral.** Tomo 1. Jaraguá do Sul (SC): Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel, 1997.

CANUTO, Alcioni. **Entrevista concedida a Gabriel Simon Machado e doada ao LAMAP.** (UFSC), 2019.

Fichas de filiação ao Núcleo Integralista de Jaraguá do Sul:

Ficha de filiação AIB. Jaraguá do Sul: nº 1529. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.
 Ficha de filiação AIB. Jaraguá do Sul, nº 1515. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.
 Ficha de filiação AIB. Jaraguá do Sul, nº 69. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.
 Ficha de filiação AIB. Jaraguá do Sul: nº 18. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.
 Ficha de filiação AIB. Jaraguá do Sul: nº 579. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.

Ficha de filiação AIB. Jaraguá do Sul: nº 20. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.
Ficha de filiação AIB. Jaraguá do Sul: nº 338. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.
Ficha de filiação AIB. Jaraguá do Sul: nº 339. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.
Ficha de filiação AIB. Jaraguá do Sul: nº 16. Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel.

Correspondências:

CORRESPONDÊNCIA DO MHES. Jaraguá do Sul, 17 de abril de 1986. Of. nº 17/MU/86.

CORRESPONDÊNCIA DO MHES. Jaraguá do Sul, 23 de junho de 1987.

CORRESPONDÊNCIA DO MHES. Jaraguá do Sul, 30 de setembro de 1986.

CORRESPONDÊNCIA DO MHES. Jaraguá do Sul, 26 de junho de 1987.

CORRESPONDÊNCIA DO MHES. Jaraguá do Sul, 22 de junho de 1990.

CORRESPONDÊNCIA DO MHES. Jaraguá do Sul, 26 de junho 1990.

CORRESPONDÊNCIA DO MHES. Jaraguá do Sul, 31 de julho de 1990.

CORRESPONDÊNCIA DO MHES. Jaraguá do Sul, 15 de outubro de 1990.

Referências bibliográficas

- ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.
- APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, 2008.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação**: formas e transformações da memória cultural. São Paulo: Unicamp, 2011.
- BARBOSA, José Alberto. **Emílio da Silva e seu século**. Jaraguá do Sul: Design Editora, 2011. 872 p.
- BERTOLDI, Anselmo. Um soldado desarmado. Joinville: Letradágua, 2011.
- BERTONHA, João Fábio. **A construção da memória através de um acervo pessoal**: o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP). Patrimônio e Memória, v. 3, n. 1, 2007.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.
- CALABRE, Lia. O Conselho Federal da Cultura, 1071-1974. In: Estudos Históricos, n. 37, janeiro-junho de 2006.
- BOURDIEU, P. **Distinction**: a social critique of the judgement of taste. Cambridge: Harvard University
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989
- CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas**: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil. 1998.
- CANUTO, Alcioni Macedo et al (Org.). **Memória...: Um Museu e a História**. Jaraguá do Sul: Design Editora, 2010.
- CORREIA, Telma de Barros. **Art Déco e indústria**. Brasil, década de 1930 e 1940, 2008, p. 50
- CRUZ, Natalia dos Reis. **O integralismo e a questão racial**: a intolerância como princípio. Rio de Janeiro: UFF (Tese de Doutorado), 2004.
- FÁVERI, Marlene de et al. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. 2002.
- FERNANDES, Mário Luiz. **Origens da imprensa em municípios catarinenses**. Florianópolis: Adjori/SC, 2009.

GERTZ, René. **Integralismo, nazifascismo e “neonazismo” no Sul do Brasil**. 2012.

GERTZ, René. O fascismo no sul do Brasil: nazismo, germanismo e integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores: Práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, 489 p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. 2007.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Autentética, 2013.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997.

HEYMANN, Luciana Quillet. Os "fazimentos" do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 36, 2005.

KETELAAR, Eric. **Tacit Narratives: The Meaning of Archives**. Archival Science 1: 2001.

KITA, Silvia Regina Toassi. **Festas de Rei: Königfest**. Jaraguá do Sul: ACSTVI, 2000, 263 p.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAHIRE, Bernand. **O Homem Plural: os determinantes da ação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LAUS, Sonia Pereira. **A UDN em Santa Catarina, 1945-1960**. 1985.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.

LOPES, Sidnei Marcelo. **O lazer e a Cultura Germânica em Jaraguá do Sul**. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Recreação Lazer e Animação Sócio Cultural) - Universidade Estadual de Londrina, 1998.

NEDEL, L. B. . **As coisas e seus lugares: colecionamento e ressignificação de objetos no Museu Nacional de Imigração e Colonização**. In: MACHADO, Elaine C.. (Org.). Além do que se vê: um museu para a cidade? Museu Nacional de Imigração e Colonização. Curitiba: LISEGRAFF Grafica e Editora, 2013.

NEDEL, Letícia Borges. **Memória familiar, história política e tempo presente: a circulação do arquivo pessoal de Getúlio Vargas durante o regime militar**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH. São Paulo, 2011.

NORA, Pierre. **Entre memória e história – a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Houry. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, n. 10, dez, 1993.

OLIVEIRA, D. **Os soldados alemães de Vargas**. Curitiba: Juruá editora, 2008.

OLIVEIRA NETO, W. **O 13º Batalhão de Caçadores em “tempo de guerra” (1942 –1945)**. Revista UNIVILLE: edição comemorativa de 10 anos do Ciclo de Debates sobre História Regional, Joinville, v. 12, n. 1, p. 92 –103, jun. 2007

OLIVEIRA NETO, Wilson de. **Memória e reintegração social: o museu do expedicionário em Jaraguá do Sul, Santa Catarina (1996 –1997)**. in: encontro regional de história, 15., 2016, Curitiba. Anais... . Curitiba: Ufpr, 2016.

OLIVEIRA NETO, Wilson de. **O nordeste catarinense no contexto da Segunda Guerra Mundial: história e musealização do passado**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. Anais... . Florianópolis: Ufsc, 2015.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

OLIVEIRA, Maria da Glória. **“Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida”**. In: Topoi (Rio de Janeiro). v. 18, n.35, maio/ago, 2017.

OLIVEIRA, Rafael Pereira. **Políticas culturais e o campo museal em Santa Catarina (1987-2006)**, 2007.

PERALTA, Francisco José. **A arquitetura art-déco no governo Vargas: a construção de uma identidade nacional**. Maringá, 2005.

PEREGRINO, Miriane da Costa. **SPHAN/Pró-Memória: abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio nacional**. Revista Confluências Culturais, ed. 1, v. 1, 2012.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMIAN, Krzysztof. **Colecção**. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.

REVEL, J. (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da micro-análise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa 3**. O tempo narrado. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

SALGADO, Plínio. **Discursos parlamentares (Perfis Parlamentares, 18)**. Sel. e int. de Gumercindo Rocha Dorea. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMÖCKEL, Eugênio Victor. **Artur Müller**: no centenário de seu nascimento. Jaraguá do Sul: Gráfica e Editora CP, 1995, 46 p.

SCHMÖCKEL, Eugênio Victor. **Memória Jaraguense**: O integralismo: o Estado Novo – 60 anos, A Noite dos tambores silenciosos e o Assassinato de Ricardo Gruenwaldt. Jaraguá do Sul/SC: Gráfica e Editora CP, 1997.

SCHÖRNER, Ancelmo. **A pedra, o migrante e o morro**: feridas narcísicas no coração de Jaraguá do Sul/SC – 1980/2000. Florianópolis: UFSC, 2006.

SCHÖRNER, Ancelmo. **O arco-íris encoberto**. Joinville/SC: Oficina Comunicações, 2000.

SCOTT, James C. **Seeing Like a State**. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven and London: Yale University Press, 1998.

SEIDL, Ernesto. Elites e instituições: pistas para investigação. In: I. G. Grill; E. T. dos Reis. (Org.) Estudos sobre elites políticas e culturais: reflexões e aplicações não canônicas. 1ª ed. São Luís: EDUFMA, 2016.

SEYFERTH, Giralda. “**A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica**”. MAUCH, Claudia & VASCONCELLOS, Naira. Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994.

SILVA, Emílio da. **Jaraguá do Sul**: a povoação do Vale do Itapocu. Jaraguá do Sul: Ed. do autor, 2005.

SILVA, Emílio. **O II livro Jaraguá do Sul**: um capítulo na povoação do Vale do Itapocu. Jaraguá do Sul, 1975.

SILVA, Janine Gomes da. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer...**: as vibrações do centenário e o período da nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. 2004.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais** in: RÉMOND, René. Por uma história política: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

TERNES, Apolinário. **Acij's 70 anos**. Jaraguá do Sul: Design Editora, 2008.

VICTOR, Rogério Lustosa. **O integralismo nas águas do Lete**. Dissertação de mestrado, UFG, 2005.

VIEIRA, Newton Colombo de Deus. **Além de Gustavo Barroso**: O antissemitismo na Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Porto Alegre/RS: 2012

ZANELATTO, João Henrique. **Região, etnicidade e política**: o integralismo e as lutas pelo poder no sul catarinense na década de 30. Tese (Doutorado). Porto Alegre: PUC/RS, 2007.